

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

***O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NAS
CUMEADAS DO BAIXO GUADIANA***

Leela M. A. C. Van Melle

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão
Sustentável de Espaços Rurais

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Prof^a Doutora Maria Belém Ferreira da Silva Costa Freitas

Ano: 2015

O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NAS CUMEADAS DO BAIXO GUADIANA

Eu, Leela Van Melle, declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.



AGRADECIMENTOS

À Prof^a Doutora Maria Belém Costa Freitas, pela orientação da tese, e sua permanente disponibilidade e apoio.

Ao Dr. Mário Carvalho e Eng.^o. Mário Henriques por me terem aberto as portas da Associação Cumeadas.

Ao colega António Sousa, pela sua disponibilidade e ajuda na angariação de material informativo.

Às colaboradoras Ana Gancho, Ana Santos e Inês Brito da Associação Cumeadas, pela incansável prestabilidade em fornecer informações fundamentais para o projeto de investigação desta tese.

Aos Técnicos da DRAPALG, pelas informações prontamente disponibilizadas.

À Associação das Terras do Baixo Guadiana pelos elementos fornecidos.

À Odiana, pelos esclarecimentos prestados.

À Alcance pelas informações cedidas.

Aos Técnicos do ICNF, pelos elementos prontamente fornecidos.

À minha amiga Maria pelo apoio e companheirismo.

À minha família pela motivação transmitida e paciência nos momentos mais difíceis.

RESUMO

A cultura rural e agrícola passou, em Portugal, por uma enorme evolução, principalmente a partir dos anos sessenta do século passado. O presente estudo começa por abordar essa evolução, tentando perceber de que forma a vida rural evoluiu, quais os fatores humanos e físicos que intervieram sobre a mesma – o êxodo rural progressivo e a evolução da tecnologia – e quais as consequências que os mesmos trouxeram ao desenvolvimento do território.

Uma vez contextualizada a realidade que afeta as regiões rurais, este estudo irá debruçar-se sobre uma delas - a zona da Serra do Caldeirão, onde está inserido o caso de estudo. Procurar-se-á identificar as transformações físicas e culturais que a mesma sofreu, as suas condições edafo-climáticas e os aspetos socioeconómicos, que conduziram a um processo de desertificação que tornou esta região uma região “altamente suscetível à desertificação”.

Tentar-se-á portanto perceber, numa primeira fase, quais as razões que levaram ao processo da desertificação e quais as consequências que a mesma provocou essencialmente nos meios rurais.

Seguidamente, numa segunda fase, que será o foco desta pesquisa, iremos procurar conhecer que ações de combate à desertificação foram levadas a cabo, pelos privados e pelas entidades oficiais, e de que modo as recomendações do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) foram tidas em conta na elaboração de projetos ou em ações-piloto desenvolvidas, designadamente na Área Piloto da Serra do Baixo Guadiana, pelo setor público ou por agentes privados.

Palavras chave: Desertificação, evolução da vida rural, Serra do Caldeirão, PANCD

ABSTRACT

Rural and farming culture in Portugal has gone through a huge evolution, mainly from sixties of the last century. This study begins by addressing this development, trying to understand how rural life has evolved, which human and physical factors intervened on this evolution - progressive rural exodus and the evolution of technology - and the consequences this had on development of the territory.

Once contextualized the reality affecting rural regions, this study will approach one of them – Serra do Caldeirão, where the case study will be conducted. The author will try to identify the specific physical and cultural transformations the region suffered, its edaphoclimatic conditions and the socio-economic aspects involved, all of these conducting to a desertification process that made this region a “highly susceptible to desertification” region.

We will try to understand what were the factors that caused the desertification process and which were its consequences mainly on rural world.

Sequentially, which is the focus of this study, we will try to understand which actions were undertaken to combat desertification, by private and public entities, and how the recommendations of the National Plan to Combat Desertification have been considered on projects or pilot actions developed, namely on the pilot area of Serra do Baixo Guadiana, both by public sector or by private entities.

Keywords: Desertification, Serra do Caldeirão, PANCD, development of the territory

« Un jour, dit la légende, il y eut un immense incendie de forêt. Tous les animaux terrifiés, atterrés, observaient impuissants le désastre. Seul le petit colibri s'activait, allant chercher quelques gouttes avec son bec pour les jeter sur le feu. Après un moment, le tatou, agacé par cette agitation dérisoire, lui dit : « Colibri ! Tu n'es pas fou ? Ce n'est pas avec ces gouttes d'eau que tu vas éteindre le feu ! »

Et le colibri lui répondit : « Je le sais, mais je fais ma part. »

Pierre Rabhi

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE	VI
ÍNDICE QUADROS	IX
ÍNDICE GRÁFICOS	X
ÍNDICE FIGURAS	X
1. INTRODUÇÃO	1
2. UM MUNDO RURAL EM MUDANÇA	5
2.1. AS ALTERAÇÕES DA CULTURA RURAL E AGRÍCOLA	6
2.2. O MUNDO RURAL NA SITUAÇÃO ATUAL.....	14
2.3. O NOVO PARADIGMA DA AGRICULTURA E A DIFICULDADE DA SUA IMPLEMENTAÇÃO.....	16
2.4. A DESERTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	19
3. A TRANSFORMAÇÃO NA SERRA DO CALDEIRÃO	23
3.1. A QUESTÃO AMBIENTAL	24
3.1.1. CONDIÇÕES EDAFO-CLIMÁTICAS DA REGIÃO	25
3.2. A QUESTÃO SOCIOECONÓMICA	30

4. COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	34
4.1. PLANO POLÍTICO DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO.....	36
4.2. PLANO DE AÇÃO REGIONAL - CONTRIBUIÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PANCD.....	37
4.3. PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO.....	39
4.3.1. CRIAÇÃO DA ÁREA-PILOTO SERRA DO BAIXO GUADIANA	42
5. O ESTUDO DE CASO: CUMEADAS DO BAIXO GUADIANA	45
5.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DAS CUMEADAS DO BAIXO GUADIANA	47
5.2. PRIMEIRA FASE – AÇÕES EDUCATIVAS E DE SENSIBILIZAÇÃO	48
5.2.1. AÇÕES DESENVOLVIDAS.....	50
5.3. SEGUNDA FASE – INVESTIMENTOS NO TERRENO.....	53
5.3.1. DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	55
5.3.2. TIPOS DE PROJETOS E MEDIDAS DESENVOLVIDAS NO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III	57
5.3.2.1. RURIS – FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS	57
5.3.2.2. AGRO – PROGRAMA OPERACIONAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	60
5.3.2.3. AGRIS – MEDIDA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS	62
5.3.2.4. ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL	63
5.3.2.5. PEQUENA REFLEXÃO SOBRE OS PROGRAMAS RURIS, AGRO E AGRIS	65
5.3.2.6. INICIATIVA COMUNITÁRIA LEADER +	68
5.3.2.7. OUTRAS INICIATIVAS E PROJETOS	71

5.3.3. TIPOS DE PROJETOS E MEDIDAS DESENVOLVIDAS NO QUADRO	
COMUNITÁRIO DE APOIO IV	71
5.3.3.1. ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL	83
5.3.3.2. PEQUENA REFLEXÃO SOBRE O PROGRAMA PRODER	84
5.4. NOVO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: PDR 2014-2020	84
5.5. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS EFETUADOS NA REGIÃO	88
5.5.1. A AMOSTRA 1	89
5.5.1.1. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA AMOSTRA 1	96
5.5.2. A AMOSTRA 2	97
5.5.2.1. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA AMOSTRA 2	102
5.5.3. ANÁLISE GERAL DO RESULTADO DOS INQUÉRITOS	103
6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	107
6.1. REFLEXÕES FINAIS	111
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
8. ANEXOS	119

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5.1.	Ações promovidas na área piloto	51
Quadro 5.2.	Projetos de florestação efetuados na Associação Cumeadas do Programa RURIS	58
Quadro 5.3.	Projetos florestais efetuados na Associação Cumeadas do Programa AGRO	61
Quadro 5.4.	Planos de intervenção nas freguesias de Alcoutim, Vaqueiros e Martim Longo	63
Quadro 5.5.	ZIF's que integram a Associação Cumeadas	65
Quadro 5.6.	Projetos e medidas do programa PIC LEADER + efetuados pela Associação das Terras do Baixo Guadiana e aprovados por zonas de investimento (freguesias)	69
Quadro 5.7.	Total de projetos/medida e investimentos elegíveis do programa PIC LEADER + efetuados pela Associação das Terras do Baixo Guadiana	70
Quadro 5.8.	Quantidade de projetos por ação no concelho de Alcoutim e nas freguesias de Azinhal e Odeleite	73
Quadro 5.9.	Tipos de projetos aprovados e áreas dos mesmos	74
Quadro 5.10.	Quantidade de projetos aprovados para a ação 1.3.1.	75
Quadro 5.11.	Quantidade de projetos aprovados para a medida 1.3.2.	76
Quadro 5.12.	Projetos aprovados para a medida 3.1.2.	79
Quadro 5.13.	Quantidade de projetos aprovados para a medida 3.1.3.	80
Quadro 5.14.	Projetos aprovados para a medida 3.2.1.	81
Quadro 5.15.	Projetos aprovados para a medida 3.2.2.	82
Quadro 5.16.	Percentagem de resposta das causas/consequências que levaram à desertificação da amostra 1	91
Quadro 5.17.	Percentagem das atividades outrora praticadas mais escolhidas pelos inquiridos da amostra 1	94

Quadro 5.18.	Percentagem das novas atividades mais escolhidas pelos inquiridos da amostra 1	95
Quadro 5.19.	Percentagem de resposta das causas/consequências que levaram à desertificação da amostra 2	98
Quadro 5.20.	Percentagem das atividades mais escolhidas pelos inquiridos na amostra 2	101

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1.	Registo Anual da Pluviosidade e Linha da Tendência nos últimos 24 anos	27
Gráfico 5.1.	Percentagem da população por faixa etária	90
Gráfico 5.2.	Novas Atividades agro-rurais	105

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1.	Importância relativa da população agrícola no total da população residente	31
Figura 4.2.	Índice de Suscetibilidade à Desertificação	41
Figura 4.3.	Área Piloto da Serra do Baixo Guadiana	42
Figura 4.4.	Carta de Suscetibilidade à Desertificação	46
Figura 4.5.	Carta da área Intervenção da CUMEADAS	49

LISTA DE ABREVIATURAS

CCD – Convenção de Combate à Desertificação

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CNUCD – Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação

DRAPALG – Direção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve

EDL - Estratégia de desenvolvimento local

EG - Entidades Gestoras

ESA - Agência Espacial Europeia

FFP - Fundo Florestal Permanente

FTA - Florestação de Terras Agrícolas

GAL - Grupos de Ação Local

GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

GEE - Gases com Efeito de Estufa

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

IGT- Instrumentos de Gestão Territorial

INE - Instituto Nacional de Estatística

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

PAB – Produto Agrícola Bruto

PAC – Política Agrícola Comum

PANCD - Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação

PARCD - Plano de Ação Regional de Combate à Desertificação

PDR - Planos de Desenvolvimento Regional

PGF - Plano de Gestão Florestal

PEIF - Plano Específico de Intervenção Florestal

QCA - Quadro Comunitário de Apoio

UE - União Europeia

UTA - Unidade Trabalho Ano

ZIF – Zona de Intervenção Florestal

1. INTRODUÇÃO

Assistiu-se durante o século XX, face à forte dinâmica da globalização, a um processo de viragem em que o meio rural, o território e a agricultura sofreram grandes transformações, alterando definitivamente a relação entre os mesmos e o seu significado na vida do homem (Benoit, Deffontaines & Lardon, 2006). A instauração de sistemas cumulativos de industrialização e de urbanismo que, com a difusão de novos meios de transporte e de comunicação, contribuíram para o aparecimento de grandes concentrações urbano-industriais, favoreceram como consequência, um progressivo despovoamento dos meios rurais (Varela, 1995). O aumento do movimento de desterritorialização face às diversas formas de integração produtivas da agricultura, diretamente ligado ao desenvolvimento capitalista, tem também, em contrapartida, provocado grandes impactos na agricultura tradicional, que não tem tido capacidade técnica e económica para acompanhar as exigências da concorrência, prejudicando as zonas menos favorecidas, que vêm sofrendo um abandono gradual (Moreira, 2001), o que está a ter proporções preocupantes. Todo este enquadramento de circunstâncias tornou-se produto e reflexo de uma crise agrícola que já se faz sentir desde as primeiras décadas do século passado (Carrière, 1989), e que perdura até aos dias de hoje.

Na sociedade europeia, desde a última metade do século passado até à atualidade, as principais mudanças que a agricultura sofreu a nível económico foram enquadradas pela Política Agrícola Comum (PAC) e a União Europeia (UE), assistindo-se a alterações ao nível das atividades agroflorestais num contexto socioeconómico, geopolítico, ambiental e territorial em evolução. As políticas da UE foram ainda condicionadas pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em virtude da mesma ter levado à progressiva eliminação das barreiras ao comércio mundial, alterando todo o contexto envolvente da atividade agrícola (Cordovil *et al.*, 2004).

Na perspectiva de que a região mediterrânica iria entrar em grande expansão acompanhada do progresso das sociedades humanas, previa-se que o seu desenvolvimento e respetivas consequências seguiriam o mesmo rumo que os outros países já adotaram, ao qual se acrescentava uma preocupação relacionada com a riqueza de biodiversidade que a mesma detém, tornando-a mais vulnerável aos graves problemas de conservação da natureza que surgiriam com a progressão económica (Beliz, 1988). No entanto, o declínio do peso do setor agrícola, ao contrário do que se verificava nas economias em expansão, não se traduziu num sintoma de desenvolvimento económico global mas sim apenas numa estagnação permanente da produção agrícola (Carrière, 1989).

Vários foram os alertas lançados para que se fomentasse um desenvolvimento na agricultura e na ocupação dos espaços rurais de forma a responder à evolução verificada e dirigida pelo crescimento económico e tecnológico. Varela (1995) alertava para que a incapacidade demonstrada pelos agricultores e entidades públicas e privadas em constituir um adequado desenvolvimento, refletia uma falta de compreensão da realidade agrícola e rural, contrariando a possibilidade de se aplicar uma resposta eficaz e de carácter contínuo, que passasse por uma política dividida em duas vertentes interrelacionadas - a da agricultura e a da ocupação do espaço territorial. O homem, na procura de soluções para acompanhar este ritmo, contentou-se em concretizar ideias demasiadas fáceis, e tem potenciado a ocorrência de situações de uma superficialidade muito perigosa, que podem ainda ser acompanhadas pelo surgimento de outras ideias tendenciosas que têm como único objetivo o de manter posições já adquiridas, indo ao encontro do caminho oposto dos reais interesses da sociedade em geral.

Esta época economicamente mais integrada e dominada globalmente pelo sistema capitalista da economia de mercado (Cordovil *et al.*, 2004), associada a uma forte especialização devido às crescentes exigências do mundo no qual estamos inseridos, sofreu um efeito, de certo modo perverso, de seccionamento da realidade, que nos levou a desenvolver um conceito de sub-realidade no qual cada um de nós se instalou, e em

que perdemos a noção de que pertencemos a um todo que compõe a nossa realidade (Varela, 1995).

Não esqueçamos que, para além destes processos que têm decorrido nos territórios resultantes da intervenção do homem ou da falta dela, os mesmos estão ainda sujeitos a outros fatores importantes que intervêm na sua modificação, com forte impacto nos recursos naturais, tais como alterações climáticas (aumento da temperatura média, secas, cheias), incêndios, erosão, solos pobres, com os quais mantêm uma relação de interdependência.

Estas condições desfavoráveis dos recursos naturais condicionam a capacidade de suporte dos ecossistemas e podem ainda ser agravados pelo seu uso excessivo face às suas potencialidades, exercido pela pressão humana e pela sociedade. As mudanças climáticas fragilizam os ecossistemas naturais e antrópicos, tanto mais se estivermos perante uma situação de maior aridez, e um aumento de pressão sobre a disponibilidade de recursos hídricos, que em conjunto levam à degradação do território, e como consequência ao despovoamento, envelhecimento da população, falta de oportunidades de desenvolvimento e de emprego, e à pobreza (Pereira & Paulo, 2004).

Este vasto conjunto de transformações tem vindo a constituir um dos mais graves problemas à escala planetária, com repercussões a nível social, económico e ambiental, ao qual atribuímos a designação de desertificação (Pessoa *et al.*, 1999), atingindo cerca de 30% da superfície mundial, incluindo cinco países do Sul da Europa, um dos quais Portugal, tendo este cerca de 30% de área atingida, na sua maioria no sul.

E, se por um lado, o despovoamento do mundo rural tem sido uma consequência do processo de desertificação, por outro constitui também a sua principal causa, pelo que se conclui que a fixação e o retorno das pessoas ao mundo rural terão um peso fundamental para que todas as outras ações de combate que se venham a desenvolver possam resultar (Pessoa *et al.*, 1999). Para isso, será necessário potenciar não só um desenvolvimento o mais equilibrado possível nos vários setores da economia, mas também em todas as regiões, pelo que se impõe um verdadeiro esforço de valorização das regiões mais desfavorecidas (Varela, 1995).

Embora sejam várias as tentativas desenvolvidas para combater tanto a crise agrícola como o processo da desertificação, este empenho tem representado apenas um pequeno fluxo que está em contracorrente em relação ao movimento dominante, o que nos suscitou vontade de contribuir para este esforço e consciencializar a sociedade.

Por isso, o primeiro objetivo desta dissertação consiste em perceber quais as razões que levaram ao processo da desertificação das regiões afetadas, em Portugal, e obter uma visão das consequências que a mesma provocou essencialmente nos meios rurais de baixa densidade.

O segundo objetivo deste estudo, é perceber que ações de combate à desertificação foram implementadas, por todos os autores intervenientes, e de que modo as pretensões do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) foram aplicadas no terreno, designadamente na área piloto escolhida como caso de estudo.

A presente dissertação encontra-se estruturada por vários capítulos, sendo que os capítulos 2 e 3 correspondem à primeira fase do estudo, nos quais é feita uma abordagem mais teórica relativa à evolução do meio rural e da contextualização do caso de estudo, no capítulo 4 é abordada a ferramenta de combate à desertificação existente, e no capítulo 5 passamos à parte mais empírica do estudo de caso.

Como metodologia utilizada para o caso de estudo, efetuou-se um levantamento das medidas de apoios comunitários existentes referentes ao período em análise, bem como dos projetos desenvolvidos na região cujos resultados vão ao encontro do combate à desertificação, fizemos ainda um levantamento no local da situação existente com base em inquéritos e a análise do documento “Proposta de Revisão e Alinhamento do PANCD”.

2. UM MUNDO RURAL EM MUDANÇA

A agricultura portuguesa vive uma crise constante que teve origem na época do regime ditatorial, prolongando-se após a segunda guerra mundial – em oposição aos outros países da Europa – à qual nem a reforma agrária que se desenvolveu em 1977 conseguiu dar resposta. As políticas erráticas desenvolvidas no âmbito da PAC tão pouco trouxeram melhorias (Carrière, 1989), traduzindo-se nas dificuldades e falta de vontade para melhorar a sua gestão (desde a sua adesão à UE) e para melhor se adequar às necessidades no nosso país.

A origem da crise agrícola portuguesa está igualmente ligada às condições edafoclimáticas – solos pobres, clima, água – não se tendo conseguido ultrapassar as dificuldades das mesmas com apoios técnicos e tecnológicos, devido ao atraso estrutural do setor. Mas estas serão, provavelmente, mais consequências do que causas, uma vez que o modo desajustado do uso dos recursos naturais – solo, água e coberto vegetal – contribuiu fortemente para a degradação ambiental dos territórios, sendo importante procurar as causas no funcionamento global do aparelho produtivo português (Carrière, 1989).

A vida rural, intrinsecamente ligada à agricultura, face a estas transformações, terá, em meados do século passado, iniciado um processo de mudança cultural.

As terras eram, outrora, cultivadas e eram parte integrante da vida dos agricultores e da sociedade rural em geral, existindo uma estreita ligação com as mesmas (Baptista, 2001). A agricultura desempenhava duas funções, a produtiva e alimentar – era o setor económico mais importante, assegurava a alimentação das suas gentes, bem como as empregava na sua maioria – e constituía a principal fonte de divisas do Estado – necessárias para as suas funções e para o desenvolvimento industrial (Moreira, 2001). No entanto, o enviesamento urbano que ocorreu na procura de mais divisas à custa da agricultura, não fomentou nem garantiu contrapartidas para o agricultor,

desenvolvendo-se uma política anti-camponesa que teve como resultado a desvalorização social do estatuto de agricultor (Moreira, 2001), obtendo-se uma situação oposta, que se traduziu com o êxodo rural. Verificou-se assim um abandono das terras tendo as mesmas sido entregues a elas próprias, e quebrando-se a ligação entre o território, as populações rurais e a agricultura. As terras e os territórios passaram quase exclusivamente a ser explorados e adaptados em função da necessidade e pretensão da sociedade urbana, e já não da rural (Baptista, 2001).

A evolução da agricultura sempre dependeu fortemente da aplicação das políticas nacionais, que foram um fiasco, bem como das influências externas a nível de capacidade de modernização e de adaptação tecnológica que os mercados exigem (Moreira, 2001). Como tal, o progresso que a mesma sofreu nalguns setores está intimamente ligada a um destino exterior do qual está muito dependente, transformando-se numa economia pobre que se encontra na periferia do capitalismo mundial, o que não tem jogado a favor de um crescimento interno (Carrière, 1989).

Com esta nova realidade, a agricultura começou a perder a sua importância no seio das sociedades rurais e urbanas, perdendo também o seu poder na economia. Adicionalmente, esta nova realidade configura também uma transformação cultural, em que se começaram a perder as práticas convencionais de produção de alimentos. Esta nova agricultura aliviou significativamente a dureza do trabalho dos agricultores, mas conduziu, ou seja, está a conduzir à perda de conhecimentos mais antigos devido ao abandono progressivo das suas práticas (Baptista, 2001).

2.1. AS ALTERAÇÕES DA CULTURA RURAL E AGRÍCOLA

A história mostra-nos que os nossos primeiros reis parecem ter sido os únicos que tiveram consciência da importância que a ocupação dos territórios representava no desenvolvimento agrícola e rural, pelo que nos seus reinados foram estimuladas as atribuições de forais (no início do séc. XIII), os povoamentos e o desenvolvimento da agricultura (Varela, 1995), que estabeleciam regras de utilização e proteção de recursos específicos, bem como de vastas porções do território, funcionando como medidas de conservação, desde as áreas de floresta, montado e mato aos baldios (Roxo, 2004).

Contudo, a partir dos séculos XVI e XVII, época marcada pela política de colonização interna – que se reforçou entre o fim do séc. XIX até início do séc. XX - aumentaram-se as áreas de cultivo como forma de fazer desenvolver o meio rural, principalmente as zonas consideradas incultas, e pela tentativa de se encontrar formas de alimentar uma população em crescimento (Varela, 1992), exercendo uma grande pressão sobre os recursos naturais.

Como tentativa de responder às necessidades crescentes de alimentos, foram cultivadas as terras elevadas e incultas, cuja tenacidade na sua exploração para além de inútil, ultrapassou os limites razoáveis de aproveitamento dos solos. A pobreza dos solos não permitia cultivos felizes de cereais, salvo a exceção da oliveira por exemplo, que se adaptou bem a territórios pedregosos e colinosos que apenas davam mato. Posteriormente, o olival foi abandonado ou substituído por eucaliptais (Ribeiro, 1997).

Os territórios foram assim explorados na sua maior extensão possível, e a atividade agrícola, em virtude de dispor de meios de apoio ainda muito rudimentares e convencionais, empregava grande percentagem da população camponesa, o que mantinha a sociedade rural num estreito relacionamento com as terras e a agricultura (Varela, 1992), e muito dependente da natureza e dos seus recursos para a sua subsistência, nutrindo por ela um grande respeito (Baptista, 2001). A mão-de-obra barata e sazonal do setor agrícola foi largamente aproveitada pelo estado para as grandes obras das infraestruturas e também pela indústria têxtil, principal suporte do desenvolvimento económico (Carrière, 1989).

Até ao período que antecede a última guerra, a agricultura foi o aspeto dominante da economia tradicional portuguesa, que, juntamente com a criação de gado e os arvoredos representavam quatro quintos do valor da economia e três quartos das exportações, vinculados a cerca de metade da população do país (Ribeiro, 1997). A sociedade rural viveu assim, em Portugal, durante largas décadas, e até cerca dos anos 60 do século anterior, maioritariamente dependente da agricultura e do território.

No entanto, o objetivo pretendido com a emigração interna, regra geral não foi conseguida, por vários motivos, dos quais se destacam a ausência de políticas na produção agrícola, uma falta de perceção do porquê da existência de terrenos baldios e

das dificuldades que a própria natureza oferecia, bem como das desvantagens que o isolamento dos agricultores provocava nos mercados (Varela, 1992).

Nem a execução dos planos de fomento terá conseguido alterar esta realidade, em virtude dos mesmos não terem passado de meros projetos e intenções, perante a incapacidade demonstrada pelos seus propulsores de conjugar as necessidades do abastecimento alimentar face à valorização dos recursos naturais e humanos existentes bem como à questão da importação. Os projetos associados a estes planos resumiram-se basicamente aos investimentos hidroagrícolas e de florestação, ficando para trás o interesse em melhorar a distribuição da população rural (Varela, 1992).

Consequentemente assistimos à emergência do marasmo na agricultura portuguesa, essencialmente a partir dos anos 60, embora o peso a nível demográfico da população ativa até cerca dos anos 90 fosse ainda considerável. A agricultura começou a tornar-se num setor económico que menos contribuía para a dinâmica do país pelo fraco crescimento anual que a mesma foi sofrendo e pelo decréscimo do índice de produção alimentar, por uma redução de produção de vegetais sem que se tenha verificado outra reorientação das explorações e, por uma grande redução de quantidade de superfície territorial cultivada e um aumento de utilização de espaços marginais como terras aráveis em detrimento das pastagens, com a inerente redução de produção animal, o que reduziu o crescimento do Produto Agrícola Bruto (PAB) e aumentou a sua dependência do exterior (Carrière, 1989).

Para além desta deficiente gestão territorial agrícola, saliente-se que na origem das alterações rurais e agrícolas podemos desde já referir outra causa muito relevante, que está relacionada com o facto de não ter sido salvaguardado, no percurso da história, um equilíbrio entre os rendimentos dos agricultores e respetivos preços das suas produções, com a capacidade de compra dos consumidores e o controlo da subida dos preços dos bens mais essenciais, o que desencadeou dois caminhos não coincidentes de evolução para as áreas da agricultura e do comércio. Mais grave ainda, foi o facto do interesse de outros setores económicos e políticos, terem propositadamente mantido a mão-de-obra do setor agrícola a um custo muito baixo, não permitindo qualquer evolução no setor, e desencadeando mesmo um desinvestimento (Varela, 1992). Como resultado, grande

percentagem das culturas tornaram-se periféricas e estagnaram totalmente, com rendimentos muito baixos e uma capitalização das explorações muito fracas, o que teve como consequências imediatas a emigração e a dependência alimentar (Carrière, 1989).

Por fim, a entrada da modernização e das novas tecnologias no localismo arcaico da economia dos campos, inicialmente lenta e, posteriormente de uma forma devastadora, arrasou tudo no contexto da insipidez do progresso. Embora este possa ser considerado um desenvolvimento importante para regiões de baixos rendimentos, os investimentos necessários para a sua instalação foram aproveitados apenas pelos mais hábeis e afortunados, ficando o trabalhador da terra deixado para trás nesta evolução, o que aumentou ainda mais a sua pobreza (Ribeiro, 1997).

Toda esta conjuntura e tendência no espaço agrícola e na sociedade rural que já se adivinhava até à segunda metade do século XX no nosso país e que a partir daí sofreu profundas alterações levou em simultâneo à ocorrência de dois acontecimentos - o desenvolvimento da tecnologia agrícola e o aceleração do êxodo rural - cada um deles com uma influência direta sobre o outro (Baptista, 2001).

O progresso tecnológico e industrial levou ao abandono dos utensílios tradicionais e à sua substituição por máquinas que aliviaram a necessidade de mão-de-obra nos campos, pelo que esta evolução da atividade agrícola reduziu a oferta de emprego neste setor, convidando as populações rurais a deixarem a terra em busca de trabalho nos meios urbanos e na emigração (Baptista, 2001). Este movimento migratório mitigou as crises periódicas dos assalariados rurais e aumentando o seu nível de vida, como ainda fomentou a melhoria da mecanização da lavoura, sem procurar todavia, num primeiro tempo, melhorar a qualidade propriamente dita das produções (fertilizações ou sistemas de irrigação), o que refletiu notoriamente uma estagnação na produção agrícola (Carrière, 1989). Este processo migratório incidiu, naturalmente, sobre as camadas populacionais de idade ativa, agravando-se o envelhecimento das gentes locais, com mais reduzida abertura para os processos inovadores (Varela, 1995).

A cultura que caracteriza o povo tem, porém, a sua quota-parte de responsabilidade relativamente à evolução e ao desenvolvimento que se fez sentir nos meios rurais (Fialho, 2005); sua atitude passiva permitiu o rumo económico que se desenvolveu no

país, não reagindo às restrições desse progresso periférico, e que teve como resultados os grandes desequilíbrios regionais (Varela, 1995) que atualmente ainda não se encontram resolvidos.

A repetição constante de práticas iguais ao longo de muitos anos – diria séculos – acabou por gerar uma rotina e um estado de estagnação, ao qual a eficácia da utilização de instrumentos arcaicos – que não deixavam de ser engenhosos – que serviam plenamente as necessidades de uma economia sóbria – que se baseava num equilíbrio da produção e do consumo – levou o homem rural a acomodar-se a um espírito rotineiro, não sendo recetivo às inovações (Ribeiro, 1997).

A falta de objetividade na resolução de problemas, preferindo dar uso aos contactos informais e de amizade, desprezando formalidades e regras, uma natureza muito individualista que não tem facilitado iniciativas comunitárias como por exemplo as cooperativas, o carácter mais emocional que o povo demonstra ter, leva-o a ser menos racional na sua atividade profissional, o facto de recorrer mais facilmente à comodidade de informação global pouco fundamentada do que à informação analítica fidedigna que requer mais trabalho e a sua forte ligação às experiências familiares antecedentes, exemplificam o sentido de estado dos seus intervenientes (Fialho, 2005).

A adesão de Portugal na UE em meados dos anos 80, veio dar um novo alento ao melhoramento da nossa agricultura através da vinda dos fundos comunitários. Os estados-membros beneficiavam da vantagem – pela abrangência das políticas da UE - de poder escolher a forma de implementação das suas atuações mas, lamentavelmente, o importante trabalho de controlo dos resultados dessas aplicações de todo o conjunto dos agricultores e da totalidade do território não ocorreu como seria desejável (Varela, 1995). A política agrícola da UE falhou muitas vezes na implementação no terreno, que nem sempre correspondeu às boas intenções delineadas, deixando a Comissão Europeia preocupada quanto à coerência e ao modo como os instrumentos da PAC e os Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) foram orientados, originando grandes alterações no uso do solo nos meios rurais (Alves *et al.*, 1995), nem sempre as mais felizes.

A evolução da agricultura acaba por ser o resultado de movimentos plurifacetados, com características e ritmos desiguais, sujeita à racionalização dos agentes e políticas

económicas das grandes potências comerciais nacionais e internacionais e também da ação do Estado e das regulamentações de poderes supranacionais, designadamente a UE e OMC, numa intensificação do processo da globalização. Em Portugal, com uma economia mais débil e com políticas eventualmente menos bem orientadas, a agricultura sofreu uma evolução maioritariamente condicionada pelos determinantes externos, impostas pelas potências dominantes (Moreira, 2001).

As dificuldades que continuaram a fazer-se sentir no setor agrícola não travou a tendência dos trabalhadores, principalmente os assalariados, a desistirem e mudarem de setor, ficando no ramo na sua grande maioria explorações familiares, e com menor percentagem empresas capitalistas (Baptista, 2001). Atualmente, e ao contrário dos anos 60, a grande percentagem da receita agrícola é gerada em explorações de média e grande dimensão – que ocupam a maior superfície agrícola, mas que existem em menor número; a agricultura tende a ter menos representação no rendimento dos agricultores das pequenas explorações, que por sua vez ainda detêm o maior número de explorações, mas num total de superfície inferior, não deixando de ser, no entanto, o principal contributo para a sustentabilidade económica e ambiental de determinadas regiões (Cordovil, *et al.*, 2004). Instalou-se assim, um modelo de pluriatividade em Portugal, em que grande parte dos agricultores mantinham uma atividade complementar – emigração exterior ou nos centros urbanos mais próximos – não abandonando todavia as suas explorações, cujo trabalho quotidiano era assegurado por outros membros da família (Carrière, 1989) ou então subsistiam com o apoio de subsídios (essencialmente após à adesão à UE) – alguns deles como contrapartida do abandono da agricultura (Baptista, 2001).

O grande crescimento que se verificou nos setores secundário e terciário, designadamente, na indústria e nos serviços públicos e outros, tendo estes últimos sofrido uma procura cada vez maior, muito pelo aumento do poder de compra e pela mudança dos modos de vida e de trabalho - do qual se destaca a maior empregabilidade das mulheres - acabou por ter também uma grande influência sobre a evolução que o setor primário tem vindo a sofrer (Cordovil *et al.*, 2004).

A desertificação populacional contribuiu posteriormente, todavia, como compensação da falta de mão-de-obra disponível e do abandono de grandes superfícies do território, para uma modernização progressiva dos sistemas agrícolas e pelo aumento da eficácia produtiva num espaço territorial muito mais pequeno: os agricultores que permaneceram e se adaptaram à nova realidade, encetaram uma exploração das terras de uma forma muito mais intensiva, graças à melhoria da eficácia das máquinas agrícolas, da introdução de produtos químicos na adubação e na proteção de culturas, à seleção das melhores sementes, ao aparecimento de alimentos concentrados para animais, etc. (Baptista, 2001).

Existem já resultados que comprovam que elevados níveis de suporte, por si só, não garantiram os efeitos desejados quanto às quantidades produzidas, nem quanto à diminuição do desemprego agrícola. Isto explica-se pelo facto dos fortes apoios sectoriais induzirem a uma convergência do uso de recursos e sua posterior afetação, que se repercute de forma negativa no volume de produção e no emprego, mas por outro lado, a fragilidade de crescimento e subsistência de algumas culturas, leva a que as mesmas necessitem receber mais apoios (Cordovil *et al.*, 2004).

Não obstante, o aumento das produções verificado, não reduziu a nossa dependência de produtos agrícolas vindos do exterior, da mesma forma que não melhorou a competitividade nos mercados externos aquando da integração na UE, em virtude de, entre outros motivos, as diretrizes da PAC favorecerem principalmente as produções oriundas do Centro e Norte da Europa, desprotegendo as culturas principais dos países Mediterrânicos (Baptista, 2001).

Os apoios recebidos pela PAC têm-se dividido por setor, associados a especializações territoriais diferenciadas, cujos efeitos se refletem de modo desigual pelos vários países e regiões, mas que não são proporcionais às necessidades ou às capacidades de desenvolvimento do potencial de zona (Cordovil *et al.*, 2004). Têm, assim, favorecido as culturas ricas e intensivas - cereais, sementes oleaginosas, leite, carne de bovino e ovino, em detrimento das nossas, mais extensivas e pobres (Varela, 1992).

O nosso perfil produtivo apresentava maior expressão nos produtos hortofrutícolas, vinho, azeite e suínos, aquando da nossa adesão na EU, mas a mesma não ousou desviar

ou dilatar apoios que outros produtos – outros países - já beneficiavam e que eram encarados como direitos adquiridos, para além do facto de que a contenção da despesa agrícola que veio a aumentar ao longo dos anos, não permitiu o alargamento da diversidade dos produtos favorecidos pela PAC (Cordovil *et al.*, 2004).

As culturas mediterrânicas, apesar das suas produções serem efetuadas em sistemas já especializados, não foram suficientes para poder fazer face à crescente solicitação de alimentos de origem animal cuja produção tem maior evidência na Europa do Norte (Carrière, 1989).

Segundo Baptista (2001), a UE demonstrou com maior evidência nas primeiras décadas da sua vigência, uma diferença na agricultura a nível económico e tecnológico que a separa em dois grandes grupos:

- O Norte da Europa, que apresenta rendimentos elevados por unidade de trabalho e ocupa uma pequena percentagem de população ativa e muito profissionalizada;
- O Sul da Europa – onde se enquadra a nossa realidade – com valores inferiores de rentabilidade face a um maior número de ativos agrícolas – com uma grande percentagem a tempo parcial – com um menor grau de profissionalização.

No entanto, mesmo verificando-se um aumento de produtividade, a mesma traduziu-se na sua maioria por uma diminuição da relação de mão-de-obra por quantidade produzida que vem expresso em Unidades de Trabalho por Ano (UTA) e em menor escala pelo real aumento de quantidade de produto (Cordovil *et al.*, 2004), e um aumento da dependência de consumos externos à produção, designadamente gasóleo, adubos químicos e pesticidas, alimentos para animais, sementes, etc. Os sistemas produtivos ainda deficientes, os circuitos de comercialização que dominam totalmente o setor primário, e ainda o fraco nível de formação dos agricultores como dificuldade à adaptação às novas tecnologias, dificultou ainda mais a expansão do mundo rural na agricultura do nosso país (Baptista, 2001).

No percurso existencial da PAC, é de destacar uma das suas maiores reformas, que ocorreu em 1992. Foram reduzidos os preços dos produtos de forma a tornar a agricultura mais competitiva e atribuídos apoios compensatórios aos agricultores - para

colmatar esta descida de valores - que passaram a ser calculados com base na extensão das propriedades e seu historial produtivo. Inicia-se aqui um novo ciclo, em que o consumidor favoreceu da baixa dos preços, mas em compensação passou o contribuinte a suportar este desvio dos valores dos produtos.

Um dos principais contributos desta reforma para a mudança de paradigma na agricultura foram as restrições ambientais, mas o receio que as mesmas viessem a diminuir a competitividade dos agricultores, perante os de outras regiões, limitava fortemente a sua adoção e o instrumento territorial, facultativo e demasiado abrangente, também não tinha grande resultado (Cordovil *et al.*, 2004). Este poderá ter sido um dos motivos que levou no início a UE a implementar ainda de forma tímida a preocupação ambiental e territorial nas atividades agrícolas (Guigner, 2012).

Contudo, está bem patente que todas as aplicações de políticas e medidas com uma visão unicamente económica empregues em locais menos apropriados, foram as grandes causadoras dos problemas ambientais que se verificaram, revelando uma ineficaz adequação das políticas às condições dos recursos naturais e ambientais específicos por cada zona de intervenção (Roxo, 2004).

2.2. O MUNDO RURAL NA SITUAÇÃO ATUAL

O desequilíbrio gerado entre o mundo rural e o mundo urbano, no qual se instalou o vazio nos campos e o congestionamento das cidades, não trouxe um equilíbrio desejado numa expansão económica, em que, deveria assistir-se a uma estreita coordenação entre o progresso industrial e a modernização agrícola, essenciais para a sanidade de ambos (Varela, 1995). O sistema económico não está, provavelmente, em sintonia com a sociedade, que se vê obrigada a acompanhar o ritmo da economia e em que a agricultura representa apenas mais um meio económico, não estabelecendo assim, mais ligação e relação com as respetivas sociedades (Baptista, 2001).

O apoio na procura de modelos alternativos, designadamente uma maior diversidade das culturas poderá permitir contrariar a tendência existente, caminhando para um modelo mais sustentável (Genevieve, 2005). No entanto, não têm sido atingidos os resultados

desejados, devido em grande parte à ambiguidade que persiste atualmente (Guigner, 2012), com a permanência de um dualismo entre os dois modos de exploração no setor agrícola, não se encontrando o equilíbrio necessário.

Por um lado, verificamos que as exigências da continuidade de produção em quantidade mantêm-se dominantes, direcionadas para culturas intensivas, cada vez mais especializadas, cujos modelos são mais simplificados, mas economicamente dependentes, e sem autonomia (Genevieve, 2005). A pressão exercida pelos lobbies agroquímicos e agroalimentares e a falta de vontade política em mudar a sua orientação, impulsionar o cumprimento das medidas das últimas reformas da PAC, têm colocado um enorme travão na implementação de modelos agrícolas mais sustentáveis (Guigner, 2012).

Existem exemplos que comprovam a possibilidade do desenvolvimento rural, com uma atividade agrícola que encaixe perfeitamente na dimensão local existente. Contraditoriamente, um desenvolvimento rural sustentável sempre dependeu da agricultura, mas o desenvolvimento desta não se tem processado em articulação com o mesmo (Genevieve, 2005).

Por outro lado, assiste-se, a uma tomada de consciência cada vez mais evidente dos consumidores relativamente à segurança e à qualidade alimentar, bem como a uma maior preocupação e cedência de prioridades sociais face à preservação dos recursos naturais e do ambiente (Cordovil *et al.*, 2004), pelo facto da sociedade urbana começar a reconhecer que a sua atividade é responsável pelas consequências negativas no meio (Alves *et al.*, 1995). De facto, tem-se vindo a sustentar uma procura crescente de métodos mais equilibrados que vão ao encontro de uma economia produtiva que respeite a proteção da natureza, dos recursos naturais, da biodiversidade e da paisagem (Guigner, 2012), e que passa pela adoção de métodos mais sustentáveis, sendo inevitável a imposição do enraizamento local da agricultura e da multifuncionalidade que irão aumentar a rentabilidade, as extensões das explorações e a diversificação, contribuindo para a diminuição da sua dependência e tornando-se numa alternativa à estratégia desenvolvida até hoje (Genevieve, 2005).

Para que a recuperação de uma dinâmica rural se torne num projeto verdadeiramente concretizável, dever-se-á garantir que os seus aspetos socio-territoriais estejam em sintonia com os aspetos ambientais e económicos, de forma a reunir as condições necessárias para dinamizar a região num contexto sustentável. Como exemplo, temos o facto das comunidades ativas e a estrutura da paisagem manterem uma forte ligação e dependência do uso tradicional do solo (Alves *et al.*, 1995), o que comprova a necessidade de haver uma atitude que se oponha aos sistemas produtivistas predominantes.

O que é fundamental perceber, é que o desenvolvimento sustentável não é um conceito geral aplicável de forma linear em todas as regiões e respetivas situações, devendo definir-se a partir de cada realidade de determinada região, cuja definição do território agrícola que se queira sustentável, não se deverá basear apenas numa conceção de agricultura que se baseia exclusivamente na exploração agrícola (Genevive, 2005).

Temos como exemplo o caso que nos concerne, o Algarve, dividido em sub-regiões, designadamente, a zona oeste, o litoral, o barrocal e a serra. O desenvolvimento da região desenhou-se de forma completamente distinta, tendo como referência tanto as características biofísicas de cada zona, como as diferentes oportunidades de progresso económico, como por exemplo o turismo e uma agricultura mais dinâmica. Segundo uma abordagem de sustentabilidade, é de referir que as zonas mais ricas economicamente dependem dum equilíbrio ecológico para manter as suas próprias atividades, e este equilíbrio provém, em grande parte, do subsistema serrano, pelo que cada região deverá ser dinamizada e preservada de modo a garantir a economia da agricultura e da dinamização da zona serrana (Rolo & Coelho, 1986).

2.3. O NOVO PARADIGMA DA AGRICULTURA E A DIFICULDADE DA SUA IMPLEMENTAÇÃO

A mudança do paradigma em relação à agricultura tem sido um processo muito difícil de assumir pelos agricultores. Durante várias décadas, desde o pós-guerra, e também com o surgimento da política agrícola comum, foi fortemente incutido aos agricultores a

importância da produção em grandes quantidades, sem qualquer tipo de preocupação pelas consequências inerentes. Os agricultores tinham como principal preocupação analisar a eficácia e qualidade das suas atividades pelo rendimento que estava diretamente ligado à produção. Cabe agora fazer entender aos agricultores da importância dos aspetos ambientais para garantir a perenidade de uma agricultura mais saudável, passando por uma redução da intensidade das produções (Guigner, 2012).

Outro fator que tem influenciado muito a relação entre o homem e a natureza com repercussões na agricultura, tem sido o novo sentimento de autonomia que o produtor veio a ganhar face à sua capacidade de produzir, levando o mesmo a tomar, de forma progressiva uma atitude de desligamento em relação à natureza. A mesma passou apenas a ser objeto de utilização para os fins pretendidos, sem que o agricultor se sentisse doravante completamente dependente dela, passando a usar e abusar dos recursos que ela oferecia castigando-a severamente, por exemplo, com o excesso de uso de pesticidas, das máquinas, dos adubos, dos alimentos concentrados, e a falta de espaço pecuário, colocando em risco os ecossistemas e a qualidade dos produtos consumidos, bem como os próprios utilizadores dos mesmos (Baptista, 2001). Esta ausência de respeito pela natureza, que se viu seriamente sufocada face às práticas agrícolas desenvolvidas, levou à necessidade imperativa de uma mudança de paradigma relativamente à relação do agricultor com o ambiente, que hoje em dia tem vindo a recuperar os seus direitos (Guigner, 2012).

Tem persistido aqui uma verdadeira postura defensiva relativamente à intromissão de restrições ambientais e de tomadas de atitude favoráveis à natureza, que se devem em grande parte, à fraca abertura de mentalidade dos agricultores, dado não conhecerem outros processos, realidades com experiências diferentes que lhes proporcionem outras visões. Não lhes foi também, devidamente transmitida a informação relativa à importância que os aspetos ambientais representam, inclusive, para as suas atividades agrícolas, além das grandes lacunas nas áreas de formação onde muito pouco se tem feito relativamente à sensibilização para este domínio (Guigner, 2012). Contudo, começa-se já a perceber que muitos ecossistemas existentes foram gerados pela presença do homem – através da agricultura, silvicultura, pastorícia, exploração dos recursos bravios - pelo que a sua ação é imprescindível para a manutenção dos mesmos, o que traz um

novo valor ao papel das populações que vivem nos locais e induz-lhes uma maior sensibilidade para a integração de funções no seu espaço territorial, tendo em conta todas as interdependências locais entre os atores (Alves *et al.*, 1995).

Um terceiro fator que tem travado bastante a aceitação da aplicação de novos métodos agrícolas é, o receio das populações rurais pisarem um terreno desconhecido, não sabendo de antemão quais os resultados que poderão obter. Geralmente este medo justifica-se pela preocupação de perder rendimentos necessários para a sobrevivência das respetivas famílias, bem como, para garantir o pagamento dos seus compromissos, tendo optado só por efetuar experiências em pequenas áreas das suas parcelas agrícolas (Guigner, 2012).

O facto dessas experiências não serem suficientemente dadas a conhecer ao meio agrícola, bem como pela sua escassez, tem-se apresentado como o principal obstáculo para que os agricultores acreditem nas mesmas, mudando as suas mentalidades e optando por enveredar por sistemas mais extensivos que melhor protegem a biodiversidade e os recursos naturais. Embora os agricultores sejam os observadores mais diretos do estado das suas terras, existem determinados conhecimentos que os mesmos não detêm sobre as vantagens que as medidas de melhoramento da biodiversidade lhes podem trazer, sendo que, a grande falta de informação a nível local (Guigner, 2012), reflete-se também na falta de reconhecimento por parte dos mesmos dos danos que têm vindo a causar, apesar de ser bem reconhecido os seus níveis de contribuição para a deterioração dos solos, do ar, da biodiversidade, etc (Baptista, 2001).

Hoje em dia, assiste-se contudo, a uma progressiva tomada de consciência, dado à melhoria de informação, entre outros aspetos.

Ao nível da política, uma das primeiras diretrizes levadas a cabo para a adoção de um novo paradigma, onde o respeito pelo ambiente se tornou uma questão relevante, foi aquando da criação das medidas agroambientais. A falta de informação e de justificação por parte das entidades competentes na aplicação das medidas agroambientais faz com que, regra geral, os agricultores apenas acatem os regulamentos ambientais quando são obrigados, não os adaptando da forma mais adequada para garantir dentro de cada realidade a sua melhor eficácia (Guigner, 2012).

A divulgação que se tem vindo a fazer mediaticamente, em que se associa a questão da defesa do ambiente a grupos extremistas e o método convencional da agricultura como sendo o grande causador dos danos à biodiversidade, tem levado os agricultores a rejeitar a relação benéfica que a biodiversidade pode desenvolver com a agricultura. Por fim, as contratualizações que podem ser feitas no âmbito da empregabilidade de medidas agroambientais passam por processos administrativos muito complexos, com valores pagos tão baixos que, em muitos casos, levam os interessados a não aderir aos mesmos (Guigner, 2012).

No entanto, para que um agricultor se torne na sua atividade e no seu relacionamento com o local, um conservador do património natural, conseguindo aplicar técnicas de compatibilidade entre a agricultura, pecuária e a conservação dos habitats, é necessário o devido reconhecimento pela sociedade desta função, e o pagamento por este serviço (Alves *et al.*, 1995). A efetivação dos instrumentos da condicionalidade é (foi), o caminho para tentar que os pagamentos únicos não se transformassem em meras rendas, garantindo assim benefícios sociais e ecológicos, evoluindo estes pagamentos para um serviço prestado à sociedade com a introdução de métodos de produção compatíveis com as exigências de preservação do meio, contribuindo desta forma para um desenvolvimento sustentável (Cordovil *et al.*, 2004).

2.4. A DESERTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

As zonas rurais pobres do interior sofrem desde as décadas de 60 e 70 do século XX, de um processo de desertificação, mais ou menos acelerado, com um retrocesso da população - agravado pelo envelhecimento progressivo - e o abandono das atividades agrícolas (Varela, 1995).

A região onde se insere a nossa realidade, bem como toda a região do Sul da Europa, embora ainda fortemente representada pela agricultura, têm assistido a uma regressão da mesma nos espaços rurais de fraca produtividade e competitividade (Baptista, 2001), verificando-se, apesar do afastamento das suas gentes, uma grande percentagem de ocupação pelas atividades agroflorestais (Cordovil *et al.*, 2004).

O enfraquecimento da situação socioeconómica levou à redução das atividades locais, bem como de serviços essenciais à população e, a estagnação da sociedade rural contribuiu assim para gerar pouca diversidade sociocultural, dando origem a estruturas profissionais desequilibradas (Varela, 1995).

O desenvolvimento que o modelo agrícola sofreu durante estas últimas décadas, suportado essencialmente pelos sistemas intensivos, e que está associado a uma fraca necessidade de mão-de-obra, tem dificultado a mudança no seu rumo (Genevieve, 2005), e, nestas regiões de terrenos mais pobres que não oferecem as características necessárias para este tipo de culturas, verificou-se o seu progressivo abandono, deixando as parcelas de terreno de ser trabalhadas e preservadas, ficando a paisagem entregue a ela própria contribuindo para o processo da desertificação (Guigner, 2012).

O crescimento económico que se verificou, essencialmente a partir dos anos sessenta nas grandes áreas metropolitanas – Lisboa e Porto – e ainda na costa algarvia (Measures, 1995), ocasionado pelos seus crescentes poderes e influências, graças aos respetivos aumentos demográficos e pelos reforços da centralização das atividades económicas, bem como um maior dinamismo cultural e social (Cordovil *et al.*, 2004), negou o aproveitamento de muitas potencialidades e um sentido da realidade e de uma perceção equilibrada da vida das gentes rurais (Varela, 1995).

Todo este enquadramento não beneficiou em nada as regiões rurais mais isoladas, entre as quais a Serra do Caldeirão, tendo sido ignorada pelo país durante demasiado tempo, o que só aumentou as diferenças entre as zonas rurais e as cidades, provocando um êxodo rural maciço e jovem face às precárias condições de vida e pela ausência da perspetiva de emprego, transmitindo aos locais rurais um forte sentimento de isolamento (Measures, 1995). Este abandono rural interno foi ainda acompanhado por movimentos migratórios para países mais desenvolvidos do Norte da Europa, com maior destaque a França e a Alemanha (Cordovil *et al.*, 2004).

O processo da globalização trouxe como consequência a intensificação e aceleração das tendências discriminatórias, o que acelerou ainda mais o processo da desertificação nas zonas rurais de baixa densidade. Esta globalização não se restringe apenas à intensificação da ação do mercado, define-se também por situações político-financeiras,

em que o estado, cada vez mais endividado e pressionado pelas entidades financeiras, tem dado prioridade aos apoios que obterão um retorno económico mais eficaz, deixando para segundo plano a atribuição dos recursos às zonas rurais mais desfavorecidas, o que aumenta a sua marginalização (Moreira, 2001).

A própria aplicação da PAC, em muitos casos, contribuiu também para a marginalização dos espaços rurais, inicialmente devido à modernização e intensificação das produções o que provocou o êxodo agrícola e rural, e posteriormente pela redução dos apoios aos preços agrícolas, o que colocou à margem áreas agrícolas com maiores lacunas e dificuldades (Moreira, 2001).

Este processo sociológico de êxodo rural, inicialmente considerado como um mecanismo regulador do equilíbrio, rapidamente se transformou numa dispersão rural incontável que, não ocorrendo sob a transferência gradual de ativos agrícolas para outros setores promovendo um progresso social e local, gerou, como implicações, a redução de qualidade de vida dos que ficaram, perda de número de consumidores, reflexo nas outras atividades regionais existentes, falta de trabalho, maior distâncias das zonas mais evoluídas, falta de confiança, desencorajamento coletivo, entre outros, originando outro problema social (Varela, 1995). Contribuiu ainda para uma mudança da cultura que, suscitada pela falta de condições no local para atrair jovens e pelo desaparecimento progressivo de uma população já envelhecida, favoreceu o processo da desertificação humana, quebrando a continuidade geracional com conseqüente e significativa perda da cultura tradicional, única capaz de manter a riqueza da tipicidade da região.

A utilização muito mais agressiva de químicos e adubos têm tido conseqüências bastante nefastas para os recursos naturais, como a eutrofização das linhas de água e dos campos, a destruição e redução da diversidade de espécies selvagens e seus respetivos habitats, o esgotamento dos solos e lençóis freáticos, uma homogeneização das paisagens agrícolas. Esta simplificação da paisagem trouxe também como conseqüência direta a redução da biodiversidade, em virtude da fauna e flora estarem intrinsecamente ligadas às práticas agrícolas e aos sistemas de produção (Guigner, 2012).

Refiram-se como exemplos dos sistemas agropecuários, a poluição do ar pelas emissões de amoníaco e metano na pecuária e pelos adubos de óxido nitroso, bem como emissões

de cheiros nauseabundos provenientes de determinadas práticas agrícolas; relativamente à água, assistimos a consumos excessivos da mesma que, entre outros, pode afetar habitats naturais, bem como a sua poluição a nível superficial e subterrâneo com nitratos e fósforo em resultado da aplicação dos adubos e das atividades pecuárias, e ainda dos pesticidas, dos efluentes e das lamas. Os solos são afetados pela agricultura através da sua erosão, compressão e desertificação numa componente de degradação física, e por uma acidificação, salinização e contaminação de micropoluentes num processo de degradação química, causados por um desajuste na utilização de adubos e pesticidas, excesso de efluentes das pecuárias e ineficácia na gestão da irrigação. A degradação destes recursos vai, por sua vez desequilibrar a biodiversidade e comprometer os ecossistemas (Baptista, 2001).

Todas estas utilizações artificiais, que têm sido sujeito os vários espaços rurais, tem vindo a provocar sérias alterações nas biocenoses, provocando a destruição e risco de extinção de muitas espécies e seus habitats. Tornaram-se como a principal ameaça na questão da conservação, o que tem levado a que sejam desenvolvidas diretrizes isoladas de proteção de determinadas espécies, sem que as mesmas sejam acompanhadas e rodeadas por outras medidas, podendo contribuir assim para uma atitude de desrespeito, e continuidade de um consumo de recursos sem qualquer efeito proveitoso, por vezes até contraproducente (Alves *et al.*, 1995). Do mesmo modo, na evolução que a PAC foi sofrendo ao longo dos tempos, verificou-se a introdução progressiva de medidas de proteção ambiental e dos recursos naturais, tais como a água e os solos, através de programas específicos de condicionalidade ambiental, com impactos positivos no reforço das diretivas existentes e sem custos inerentes excessivamente elevados; a sua aplicação, no entanto, foi comprometida pela necessidade, não acautelada, de integração e aproveitamento das sinergias existentes entre os diferentes setores associados (Ó, 2013).

3. A TRANSFORMAÇÃO NA SERRA DO CALDEIRÃO

A geografia da Serra do Caldeirão demonstra claramente ter uma influência do mundo mediterrânico, pelo clima, revestimento florestal, arcaísmo dos modos de vida e economia pobre e rotineira em solos maioritariamente pobres. O clima condiciona vários aspetos territoriais, tais como a formação dos solos e do seu relevo (que resultam paralelamente da natureza dos materiais que lhes deram origem), o tipo de vegetação, as culturas e o tipo de exploração agrícola, a alimentação e hábitos de vida das populações. A vegetação existente resulta ainda do tipo de solos e forma de uso dos mesmos (Azevedo, 2004). Em suma, a grande diversidade de situações geográficas está na base de uma distribuição desigual dos recursos naturais da região, contribuindo por sua vez para explorações e riquezas também díspares (Varela, 1995).

A ausência de respeito por estas condicionantes tipicamente mediterrânicas contribuiu para o insucesso agrícola e para a degradação dos territórios, fomentando o processo da desertificação. O abandono da agricultura foi ainda suscitado pela procura de outras atividades económicas mais rentáveis, como por exemplo, o turismo.

Este abandono, parcial ou total da agricultura sucedeu sem qualquer libertação das terras, o que não favoreceu de todo um movimento de reestruturação das mesmas de forma a aumentar a dimensão das explorações agrícolas, tornando inexistente o mercado fundiário (Rolo & Coelho, 1986). O abandono das terras aumentou fortemente os riscos de incêndios florestais, uma vez que a presença humana garantia um certo ordenamento do território, pelas queimadas controladas, corte dos matos ou por algumas práticas agrícolas desenvolvidas (Silva, 1988).

Em virtude do cultivo exclusivo dos cereais perante a instabilidade climática se ter tornado aleatória e insuficiente, verificou-se uma variação na região da Serra do Caldeirão, evoluindo para uma zona de existência de arvoredos esparsos com a capacidade de produção de tempo indefinido, que se encontravam em perfeita

conciliação e sem interferir com as colheitas das sementeiras, bem como com a existência das hortas. Destacam-se dos arbustos e arvoredos, o sobreiro, a azinheira, a oliveira, o medronheiro - regra geral subespontâneos -, cujos frutos proporcionavam outra forma de subsistência e que tiravam melhor partido dos solos e do clima, cujas raízes penetram em maior profundidade aproveitando a humidade dos subsolos e agarram-se bem nas terras pedregosas e nos grandes declives. Predominam ainda as criações de gado ovino e caprino, em que o gado ovino domina nas áreas de cultura extensiva de trigo da sua área, e o caprino alimenta-se do pascigo de terras mais pobres (Ribeiro, 1997).

No entanto, a silvicultura – umas das atividades predominantes -, terá sofrido uma diminuição do produto da cortiça, que tem sido de certa forma substituído pelos materiais lenhosos provenientes essencialmente de pinhais e alguns de eucalipto. Verificou-se também um progressivo abandono do cultivo dos sob cobertos que foram deixados aos matos (Rolo & Coelho, 1986).

A desertificação na Serra do Caldeirão é fruto da sua situação ambiental e socioeconómica, pelo que iremos fazer uma breve abordagem às mesmas.

3.1. A QUESTÃO AMBIENTAL

A região do Algarve, cujo interior é, em grande parte, abrangido pela Serra do Caldeirão (que inclui ainda uma linha do sul do Alentejo e constitui um vasto território de média montanha), embora não pertença a um país Mediterrânico, é considerada como tal, em virtude de usufruir do mesmo tipo de clima, com temperaturas amenas por influência da proximidade do mar, bem como, pela barreira aos ventos frios nórdicos que a disposição e cotas elevadas das serras de Monchique, Espinhaço de Cão e Caldeirão lhe oferecem (Pessoa *et al.*, 1999). Esta região encontra-se situada na área conhecida por “isoclimática mediterrânea”, em virtude de reunir as características de transição de sub-tropicalismo, apresentando no entanto, fortes efeitos de continentalidade, nomeadamente no Nordeste Algarvio (Rolo & Coelho, 1986).

À semelhança de toda a região mediterrânea, a sua vegetação é o resultado da ação humana e do clima, com variados mosaicos de paisagens com diferentes estruturas espaciais e elevados níveis de diversidade biológica (Naveh, 1991). A região tem uma predominância de relevos acidentados, com declives acentuados, predomínio de solos pobres e altamente erosionáveis, condições estas que, muito têm contribuído para a sua pobreza. Observam-se também já grandes perdas do coberto vegetal como resultado dos incêndios florestais que têm vindo a assolar a região (Pessoa, 1998).

Esta zona é considerada uma zona bastante vulnerável às variações climáticas cujos maiores impactos se manifestam pelo aumento da probabilidade de cheias e inundações (embora menos frequentes), aos riscos de erosão, intrusão salina, uma menor disponibilidade de água, uma maior incidência de pragas e insetos devido ao aquecimento global e maiores probabilidades de ocorrência de secas (Santos, Forbes & Moita, 2001).

3.1.1. CONDIÇÕES EDAFO-CLIMÁTICAS DA REGIÃO

É do conhecimento geral que o clima tem vindo a sofrer significativas alterações ao longo das últimas décadas, o que tem vindo a influenciar todo o planeta.

É também reconhecido que as causas destas mudanças climáticas estão ligadas a causas naturais externas – as variações na luminosidade do Sol e variações na órbita da Terra em torno do Sol que provocam oscilações no equilíbrio energético da atmosfera - e as causas antropogénicas – pela emissão de gases com efeito de estufa (GEE), que têm a capacidade de absorver maior quantidade de radiação infravermelha, retendo mais energia e aumentando a temperatura da atmosfera (Santos, Forbes & Moita, 2001). Devemos portanto, quando estudamos o clima em termos da sua contribuição para as suas alterações e seu impacto na desertificação, considerar a influência dos processos dinâmicos de larga escala da atmosfera - macroclima – e da ação do homem cujos efeitos localizados sobre os processos físicos e biológicos atuam na superfície da terra – microclima. Não impede no entanto, que um possa influenciar o outro, como por exemplo, uma alteração a nível do ecossistema natural - um sobrepastoreio ou cultivo- poderá alterar a refletividade da superfície, rugosidade e condutividade de calor, da água

e dos gases, o que irá influenciar o microclima podendo se repercutir até ao macroclima. (Hare *et al*, 1992).

Face a estas alterações climáticas, Portugal e a nossa zona em estudo, sofreu, nestes últimos anos um aumento da temperatura média e uma diminuição de precipitação, o que causou impactos nos recursos hídricos, na agricultura e nas florestas (Santos, Forbes & Moita, 2001).

Os Verões característicos desta zona mediterrânica, apresentam-se com temperaturas elevadas, forte luminosidade, grande insolação e escassa chuva. A vinda dos Outonos é marcada por perturbações acompanhadas de trovoadas e de aguaceiros, que apesar de curta duração, são violentos, embora na região em estudo as nuvens passem altas, dissipando-se em chuvadas breves. Ainda que se note uma diminuição progressiva das temperaturas com maior impacto à noite, pode-se manter um tempo ainda quente e luminoso, com maior índice de humidade. Os Invernos são compostos por duas situações meteorológicas que alternam: por um lado, noites frias e dias luminosos e secos, por outro lado, uma amenização das temperaturas acompanhadas por nebulosidades e chuvas. A Primavera, está sujeita às mesmas perturbações climáticas do Inverno e Outono, mas já com uma temperatura média mais elevada (Ribeiro, 1997).

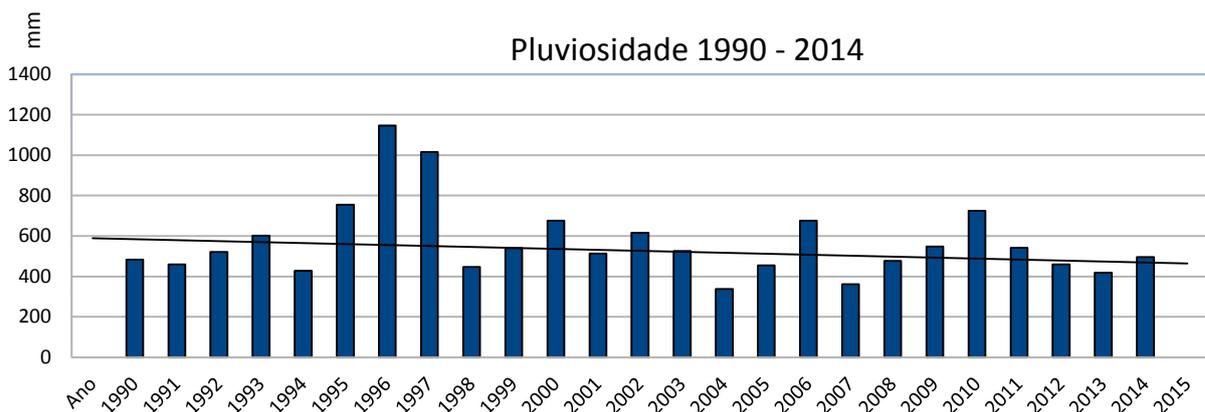
A diminuição da precipitação e a sua maior concentração em espaços de tempo mais curtos - que se concentram muito mais nos meses de inverno – levou a uma diminuição do escoamento das bacias, com maior evidência no rio Sado e Guadiana, o que provocou uma redução de água disponível para as regas, bem como a sua qualidade, e a ocorrência de secas, que, conjugadas com as temperaturas médias mais elevadas, acabaram por ter consequências comprometedoras no setor agrícola, levando a um decréscimo na sua atividade (Santos, Forbes & Moita, 2001).

Segundo Rolo & Coelho (1986), as temperaturas médias que se têm registado situam-se entre os 15 e os 17,5°C e a precipitação anual na Serra do Caldeirão ronda cerca de 500 mm - o que iremos confirmar mais à frente - e é muito irregular, embora esta região se considere rica em recursos hídricos superficiais, as suas reservas não se têm verificado ser suficientes, essencialmente nos períodos de verão. Os escoamentos superficiais são do género torrencial, causando cursos de água temporários, em virtude de, nos períodos

estivais, os mesmos serem praticamente inexistentes. A humidade relativa do ar apresenta valores inferiores a 75% e os elevados valores de radiação solar permitem atingir níveis de insolação também eles muito altos, podendo atingir cerca de 3000 horas anuais com um valor médio de nevoeiro de 20 dias por ano (Pessoa *et al.*, 1999).

O gráfico seguinte (quadro 3.1) apresenta o registo da pluviosidade nos últimos 24 anos de uma zona próxima da região em análise (Coordenadas geográficas: 37.432882, - 8.023426), situada a cerca de 30 Km a oeste da localidade de Martim Longo e que se situa também na Serra do Caldeirão. Embora os 24 anos não correspondam completamente a uma normal climática, optámos por analisar estes dados, visto serem de uma estação meteorológica muito próxima da zona em estudo, com características edafo-climáticas semelhantes.

Gráfico 3.1: Registo Anual da Pluviosidade e Linha da Tendência nos últimos 24 anos



Fonte: Proprietário da estação meteorológica (J.V.)

Se analisarmos os registos de pluviosidade por ano, podemos verificar um comportamento de certa forma cíclico dos valores de pluviosidade no percorrer dos anos, à exceção dos anos 1996 e 1997 (que apresentam um pico excepcional de pluviosidade) em que se verificam intervalos com descidas e subidas de pluviosidade ao longo desses anos, não aparentando grande quebra nos níveis de pluviosidade.

No entanto, a reta de regressão aqui representada, leva-nos a concluir que, ao longo dos anos, a média de pluviosidade tem vindo a sofrer uma diminuição progressiva - a média dos valores no início da década de 90 era praticamente de 600 mm e atualmente os valores desceram para um pouco menos de 500 mm.

As dificuldades que as alterações climáticas acrescentaram, implicarão soluções que se coadunem com a nova realidade climática, como por exemplo, atividades agrícolas que necessitem do uso de menores quantidades de água para rega ou a deslocação do calendário das sementeiras de forma a ir ao encontro da melhor época de chuvas (Santos, Forbes & Moita, 2001). O recurso hídrico, indispensável à vida, distribui-se de forma muito irregular no espaço e no tempo, com clara evidência nas regiões cujo clima é do tipo mediterrânico, o que obriga a uma gestão cuidadosa da água do ciclo hidrológico terrestre. Caso contrário, a falta de recursos hídricos implicará o condicionamento dos sistemas de rega da agricultura, as suas produções, a qualidade das mesmas, e o problema irá estender-se até à falta de energia, indústria, turismo, desporto, e atividades de lazer. Tudo isto conduzirá a uma ausência de produção e de qualidade de vida (Guerreiro, 1995).

Relativamente aos solos, o seu uso adequado tem um papel preponderante na conservação dos ecossistemas, em que estes, em estado natural, são providos de várias camadas de vegetação, que garantem a absorção da água da chuva - mesmo aquela que cai torrencialmente - de forma lenta e progressiva, mantendo o equilíbrio edafobiológico (Costa, 1996).

A pressão humana motivada pela expansão económica, exigindo maiores espaços livres para o desenvolvimento das atividades agrícolas, conduziu à destruição de inúmeras formas vegetais que tinham como papel principal a proteção dos solos e a manutenção de uma certa frescura necessária para a subsistência de algumas espécies (Beliz, 1988).

O aumento da utilização dos tratores em trabalhos mais profundos dos solos alterou o seu equilíbrio na camada mais superficial: as perturbações causadas aos micro-organismos aeróbios que vivem na zona mais arejada, e aos anaeróbios numa camada inferior dificultando a reconstituição adequada da vida microbiana (Lieutaghi, 1972).

Este uso abusivo do solo e conseqüente desnudamento, a passagem das máquinas pesadas e o pisoteio animal, têm levado à formação de uma crosta dura e compacta que impede a eficaz circulação de água e ar, contribuindo para processos de estagnação de água no inverno (Lieutaghi, 1972). Logo, numa ocorrência de chuvas, o solo atinge - após excedida a sua capacidade de infiltração - uma situação de saturação, proporcionando a

existência de escoamentos superficiais da água, dando início ao processo de erosão, que, em terrenos com espessuras finas, consiste numa dispersão e num transporte de elementos da camada superficial dos solos favorecendo o seu maior empobrecimento (Costa, 1996).

O desbaste dos matos espessos que cobriam as encostas, as roças e as queimadas de matos, têm de igual forma contribuído para a erosão, o enfraquecimento dos solos e o afloramento das rochas, (Ribeiro, 1997). De referir no entanto que, posteriormente e perante o abandono das terras e das suas práticas de conservação, as estevas instalaram-se e ofereceram em certa medida uma proteção contra a erosão. Noutras situações mais favoráveis, assiste-se à existência de matagal de carrasco, medronheiro e aroeira (Pessoa, 1998).

A fraca capacidade de infiltração dos solos leva os mesmos a efetuar um armazenamento de humidade muito escasso e, terminada a época das chuvas, os solos no Verão ficam muito secos, castigando severamente a vegetação existente, até mesmo a espontânea e as florestas (Loureiro, 1994). Na ocorrência de fenómenos climáticos mais intensos - como as secas, as ondas de calor, os riscos de incêndio - estes vão aumentar a perda de produtividade pela mortalidade da vegetação e por conseguinte aumentar a degradação dos solos (Santos, Forbes & Moita, 2001). Os incêndios florestais que têm assolado a serra, têm portanto acelerado todo o processo da desertificação (Pessoa, 1998) e sempre que há mais incêndios este problema agrava-se. Todas estas características têm-se revelado fatores que limitam fortemente qualquer uso agroflorestal (Loureiro, 1994).

Face ao abandono progressivo das terras do interior mais longínquo - motivado pela falta de oferta de atividades económicas que consigam fixar as populações - deixaram de se conservar os valados e os muros que suportavam as terras nas encostas e nos percursos das linhas de água, sendo outro fator que aumentou o processo de degradação dos solos (Pessoa, 1998).

Atualmente, o Nordeste Algarvio tem como solos predominantes os solos delgados, pobres e esqueléticos de xistos e de rocha sedimentar detrítica - grauvaques, ricos em calcário (Rolo & Coelho, 1986). Os mesmos apresentam baixos teores de matéria orgânica e nutrientes, estão compactados e têm taxas de infiltração muito reduzidas,

agravadas pela sua fraca profundidade (Loureiro, 1994). Apresentam declives muito acentuados e vegetação espontânea de manto baixo, com uma distribuição mais isolada de árvores – azinheiras e sobreiros - e arbustos – medronheiros (Pessoa, 1998).

3.2. A QUESTÃO SÓCIOECONÓMICA

O limite meridional do Maciço Antigo exerce, no domínio da distribuição da população, um limite demográfico na região cuja densidade é a mais inferior de todo o Algarve e da serra e o seu êxodo é o mais significativo (Rolo & Coelho, 1986), o que coloca a sustentabilidade demográfica em risco, com maior evidência na população agrícola, devido ao acentuado envelhecimento da sua população residente (PANCD, 2013).

Com base numa análise da informação proveniente do Instituto Nacional de Estatística (INE) (INE, 2011), e como já o percebemos, a região em estudo integra-se numa zona definida como rural de baixa densidade, e a densidade do concelho de Alcoutim – região que abrange a maior parte da zona em estudo - tem uma média de 5,1 habitantes por Km², com uma população rural bastante envelhecida (43,9% com 65 anos ou mais). A população aumentou no Algarve comparativamente ao Censo anterior (2001), mas o concelho de Alcoutim sofreu uma diminuição 22,6%, tendência esta que não aparenta de todo estar a reverter.

A população ativa está ligada essencialmente ao setor primário. Predominam as pequenas e muito pequenas explorações agrícolas, cujo trabalho agrícola é fundamentalmente desempenhado pela população agrícola familiar, contudo há que ressaltar, que estas explorações agrícolas também têm, muitas vezes a função de residência para os inativos e para os que exercem atividades fora da exploração (Rolo & Coelho, 1986).

A população rural maioritariamente ligada a explorações agrícolas – é na ordem dos 55% (como se poderá verificar na figura 4.1.), no entanto, o seu principal meio de vida é, não só o trabalho – 39% dos casos - mas também as pensões – 33%. Estas pensões rurais e reformas, para as populações mais pobres, têm um peso significativo para sua subsistência (Novais, Lourenço & Baptista, 2000).

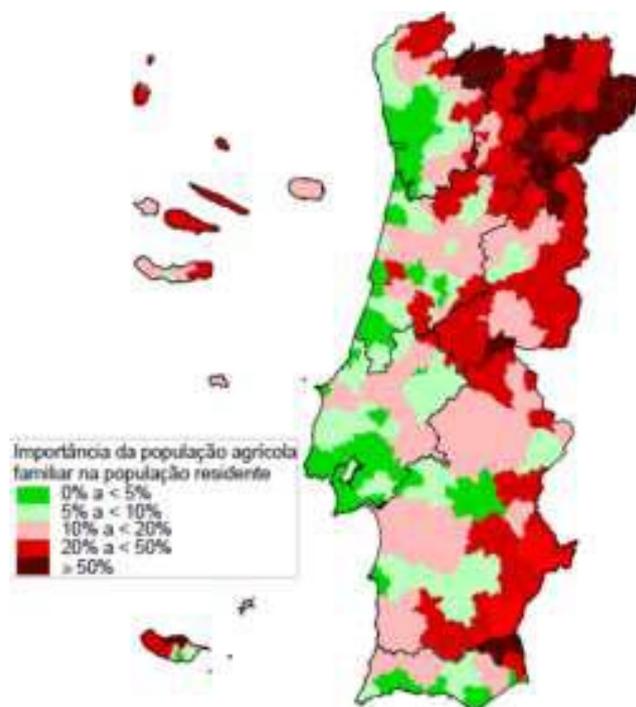


Figura. 4.1. Importância relativa da população agrícola no total da população residente

Fonte: INE 2011- *Recenseamentos da Agricultura 2009*

A região em causa pode considerar-se como pertencente a “zonas sob pressão da evolução moderna”, em virtude de se encontrar na periferia de um litoral em desenvolvimento (Varela, 1992). A relação desigual entre as áreas urbanas do litoral e as rurais do interior da serra algarvia, conduziu a um crescimento feito à custa da perda da importância e da deterioração dos recursos do interior da serra (PANCD, 2013).

Nesta região, bem como o resto do Mediterrâneo Norte, não é clara a relação entre as áreas desertificadas e a pobreza, mas existem no entanto alguns indicadores disponíveis no INE que nos leva a deduzir que existe alguma ligação entre ambas (PANCD, 2013).

A diminuição e envelhecimento da população residente está a fazer ressurgir os incultos, o empobrecimento do tecido produtivo, a falência dos serviços, e a degradação do património edificado (Cavaco & Ramos, 1994), embora estes dois últimos aspetos tenham de alguma forma sido melhorados através de programas do desenvolvimento local.

Os melhoramentos efetuados a nível das condições de vida das populações rurais – que se verificam desde a existência dos poderes locais democráticos – são, designadamente a instalação de redes de eletricidade e telefone, de água canalizada e esgotos, obras hidráulicas, centros de saúde locais, outros centros públicos e ainda a melhoria dos acessos às povoações, que, embora de grande importância para a região, por si só não foram suficientes para segurar as populações nas aldeias e para o progresso económico, social, cultural e ambiental (Measures, 1995).

Foram já feitas várias tentativas de dinamização da economia regional, com a utilização dos recursos endógenos, de forma a melhorar as condições de vida das populações locais, o que infelizmente nem sempre tem sido aplicado da melhor maneira (Alves, 2004). Com base em políticas nacionais e comunitárias do desenvolvimento local em meio rural, procurou-se implementar projetos no âmbito da revalorização patrimonial e do turismo, quer abrangendo bens como monumentos históricos, vestígios arqueológicos, paisagens, festividades, folclore, gastronomia, entre outros, quer tentando inserir-se no mercado turístico com vários tipos de ofertas, e tentando potenciar a economia da região (Silva, 2008). Os investimentos que se têm realizado na florestação (como iremos falar mais adiante), poderão também gerar outras dinâmicas locais associadas à mesma, como por exemplo a silvopastorícia e a cinegética, e o turismo da natureza, como já referido (Morais, 2004).

A região em estudo é constituída por territórios cujos ciclos naturais estão em rutura, com pouco valor económico e de fracos recursos técnicos e humanos, o que levou a um défice de massa crítica, com pouco poder político e reivindicativo, sendo que estas fragilidades se associam a uma fraca capacidade política de chegar aos centros de decisão, em que as próprias Organizações Não Governamentais (ONG) sentem dificuldades em afirmar uma participação ativa nos territórios. Estamos perante um território esquecido pelos decisores políticos e pelos agentes económicos (Alho, 2004).

Contudo, as aldeias e lugares do Nordeste Algarvio constituem lugares privilegiados de interação de valores, detendo um potencial no seu património natural e construído, na sua história e cultura, capazes de gerar dinâmicas no espaço rural. As dificuldades que esta riqueza cultural, económica e social atravessa, resultam de um modelo de

desenvolvimento que desfavorece o território inviabilizando os seus sistemas produtivos tradicionais. Realça-se a sua estrutura urbana equilibrada, com pequenos aglomerados populacionais distribuídos de forma regular na região, detendo uma vivência própria, onde ainda se desenvolvem uma série de atividades que podem ser valorizadas (Loures, 2010), mas que, pelo fato de se encontrarem em pequenas aglomerações, o êxodo rural coloca-as em risco de abandono (Pessoa, 1998).

4. COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

A desertificação é hoje reconhecida como sendo um grave problema a nível ambiental numa escala global e mundial, sendo a região do Mediterrâneo uma das mais afetadas por este processo devido às suas características físicas (clima, relevo, solos), bem como ao seu passado histórico-cultural como se pode verificar nos capítulos anteriores. A degradação dos recursos naturais mais essenciais, tais como o solo, a água e a vegetação, estão na origem deste fenómeno da desertificação, que tem sofrido grande aceleração face ao desenvolvimento das atividades económicas na agricultura e no turismo. Obviamente que a principal causa deste fenómeno tem um só nome: a ação do homem sobre o meio.

Desde tempos muito recuados que se tem verificado a destruição do coberto vegetal, a aplicação de práticas agrícolas incorretas e intensas, o que tem levado à uma dizimação progressiva dos recursos. Dos fatores físicos que conferem uma maior suscetibilidade de desertificação, destacamos, a erosão hídrica dos solos que tem vindo a desencadear situações graves de degradação do ecossistema, designadamente a perda de fertilidade dos solos, a degradação da sua estrutura e diminuição de espessura, que por sua vez não conserva a água e suporta apenas vegetação escassa com pouca diversidade. As secas prolongadas, poluição dos solos, sua compactação, incêndios, têm sido outros fatores de contribuição para este processo (Roxo, Mourão & Casimiro, 1998).

Como refere Varela (1995), é reconhecido, nos dias de hoje que a forma de combate à desertificação de uma determinada região, impõe um planeamento a nível regional, que tem sido gerido até há bem pouco tempo, apenas em função do desenvolvimento económico. Inicialmente os estudos somente incluíam o fator tempo no campo das suas investigações e só posteriormente foi tido em conta o fator espaço. O acréscimo deste aspeto, não mudou todavia o rumo da tendência unicamente de interesse económico, em que se procura o melhor tempo no melhor espaço para se conseguir a melhor produção.

Mais recentemente, para além do fator económico, foram finalmente incluídos na gestão dos planeamentos os fatores humanos, e a melhoria das suas condições de vida, integrados numa valorização do meio - recuperando e conservando os territórios mais suscetíveis. Sabemos também que estas duas tendências não funcionam uma sem a outra para se conseguir a valorização regional, carecendo apenas de uma hierarquia na sua gestão (Varela, 1995).

É necessário então, desenvolver atividades económicas que permitam a subsistência da população, com a introdução da combinação de métodos tradicionais com técnicas mais evoluídas, que se enquadrem devidamente na respetiva zona rural, indo ao encontro das potencialidades da mesma e que se apresentem em perfeito equilíbrio com a conservação da natureza (Alves *et al.*, 1995).

De notar também que, se por um lado o intenso crescimento económico levou a uma perda de poder e de protagonismo dos territórios rurais e da agricultura, por outro lado, suscitou a criação de novas oportunidades pelo substancial aumento de procura da diversificação de produtos, e sobretudo pelo aparecimento de serviços e externalidades que unicamente poderão ser oferecidos pela agricultura e pelos territórios rurais (Cordovil *et al.*, 2004). Este exemplo defende que, se por um lado, o desenvolvimento económico tem suscitado um grande desequilíbrio entre as regiões, por outro lado, uma maior mobilidade dos homens e das atividades poderá favorecer uma melhor modernização e dinamização das regiões menos desenvolvidas, desde que sejam tomadas as corretas orientações de forma a criar novas bases de crescimento capazes de fixar as populações nas zonas rurais (Varela, 1995).

A desertificação tem tido um custo a nível mundial na ordem dos 42,3 mil milhões de dólares por ano (Bugalho, 2010), pelo que, só por estes motivos económicos o homem deveria estar motivado para tomar uma atitude.

Cerca de 3,6 mil milhões de ha, designadamente 28% da superfície terrestre, está sujeita a processos de desertificação (Bugalho, 2010), e, mais de metade do território português corre o risco de desertificação, cujos solos se estão a tornar mais áridos e com maior índice de acidificação pelo que urge uma tomada de posição para inverter esta situação (CUMEADAS, 2008). Sabemos que uma das causas e consequências direta e imediata da

aceleração deste processo é o despovoamento que se tem revelado com maior índice no interior do Algarve, pelo que, neste contexto de combate à desertificação, e como mencionam Benoit, Deffontaines & Lardon (2006), os agricultores podem vir a desempenhar um papel importante na reversão do processo de êxodo rural, em virtude de, profissionalmente, não necessitarem de efetuar grandes deslocações geográficas, garantindo assim uma presença mais constante na sua região, e contribuindo para o desenvolvimento de ações mais locais, que, em conjunto com os novos urbanos-rurais, potenciarão uma gestão dinâmica integrada no seio rural.

4.1. PLANO POLÍTICO DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Na Cimeira da Terra, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, foi aprovado um Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável, designado por “Ação 21”, na qual foi sugerido a elaboração de uma Convenção Mundial de Luta contra a Desertificação nos países afetados por secas graves e pela desertificação. Foi então criada a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD) a 17 de Junho de 1994, que foi ratificada por Portugal a 1 de Abril de 1996, tendo sido também apoiada pela UE em 1998 (CUMEADAS, 2003).

A CNUCD tornou-se assim, no instrumento legal que permite o comprometimento a longo termo pelas partes integrantes, juridicamente sujeitas à aplicação das suas disposições em ações práticas e locais (CUMEADAS, 2004).

A convenção adotou uma filosofia “de baixo para cima” e preconizou portanto um efetivo envolvimento das comunidades locais, em que as mesmas são encorajadas a permanecer nas suas terras e a revalorizá-las. Para além do combate aos efeitos da desertificação, aconselha o desenvolvimento de ações no contexto social, político, económico e tecnológico que exercem também um papel no combate ao processo da desertificação. Deverá ser dada tanta importância aos fatores socioeconómicos como aos físicos e biológicos, devendo considerar o protagonismo das populações locais na gestão dos recursos e fazer uma intrusão da ciência e tecnologia nos conhecimentos tradicionais (CUMEADAS, 2003).

Para a obtenção de todas estas interações, a CCD aconselha (CUMEADAS, 2002):

- O combate aos efeitos, e também atuar no contexto social, político, económico e tecnológico, todos responsáveis pela desertificação;
- Ter em conta os aspetos socioeconómicos a par dos aspetos físicos e biológicos da desertificação (causas, manifestações, efeitos e ações de prevenção e combate) e do desenvolvimento sustentável;
- Considerar o protagonismo das populações locais na gestão dos recursos;
- Ligar a Ciência e a Tecnologia aos conhecimentos tradicionais;
- Capacitação técnica do combate ao processo da desertificação.

4.2. PLANO DE AÇÃO REGIONAL – CONTRIBUIÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PANCD

A problemática da desertificação, assunto já identificado num período antecedente à criação da CNUCD e do PANCD, suscitava já preocupação às entidades públicas e Organizações Não Governamentais (ONG) regionais, e também à população local.

No enquadramento dessa realidade, eram já colocadas em prática uma diversidade de ações que se traduziram essencialmente pela promoção de projetos de financiamento com o objetivo de proteger e dinamizar as regiões rurais.

Com base na informação do Plano de Ação Regional de Combate à Desertificação (PARCD) no Algarve (Pessoa *et al.*, 1999), que serviu como ferramenta de apoio para o estabelecimento do PANCD procurando enquadrar a situação da região rural do Algarve relativamente à problemática da desertificação, faz-se de seguida uma breve abordagem aos projetos que tinham sido já desenvolvidos por entidades públicas e privadas, conforme já referido:

- Medidas agroambientais, através das quais se tentou preservar culturas típicas da zona e desenvolver outras em sintonia com o ambiente. Foram estabelecidas compensações indemnizatórias de apoio às atividades agrícolas de regiões mais desfavorecidas que deveriam ir ao encontro dos objetivos do combate à desertificação, mas o seu sucesso revelou-se nulo quanto à inversão do êxodo rural;

- Foram desenvolvidos vários projetos de defesa contra os incêndios, designadamente, beneficiação e construção de caminhos, abertura e limpeza de aceiros, construção de barragens e de pontos de água, construção de açudes, limpeza de matos e de bermas, sistemas de vigilância, campanhas de sensibilização e de informação. Os mesmos, sem se revelarem ineficazes, não impediram no entanto, os grandes incêndios de 2004;
- Construção de pequenas barragens, muito por vontade dos agricultores, a partir das quais se construíram pequenos regadios para autoconsumo;
- Outros projetos interdisciplinares que se baseiam em estudos; o projeto da “Cabra Algarvia”; projetos de experimentação relacionados com o estudo da vegetação autóctone, com a valorização das culturas tradicionais – medronho, figueira, amendoeira - com a proteção integrada e agricultura biológica e com a poupança da água;
- Projetos de gestão dos recursos hídricos, num conceito de gestão sustentável, que por conseguinte também servem os interesses do combate à desertificação;
- Centros Rurais do Algarve: foram criados vários centros rurais com o objetivo de potenciar a realização de projetos relacionados com o desenvolvimento regional e da agricultura.

Destaca-se aqui o centro regional do Nordeste Guadiana, que abrange as freguesias de Giões, Pereiro e Alcoutim do concelho de Alcoutim, Odeleite e Azinhal do concelho de Castro Marim, que corresponde à nossa zona em estudo.

Todos estes projetos desenvolvidos com o apoio de entidades públicas e privadas, não foram no entanto, aplicados seguindo uma estratégia planeada e combinada entre todos os intervenientes. Não foram considerados todos os aspetos ligados à problemática da desertificação, pelo que, regra geral a diminuição do risco de desertificação não se verificou.

Na análise já efetuada a esta questão, ficou desde logo muito claro que o processo da desertificação compreendia uma situação de elevada complexidade e com impactos elevados na região do Algarve, com maior incidência na região da Serra. Já nesta altura apelava-se ao Governo que fosse assumido politicamente esta realidade e que se

interviesse de forma integrada a nível nacional e comunitário de forma a efetivar as ações de combate à desertificação.

Este Plano Regional apresentou ainda um conjunto de propostas de ações a desenvolver, que se enquadravam nas seguintes linhas gerais:

- Inversão do processo de despovoamento;
- Intervenção no setor agro-florestal;
- Intervenção na gestão da rede hidrográfica e dos aquíferos;
- Promoção do associativismo e organização dos agricultores e habitantes locais;
- Sensibilização da população para as questões da desertificação;
- Criação da comissão regional.

4.3. PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

No seguimento da adesão pelo Estado Português à CNUCD, foi aprovado, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 69/99 a 17 de Junho, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação. O mesmo constituía uma das obrigações impostas pela Convenção e visava a aplicação no campo geral das orientações, medidas e instrumentos da CNUCD nas áreas em risco de desertificação (semiáridas e sub-húmidas secas) do nosso continente, conjugando iniciativas de cooperação multilateral e bilateral de entidades portuguesas inscritas (PANCD, 2013).

A coordenação e implementação do programa são asseguradas por uma Comissão Nacional de Coordenação (CNC), presidida pelo ministério do respetivo pelouro. A nível regional, por subcomissões que integram organismos da Administração Pública das áreas da agricultura, do ambiente, do ordenamento de território e do desenvolvimento regional, de forma a manter um processo descentralizado de coordenação e ação (Louro, 2004).

A revisão e atualização do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação foram aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2014, de 24 de Dezembro, D. R. nº248/2014, série I (ICNF, 2014).

Os principais objetivos do PANCD são: orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as ações de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca. O Plano constitui uma referência mobilizadora e orientadora dos trabalhos de definição e aplicação de medidas e instrumentos de política para o desenvolvimento integrado e sustentado do território (ICNF, 2014). Tem ainda, como principal foco o Homem e o desenvolvimento de atitudes e ações ativas no combate, e as medidas na prevenção de degradação dos recursos (CUMEADAS, 2003).

O PANCD é um instrumento de influência que, sendo desprovido de um programa financeiro e de uma estrutura orgânica organizada, deverá agilizar o seu acesso aos financiamentos comunitários, estando atento aos instrumentos de planeamento e de políticas, e às oportunidades de intervenção, para concretizar os seus objetivos (Louro, 2004).

A metodologia de trabalho proposto pela CNUCD só é exequível com o apoio de um sistema de indicadores apropriados que avalia e monitoriza as síndromas da desertificação, os seus efeitos e as suas tendências (PANCD, 2013).

Foram portanto desenvolvidos, a partir de 1997, sistemas de indicadores que tiveram como primeiro objetivo identificar aspetos biofísicos que identificavam as zonas de suscetibilidade de desertificação em Portugal. Ao longo dos anos, os mesmos foram sofrendo evoluções e melhoramentos, nos quais foram incluídas as questões sociais e económicas em virtude da inter-relação que as mesmas mantêm com a desertificação. Destacam-se o sistema DISMED - Sistema de Informação em Desertificação no Mediterrâneo (até 2003) e o projeto *DesertWatch I* (que surgiu em 2004), promovida pela Agência Espacial Europeia (ESA), e que desenvolveu um sistema de informação operacional baseados em tecnologias de Observação da Terra (Deteção Remota). Posteriormente foi desenvolvido ainda o DesertWatch Extensão, para o exercício duma abordagem mais global que integrou 3 Regiões da CNUCD – África, América Latina e Mediterrâneo (PANCD, 2013).

Estes sistemas de indicadores visam dar respostas regionais concertadas e comuns à Convenção quanto à avaliação e monitorização dos processos de desertificação e ainda as suas tendências ao longo do tempo.

Na figura a seguir apresentada (fig. 4.2.), e com base em indicadores, podemos ver qual a evolução da caracterização espacial do índice de suscetibilidade à desertificação em Portugal, condicionado ao clima, vegetação e solo, entre os anos 1999 e 2009.

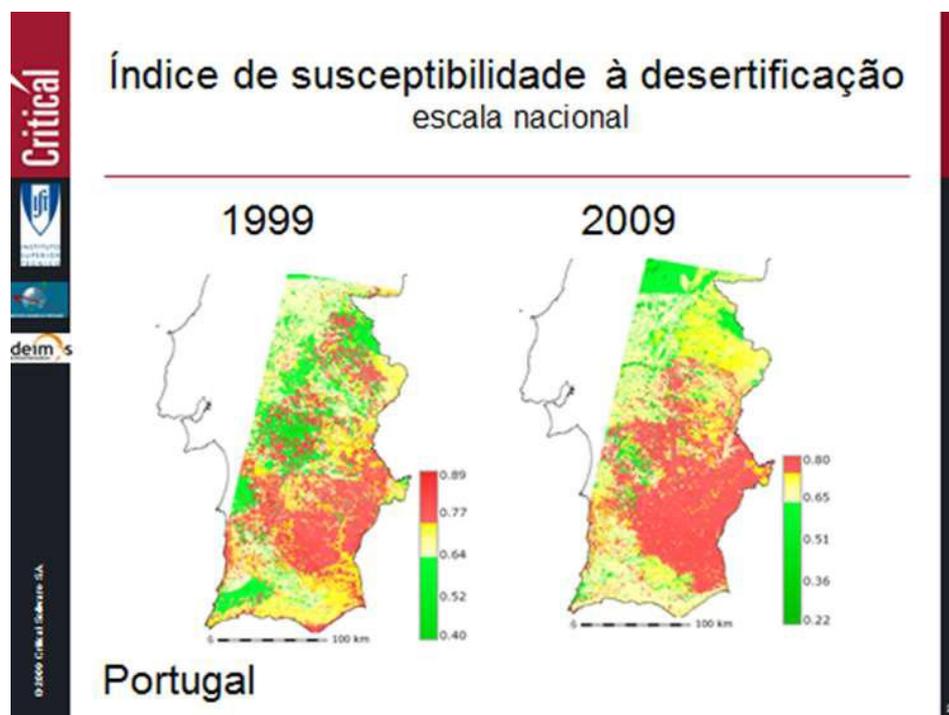


Figura.4.2. Índice de Suscetibilidade à Desertificação

Fonte: ICNF

Segundo o PANCD (2013), numa primeira fase, o Plano promove ações de funcionamento das estruturas, desenvolvimento de indicadores, avaliação dos resultados das ações realizadas, criação de áreas piloto para testar as metodologias disponíveis e sensibilização e criação de instrumentos de apoio no território – essencialmente agrícola e florestal. Numa segunda fase, assiste à adesão dos agentes territoriais às medidas para atuação no território com um reforço da cooperação para o desenvolvimento.

A legislação criada em Portugal para a implementação do PANCD, não tem, no entanto, oferecido uma aplicação prática nos moldes que seriam desejáveis. Embora se reconheça que a zona mais suscetível à desertificação em Portugal se situe na região do interior e sul do país, não existe um verdadeiro plano estratégico que incentive e informe as populações de forma a levar estas a participar na luta contra o processo de

desertificação, desenvolvendo ações de conservação e preservação dos recursos naturais (Roxo, Mourão & Casimiro, 1998).

4.3.1. CRIAÇÃO DA ÁREA-PILOTO SERRA DO BAIXO GUADIANA

No âmbito da implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, foram criadas cinco Áreas Piloto no território português, nomeadamente: Arribas do Douro, Idanha-Penamacor, Mação, Margem Esquerda do Guadiana e Serra Algarvia. Esta última, conhecida como a zona Nordeste – Serra do Baixo Guadiana – integra a nossa zona de estudo – Cumeadas do Baixo Guadiana - e inclui as freguesias de Alcoutim, Vaqueiros, Giões, Martim Longo e Pereiro do concelho de Alcoutim e Odeleite e Azinhal do concelho de Castro Marim (CUMEADAS, 2003).

A imagem a seguir (fig.4.3.) ilustra a Área Piloto da Serra do Baixo Guadiana.

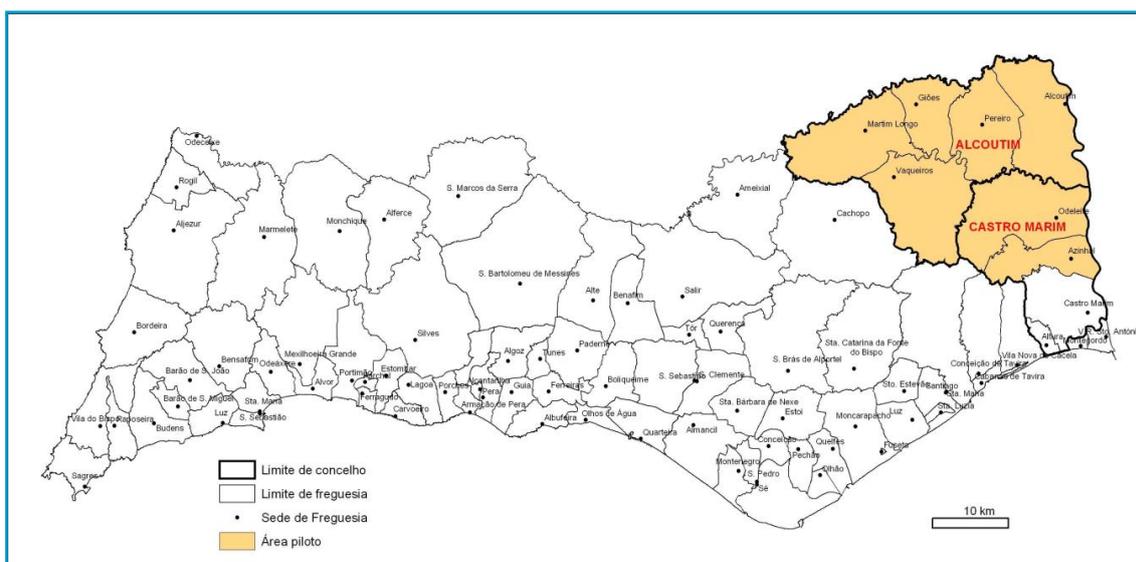


Figura. 4.3. Área Piloto da Serra do Baixo Guadiana

Fonte: CCDR Alg

A Área Piloto da Serra do Baixo Guadiana foi lançada a 5 de Abril de 2002. O seu programa de Ação foi estabelecido de acordo com o PANCD, procurando identificar as linhas de ação estratégica essenciais para o combate à desertificação, os objetivos específicos, as ações a desenvolver e as parcerias promotoras das ações a desenvolver,

tendo em conta as principais dificuldades identificadas pelas pessoas locais (CUMEADAS, 2004).

Dada a complexidade do problema da desertificação (razões, fatores, processos e consequências ligados à mesma) a resolução do problema carecia de uma intervenção o mais integrado e articulado possível. As ações deviam ser geridas enquanto elementos integrados em sistemas vastos, o que requeria o desenvolvimento de ações de aplicação a problemas específicos e o desenvolvimento de ações transversais a todos os problemas (CUMEADAS, 2004).

Alguns dos indicadores que têm servido de suporte para a identificação do processo de desertificação na área piloto são, designadamente a população, sua caracterização e evolução, equipamentos e serviços disponíveis, áreas aridas e coberto florestal, ocupação do solo, poder de compra, investimentos efetuados. A análise dos mesmos permitiu concluir que a região se encontra num território semiárido, de elevada suscetibilidade dos solos, com um forte despovoamento e envelhecimento da população, um progressivo abandono da agricultura, fracos níveis de qualificação, um parque habitacional envelhecido, um incremento de florestação no uso dos solos e níveis razoáveis de equipamentos sociais (CCDR, 2007).

As intenções da proposta da Subcomissão do PANCD (CUMEADAS, 2004) relativamente às áreas piloto criadas para efeitos demonstrativos seria concentrar esforços interprofissionais para desenvolver as ações no terreno com a participação ativa da população local e para o qual o envolvimento das instituições locais detinha igualmente um carácter muito importante.

Essas ações tinham como objetivo a implementação no terreno de boas práticas agroambientais de forma a contribuir para o combate à degradação e à preservação dos recursos existentes a nível ambiental, social e económico. Esta transmissão de boas práticas iria, desde logo, beneficiar a correta aplicação das políticas ambientais comunitárias nos projetos financiados pela EU. A melhoria deste desempenho agroambiental deveria trazer resultados em todas as fases do ciclo produtivo desenvolvido, bem como em todos os aspetos da sua envolvência.

Face ao exposto, as questões fundamentais a abordar neste contexto, seriam:

- Mobilização mínima dos solos e mantê-los o mais possível com cobertura vegetal;
- Fertilização dos solos e plantas;
- Boa gestão dos recursos hídricos a nível da sua disponibilidade, sistema de rega e preservação de humidade no solo;
- Prevenção e controlo de pragas e doenças, com sistemas integrados e com eficiência económica e ambiental.

Segundo a CUMEADAS (2004), e de acordo com a proposta da Subcomissão, a realização das ações educativas tinha como objetivo sensibilizar e dinamizar a população local através de *workshop's*, oficinas de demonstração e desenvolvimento de jornadas de campo, que contavam com a presença de investigadores, técnicos e agricultores.

As jornadas eram desenvolvidas percorrendo um circuito que abrangesse vários tipos de ocupação cultural existentes, de forma a estabelecer o contacto direto entre os vários atores com os problemas, contribuindo para uma participação ativa no combate à desertificação. Posteriormente, seriam discutidas e debatidas entre todos os intervenientes, as práticas e tecnologias a desenvolver e a evitar, tendo como ponto de partida as práticas tradicionais utilizadas pelos agricultores, e demonstrando aquelas que se deviam manter e quais as que se deviam alterar.

5. O ESTUDO DE CASO: CUMEADAS DO BAIXO GUADIANA

A escolha das Cumeadas do Baixo Guadiana (situado a Nordeste do Algarve) para o tema desta investigação prende-se essencialmente com dois aspetos muito importantes:

- Primeiro, esta região integra uma das Áreas Piloto de Combate à Desertificação do Algarve - Serra do Baixo Guadiana, pelo que será mais eficaz analisar e estudar os resultados das ações do PANCD – principal instrumento utilizado no combate à desertificação - avaliando os planos estratégicos e operacionais referidos no relatório, bem como os indicadores de referência utilizados e a evolução dos seus valores num âmbito temporal e espacial;

- Segundo, esta região apresenta-se como uma das regiões de Portugal com o índice mais grave de suscetibilidade à desertificação, o que torna o seu estudo mais interessante em termos de capacidade de reação às ações de combate e também pelo facto desta região carecer de uma maior preocupação pelos motivos expostos.

Define-se como uma zona muito pobre, cujos habitantes aprenderam a conviver e a lidar com essa pobreza, tendo desenvolvido técnicas e truques de sobrevivência próprios de pessoas habituadas às dificuldades da serra e com uma postura de interiorização da realidade onde estão inseridos.

A zona interior do Algarve apresenta-se como uma das regiões com terrenos mais áridos, tornando muito mais evidente o seu risco de desertificação (CUMEADAS, 2008).

A figura seguinte (fig. 5.1), evidencia bem que esta é uma das regiões do país mais atingida pelo processo de desertificação.

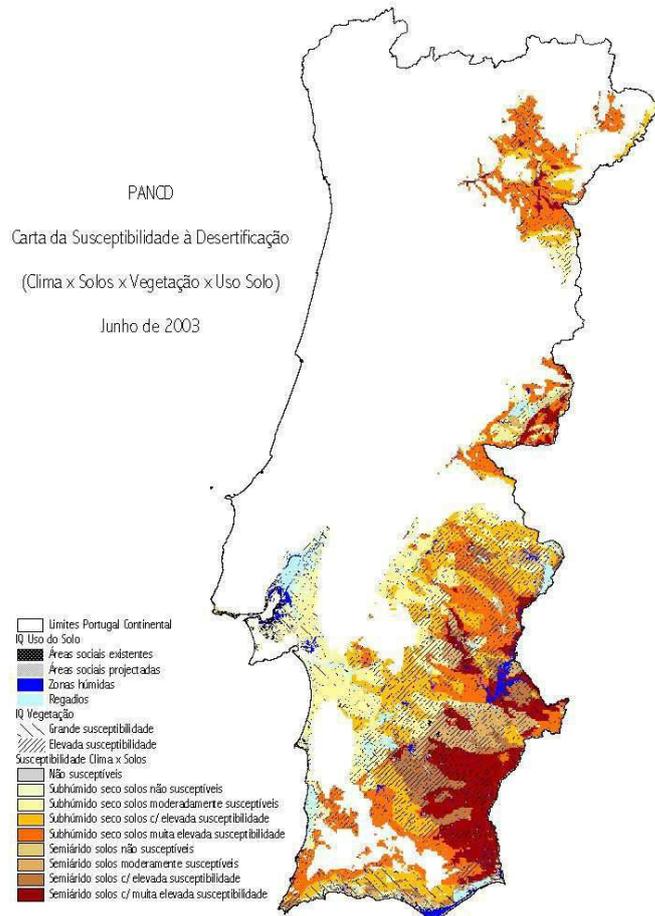


Figura.5.1. Carta de Suscetibilidade à Desertificação

Fonte: PANCD

Neste caso de estudo, tentar-se-á perceber qual a evolução que a região tem vindo a sofrer após a intervenção do PANCD e no âmbito de uma região piloto. Que transformações ocorreram aos níveis socioeconómicos e ambientais e qual a percentagem de sucesso quanto ao combate à desertificação. Serão analisados os indicadores utilizados e as estratégias desenvolvidas. Por fim, identificar-se-ão aspetos a melhorar para um bom desempenho do PANCD e de todos os intervenientes que com ele se relacionam.

5.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DAS CUMEADAS DO BAIXO GUADIANA

A caracterização da região em causa é baseada na documentação fornecida pela Associação das Cumeadas (CUMEADAS, 2004).

A região em destaque é um território homogéneo aos níveis geomorfológico, económico, social, cultural e antropológico. É limitado a Norte pela Ribeira do Vascão, a nascente pelo Rio Guadiana, a poente e sul pelos limites das freguesias de Martim Longo, Vaqueiros, Odeleite e Azinhal. Integra as freguesias de Alcoutim, Pereiro, Giões, Martim Longo e Vaqueiros do concelho de Alcoutim e as freguesias de Odeleite e Azinhal do concelho de Castro Marim. Localiza-se entre o Alentejo, a norte, e Espanha, a leste, sendo localmente conhecido por Serra, cujos habitantes não se consideram nem algarvios, nem alentejanos, mas sim serranos.

Este território é atravessado por quatro ribeiras que afluem no Rio Guadiana e que delimitam três interflúvios, designados por cumeadas, e ocupa uma superfície total de cerca de 800 Km².

Existem duas grandes albufeiras, a Barragem de Odeleite e a Barragem de Beliche, que se encontram ligadas. A água proveniente deste sistema hidráulico destina-se ao abastecimento público do Sotavento Algarvio e à rega.

Desde sempre, este território virado para o rio, serviu para a circulação de pessoas e bens. Entretanto surgiram, ao longo dos tempos, vias de comunicação terrestre fazendo a ligação do litoral do Algarve (C. Marim e V. Real de S. António) ao Baixo Alentejo (Mértola), acompanhando o Rio Guadiana, e que foram sendo melhoradas progressivamente.

A estrutura socioeconómica da região tem como base as famílias locais tradicionais. Atualmente, apenas residem um reduzido número de pessoas - em virtude das escassas e frágeis condições dos recursos naturais não serem suficientes para o seu sustento - sendo que a sua população é de pouco mais de cinco mil habitantes. As densidades populacionais por freguesia situam-se entre os 2,82 e os 11,02 habitantes por quilómetro quadrado, sendo a densidade populacional na Área Piloto, de 6.86 hab./km².

Não deixa de haver, no entanto, uma forte ligação ao território pelos elementos não residentes, devido a laços afetivos, patrimoniais e económicos, o que leva ao regresso de grande percentagem deles na altura das suas aposentações.

As atividades agro-pastoris e as práticas agrícolas que eram desenvolvidas ao longo dos tempos pela presença humana nesta serra em função das especificidades da região – clima semiárido, relevo acidentado, escassez e fragilidade dos recursos hídricos e de solo - destacavam-se pela produção de cereais e de gados, complementada por outras atividades que garantiam a subsistência das famílias e da comunidade - produtos frescos nas cercas e cercados, mel, caça, porco e aves de capoeira, têxteis, como a lã, o linho, o sisal e outros e a produção de carvão, para venda.

A serra, na qual se insere a região em estudo, ao contrário do litoral e do barrocal – cujas atividades agrícolas sofreram várias adaptações de modernização - manteve a sua atividade com formas de agricultura bastante rudimentares (Rolo & Coelho, 1986).

5.2. PRIMEIRA FASE – AS AÇÕES EDUCATIVAS E DE SENSIBILIZAÇÃO

Como foi dito antes, o objetivo para as áreas piloto criadas com efeitos demonstrativos seria concentrar esforços interprofissionais para desenvolver as ações no terreno com a participação ativa da população local e para o qual o envolvimento das instituições locais detinha igualmente um carácter muito importante.

Abrangendo a área piloto em causa, e seguramente com este objetivo em mente, foi fundada na aldeia do Pereiro, a 9 de Novembro de 2000, a Associação de Produtores Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana (CUMEADAS) que, como o seu nome indica abrange a região definida pela área piloto, conforme se pode confirmar pela figura que se segue (fig.5.2.).

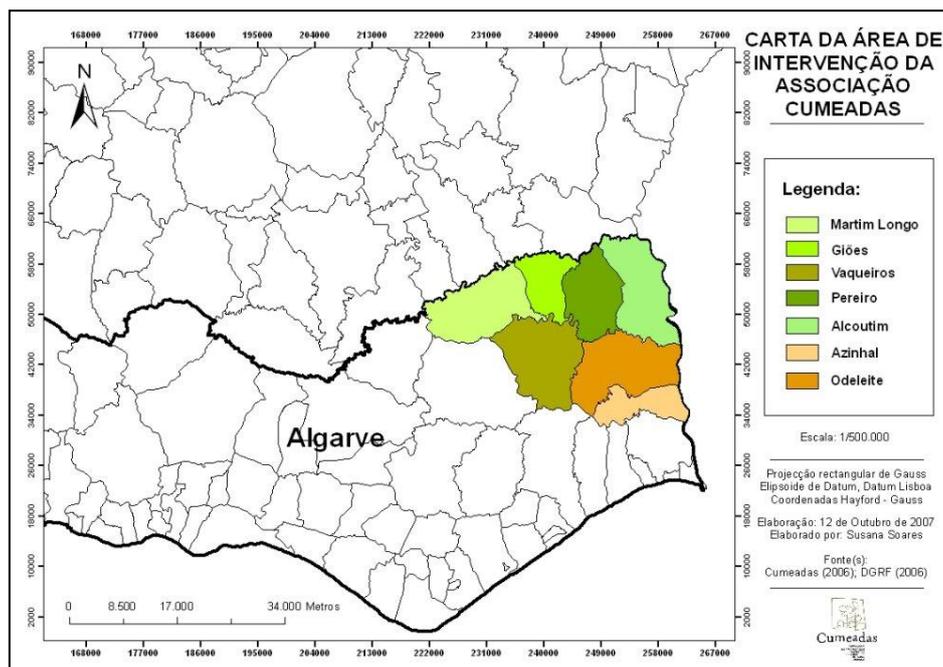


Figura. 5.2. Carta da área Intervenção da CUMEADAS

Fonte: CUMEADAS

A CUMEADAS, desempenhou um papel fundamental na implementação e no acompanhamento das ações previstas no Programa de Ação para a Área Piloto do Algarve (CUMEADAS, 2003).

Nesta primeira fase, a CUMEADAS, conseguiu por em prática muitas ações, mas sem contar, no entanto, com mecanismos e instrumentos, nem fontes de financiamento específicos, todos os trabalhos desenvolvidos foram gerados com o que existia no terreno. Apenas agiu com base nos documentos e indicações da convenção e em articulação com a mesma, e recebeu o apoio da comissão nacional que operacionalizava, o que foi também fundamental. Beneficiou ainda da participação, empenho e envolvimento de todos os técnicos de outras parceiras, nomeadamente Direção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve (DRAPALG), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), Comissão Nacional de Coordenação (CNC) e sub-regional, Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), Universidade, associações de produtores e outras associações locais, bem como as populações locais.

A estratégia desenvolvida pela associação na abordagem do problema, passou por procurar, numa fase inicial, o que havia na identidade cultural das pessoas, nas suas

práticas, hábitos, que tinha correspondência com a abordagem formal institucional e, através dessa identificação, reconheceu nas pessoas os motores de comportamento e de atitude que correspondessem a concretizações positivas. Este tipo de conexão que se desenvolveu permitiu às pessoas resolverem o problema que tinham com elas próprias, permitindo-lhes reencontrar a sua relação com o território – na devolução do protagonismo que sempre detiveram no processo de ordenamento ecológico e económico do território - e possibilitando que as suas origens e culturas voltassem a ter uma razão de ser.

Todo este benefício não se cingiu apenas às gentes locais, favoreceu de igual forma o coletivo geral na preservação do património nacional e da humanidade. Neste contexto, esta operação conduzida pela associação foi um sucesso. Foi conseguida a participação dos agentes locais, que aplicavam os seus conhecimentos e se envolveram nas iniciativas o que sempre foi muito defendida pela convenção.

A CUMEADAS tinha noção que uma população sensibilizada, esclarecida e motivada, constituía o melhor instrumento de estimulação da economia local, através da sua ação permanente no terreno, permitindo um desenvolvimento sustentável e duradouro do território.

5.2.1. AÇÕES DESENVOLVIDAS

As ações desenvolvidas obedeceram a várias tipologias de projetos, nomeadamente:

- Informação: Ações de Informação, Sensibilização, Divulgação, Formação e Apoio técnico;
- Dinamização de projetos integrados e de ações que contribuam para o desenvolvimento duradouro;
- Demonstração de tecnologias adaptadas, de boas práticas e de integração de múltiplas atividades agro-rurais em unidades territoriais delimitadas;
- Estudos (p.e. Sistema de Informação de Apoio ao Planeamento e Gestão Florestal e Prevenção de Fogos Florestais: Conceção, Planeamento, Aquisição de meios materiais e serviços técnicos especializados e Implementação do SI e colaboração com o projeto Cordão Verde do Sul de Portugal);

- Estruturação privada: Apoio técnico e financeiro ao investimento corpóreo e incorpóreo de forma a contribuir para a melhoria do desempenho socioeconómico das unidades económicas tradicionais de base familiar e a infraestruturação tecnológica e capacitação técnica e material das suas organizações;
- Infraestruturação coletiva (p.e. aproveitamentos hidroagrícola destinados às unidades económicas tradicionais locais e infraestruturação para prevenção de fogos).

Quadro 5.1. Ações promovidas na área piloto

Ações promovidas na área piloto			
2002	2003	2004	2005
Sessão de lançamento da área Piloto do Algarve - <i>“Desertificação na Serra: Que sinais? Que soluções?”</i>	Jornada de Campo <i>“Erosão, Degradação do coberto vegetal e escassez de recursos hídricos”. Reflexão sobre “Sustentação biofísica de tecido económico viável em contexto rural – Gestão territorial – responsabilidade partilhada”</i>	Jornadas Florestais Nordeste Algarve, projeto <i>“Terra Amada”</i> {	Jornada <i>“A cooperação Agrícola para a água no Nordeste do Algarve – pelo território com as cooperativas agrícolas de rega – procurando caminhos – encontrando soluções”</i>
Jornada de Campo <i>“A Serra”</i> com o grupo de reflexão <i>“Ruralidades Algarvias”</i>	Jornada <i>“Passeio pelos nossos campos. Terras de Azinhal, Odeleite e Vaqueiros”</i>	<i>“Passeio pelas nossas terras da Foupana ao Vascão”</i>	
Ação de formação de boas práticas florestais	Comemorações do dia mundial do combate à desertificação	Jornada de Trabalho <i>“Desertificação e incêndios – Refletir o presente. Preparar o futuro”</i>	
	Jornada Florestal do Nordeste do Algarve (5ª edição): <i>“O papel da floresta no futuro do nosso mundo rural”</i>		
	Congresso da Serra do Algarve		

Fonte: Cumeadas, 2013

Nestas ações, foram ouvidas as populações locais quanto à utilização tradicional em função das suas aptidões e condicionantes do contexto histórico, cultural e socioeconómico aos quais pertenciam.

Identificaram-se os sinais de desertificação no campo físico e biótico – erosão, solos pobres e degradados, escassez de água no solo e diminuição da precipitação, coberto vegetal reduzido, degradado e frágil – e no âmbito socioeconómico - incapacidade de sustentar a presença humana no território, pelo despovoamento, envelhecimento, desestruturação do tecido socioeconómico local e fraca atratividade económica.

Foram apresentados como soluções de combate à desertificação:

- A utilização de tecnologias adaptadas (nas práticas agrícolas, pecuárias e florestais e em outras atividades que exerçam pressão sobre o ambiente, como o recreio e o lazer);
- A divulgação, demonstração, apoio e acompanhamento técnico, a preocupação de se ajustar os instrumentos de planeamento e apoio disponíveis às especificidades do território, e a possibilidade do aumento da capacitação técnica dos agricultores de forma a revalorizar o meio rural;
- A infraestruturação hidráulica, de acessibilidades e de saneamento e equipamentos;
- A adequação das medidas de política e de financiamentos para esta realidade específica;
- O ajustamento da estrutura socioeconómica em torno de novas atividades, nomeadamente as relacionadas com a floresta, de forma a gerar rendimentos e emprego para fixar os jovens. A melhoria das ofertas de habitação seria também um contributo a ter em conta.

Salientou-se a vantagem que a florestação seria do ponto de vista socioeconómico, complementada com a criação de ovelhas e cabras e respetivos derivados, agricultura (frutos secos, azeitona, etc), regadios, mel, caça e outras atividades de carácter rural. E o regresso de reformados das famílias locais asseguraria a sua atividade rural agro-florestal.

Era evidente a preocupação com o grande risco de incêndios do território e unânime a opinião da necessidade de se desenvolverem ações preventivas.

5.3. SEGUNDA FASE – INVESTIMENTOS NO TERRENO

As ações descritas anteriormente tinham como objetivo a implementação no terreno de boas práticas agroambientais de forma a contribuir para o combate à degradação e à preservação dos recursos existentes a nível ambiental, social e económico. Esta transmissão de boas práticas iria, desde logo, beneficiar a correta aplicação das políticas ambientais comunitárias nos projetos financiados pela UE. A melhoria deste desempenho agroambiental deveria trazer resultados em todas as fases do ciclo produtivo, bem como em todos os aspetos da sua envolvência.

Segundo o testemunho da CUMEADAS (2014), o papel que o PANCD representou no combate à desertificação consistiu numa formulação genérica de intenções e linhas de orientação da ação que permitiam integrar e potenciar mecanismos que já existiam, para melhorar as condições ambientais de zonas consideradas suscetíveis à desertificação e que estavam assinaladas e identificadas no relatório nacional. O PANCD terá sido - influenciado pela prática do terreno - um instrumento de abordagem da ação com base na filosofia da CNUCD, tendo em conta as preocupações do combate à desertificação em determinadas causas e determinados modos de agir e estando sempre atento às dificuldades manifestadas pelos agentes locais.

Os projetos de investimento são, certamente, um dos instrumentos que podem contribuir para o combate à desertificação dado que sendo os projetos, em larguíssima medida, subsidiados pelo Estado, é possível que incluam expressamente, nas condições de acesso ou nas prioridades, condições que permitam pôr em prática, ou contribuir para isso, os objetivos do PANCD.

O regulamento (CEE) nº 2328/91 do Conselho, de 15 de Julho de 1991, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, estabeleceu já uma ajuda ao povoamento florestal de superfícies agrícolas florestação, tendo o Regulamento 2080/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, instituído um regime comunitário de ajudas às medidas florestais na agricultura, em paralelo com as orientações da reforma da PAC de 1992, procurando fomentar uma nova utilização de terras agrícolas marginais, contribuindo também para a redução do défice de produtos silvícolas.

De acordo com o Reg. (CEE) nº 2080/92, a florestação de terras agrícolas seria também de grande importância quer para a utilização do solo e para o ambiente, nomeadamente o sequestro do carbono, quer para o desenvolvimento de atividades florestais rentáveis.

Sendo objetivo deste trabalho debruçar-se sobre o combate à desertificação nas Cumeadas do Baixo Guadiana, embora tenhamos consciência da existência destas intervenções antes disso, far-se-á a apreciação dos projetos levados a cabo com apoios que vigoraram a partir da data da criação do PANCD, designadamente, RURIS, AGRO, AGRIS, PIC LEADER +, PRODER. Na abordagem destes programas, serão identificadas as medidas que deram origem aos projetos realizados, e abordadas as medidas que poderão/poderiam ter tido alguma implicação no combate à desertificação (embora na prática não existam casos de aplicação concreta das mesmas na região em estudo).

A informação apresentada relativamente aos projetos efetuados foi cedida na sua grande maioria por entidades que promovem e aprovam projetos, podendo existir uma margem de erro relativamente aos dados reais, mas que não interferirá no resultado da análise dos mesmos. Para além deste procedimento, a informação de outras medidas que essas entidades não detêm ficou complementada com base no site do PRODER (2015).

Neste contexto, e de forma a poder efetuar um estudo que inclua todos os domínios possíveis de ação que de alguma forma podem ter contribuído para o combate à desertificação, foram recolhidas informações dos projetos junto das entidades Associação das Cumeadas, DRAPALG, Terras do Baixo Guadiana, Alcance e Odiana. As duas primeiras, estão particularmente ligadas a projetos no âmbito da florestação e agricultura (quer dando apoio aos proponentes, quer na avaliação) e as restantes, particularmente a projetos de desenvolvimento local.

Antes de fazer uma exposição mais detalhada sobre os projetos desenvolvidos, será interessante perceber a forma de funcionamento/intervenção e a área de ação de cada uma das entidades mencionadas.

5.3.1. DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS

A CUMEADAS nasceu com o objetivo de reunir esforços para reduzir a desertificação e o despovoamento que assolavam a serra, junto à margem esquerda do Guadiana. Este propósito passaria por tentar devolver às famílias – até às mais recentes gerações – o protagonismo que detinham quanto ao ordenamento do território nos campos ecológico e económico. A Associação passou assim a apoiar os proprietários, quer zelando pelos seus direitos e interesses comuns, quer dinamizando projetos individuais – essencialmente no ramo da florestação.

A CUMEADAS tem tido, entre outros, um papel importante na defesa da floresta e dos seus recursos, na gestão e ordenamento do seu território, na proximidade que mantém com os seus proprietários.

A Associação Terras do Baixo Guadiana (ATGB), foi constituída no âmbito de uma parceria constituída para apresentação de candidatura ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ para lutar pelo desenvolvimento integrado do Nordeste Algarvio (ATBG, 2015).

A ATGB (2015), que gere e promove projetos de desenvolvimento utilizando o Rio Guadiana como elemento estruturante, tem como objetivos potenciar o desenvolvimento económico, social e cultural da região do Baixo Guadiana com a realização de candidaturas a programas, projetos, ações e medidas nacionais e comunitárias. Promove, desta forma, a gestão dessas mesmas iniciativas e desenvolve as áreas da formação, do desenvolvimento social e económico, bem como o ordenamento e a sustentabilidade ambiental. Tem ainda como pretensão a criação de sinergias de forma a desafiar o desenvolvimento sustentável da região, com graves problemas de desertificação humana e de precária situação socioeconómica.

A Alcance – Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio (2014) intervém, entre outras, em todas as freguesias das Cumeadas do Baixo Guadiana, e tem - em parceria com outras entidades - como principal objetivo gerar dinâmicas que promovem um desenvolvimento local integrado e sustentável, tendo como base os recursos existentes e a identidade cultural das comunidades locais, e dando prioridade a projetos

e ações que contribuam para uma melhoria de vida, aumento de rendimentos e fixação de pessoas na região.

As suas áreas de intervenção mais relevantes são: a investigação científica e valorização do património, informação, divulgação e promoção do território, cooperação nacional e internacional, juventude, desenvolvimento rural integrado, formação e qualificação profissional, mas o desenvolvimento rural a par com a formação e qualificação profissional, tem sido um dos principais campos de intervenção (Alcance, 2015).

Com base na informação da Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana (2015), a mesma tem desenvolvido projetos no sentido de potenciar o desenvolvimento e promoção da região do Baixo Guadiana, que abrange entre outros, o concelho de Alcoutim e Castro Marim, unidos pelo elo comum: Rio Guadiana.

As atividades que têm vindo a ser desenvolvidas têm incidido sobretudo na execução de projetos de natureza social, turística, cultural, económica e desenvolvimento local, com o intuito de promover e desenvolver a região. São ainda desenvolvidos vários projetos de cooperação transfronteiriça (Odiana, 2014).

A associação interfere nos seguintes domínios:

- Promoção territorial;
- Desenvolvimento local;
- Planeamento e ordenamento;
- Formação;
- Desenvolvimento social;
- Apoio ao investimento;
- Assessoria técnica intermunicipal

Finalmente, com base na informação disponível no site, a Direção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve (DRAPALG, 2015), tem uma função totalmente diferente das entidades já referidas. Desempenha, dentro das várias atribuições que lhe compete, a receção, análise, aprovação, acompanhamento e validação dos projetos de investimento apoiados por fundos públicos.

Assegura a execução do conjunto dos requisitos legais necessários para a receção, análise e validação que irão conduzir ao pagamento dos respetivos apoios.

Por outro lado, fomenta o incentivo a ações e projetos de intervenção no meio rural e de programas ou planos integrados de desenvolvimento rural. Fornece apoio aos agricultores, associações e população rural no contexto das suas funções.

Presta apoio na execução de ações enquadradas nas políticas florestais e acompanha os programas e planos de gestão e de proteção da floresta de acordo com as orientações funcionais dos serviços e organismos competentes em razão da matéria.

Tem ainda a função de assegurar, a nível regional, a divulgação de normas, despachos, instruções ou recomendações e assegurar uma adequada promoção e divulgação dos diferentes programas de apoios públicos.

A informação recolhida foi reunida a nível de projetos no âmbito da florestação e da agricultura, bem como de desenvolvimento local, agrupados separadamente por cada entidade que promoveu os mesmos. Com base em toda esta informação disponibilizada pelas entidades CUMEADAS, Terras do Baixo Guadiana, Alcance, Odiana e DRAPALG, será possível tirar algumas ilações acerca da aplicabilidade dos projetos no combate à desertificação.

5.3.2. TIPOS DE PROJETOS E MEDIDAS DESENVOLVIDAS NO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III

Neste Quadro Comunitário de Apoio (QCA), que vigorou entre os anos 2000 e 2006 destacam-se os programas RURIS, AGRO, AGRIS, PIC LEADER +, pelo que iremos passar a debruçarmo-nos sobre os mesmos.

5.3.2.1. RURIS – FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS

Este programa teve como objetivo a promoção da expansão florestal, com arborizações de qualidade e compatíveis com o ambiente, com a melhoria dos produtos associados num conceito de multifuncionalidade, beneficiando ao mesmo tempo as condições socioeconómicas do meio rural. Estas florestações decorreram em terrenos agrícolas,

através da intervenção de Florestação de Terras Agrícolas (FTA) e tiveram como finalidade a reabilitação das terras degradadas recuperando a fertilidade dos solos e regularizando os recursos hidrológicos (úteis na mitigação dos efeitos da desertificação) (IFAP, 2014).

No quadro que se segue (quadro 5.2.) estão identificados os projetos efetuados pela CUMEADAS.

Quadro 5.2: Projetos de florestação efetuados na CUMEADAS do Programa RURIS

RURIS: FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS		
Quantidade projetos aprovados	38	
Período candidaturas	2004-2006	
Quantidade de Hectares	Pinheiro Manso	438,51
	Alfarrobeira	15,32
	Sobreiro	10,85
	Azinheira	7,3
	Total	471,98
Financiamentos aprovados	Valores aprovados	602.366,90 €
	Valores subsidiados	463.852,86 €
	Prémio manutenção/ano	72.942,85 €
	Prémio perda rendimento/ano	110.897,52 €

Fonte: Cumeadas, 2014

Verifica-se que os projetos efetuados no âmbito do RURIS tiveram um predomínio do Pinheiro Manso, presente em várias plantações mistas, predominando em quantidades numa relação frequentemente de 3 para 1, verificando-se a sua alternância com o sobreiro e a azinheira. A adesão a este tipo de povoamento foi notória na região, o que em parte se justifica pela melhor capacidade de sobrevivência, a curto prazo, mas também terá certamente a ver com o facto dos prémios por perda de rendimento terem um período de vigência de 20 anos, o que dificilmente se coaduna com o período de crescimento de um sobreiro ou uma azinheira que tinham, além disso, dificuldade em

vingar. Os valores subsidiados correspondem a uma percentagem do total do financiamento e que varia em função da espécie de povoamento e do tipo de atividade profissional do requerente. Os prémios de manutenção tinham uma duração de cinco anos.

Segundo o PANCD (2013), este programa terá incorporado as preocupações relativamente ao combate à desertificação, com a discriminação positiva das zonas suscetíveis à desertificação nos apoios da florestação – mais 10% do nível de financiamento – e com medidas específicas de incentivo à adoção de práticas agrícolas de conservação do solo (sementeira direta, enrelvamento da entrelinha em culturas permanentes, etc).

No relatório da AGROGES (2009) foi referido que cerca de 80% das transferências resultantes das medidas de apoio aos rendimentos beneficiaram 4 zonas agrárias suscetíveis à desertificação, das quais não foi incluído a região do Algarve, pelo que devemos concluir que o seu impacto nesta região não se terá verificado.

Poder-se-á no entanto, salientar que a florestação de terras agrícolas poderá ter contribuído em termos de combate à desertificação na nossa região para a melhoria dos solos e na promoção da biodiversidade, reabilitando terras degradadas ou de fraca produtividade (PANCD, 2013), florestação esta, que foi aplicada com pouca eficácia devido à exigência de densidades dos povoamentos muito elevadas (800 árvores/ha) para o tipo de solo existente. Esta ação-benefício também não foi feita de forma intercalada com outras necessidades e interesses da região, pelo que o que verificamos hoje em dia é que não foram defendidos, na prática, os interesses económicos da florestação, uma vez que a mesma não foi desenvolvida com esse olhar, e mais grave ainda, numa zona em que o crescimento dos povoamentos é muito lento, não se previu o que fazer quando os subsídios à perda de rendimento chegassem ao fim (passado os 20 anos), sendo certo que esta floresta não terá ainda, nessa altura, condições de rentabilidade económica. Esta medida não foi portanto integrada, em função das necessidades e interesses da região, ficando bem evidente a falta de eficácia do PANCD nesta área piloto, que não beneficiou de exigências diferentes relativamente a outras regiões.

Segundo a CUMEADAS, os projetos efetuados no âmbito deste programa foram, na sua maioria, a reflorestação de terrenos onde ocorreram incêndios, anteriormente florestados com o programa 2080/92.

Convém referir ainda que, numa região abrangida por uma área piloto do PANCD, não foram praticamente desenvolvidos projetos no âmbito do programa RURIS para as medidas Agro-Ambientais, provavelmente devido ao seu fraco estímulo associado.

5.3.2.2. AGRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Este programa tentou responder ao objetivo de uma estratégia que consistia em promover o desenvolvimento agrícola, modernizando a agricultura e tornando-a mais competitiva, num enquadramento de sustentabilidade dos territórios rurais nos domínios económico, social e ambiental (AGRO, 2014).

Na região em estudo apenas foram realizados projetos no âmbito da **medida 3- Desenvolvimento Sustentável da Floresta**.

⇒ **Ação 3.1. Apoio à Silvicultura**

Esta submedida mereceu maior adesão na execução de projetos desenvolvidos com apoio da CUMEADAS (27 projetos), conforme se poderá constatar no quadro 5.3., que de seguida se apresenta.

⇒ **Ação 3.2. Restabelecimento do potencial de produção silvícola**

A ação 3.2., numa percentagem menor, teve também alguma aplicação na região, tendo sido executados 10 projetos, que se encontram referidos no quadro seguinte (quadro 5.3).

Estes dois tipos de ajudas pretendiam fomentar o melhoramento das funções económicas, sociais e ecológicas das áreas florestais, designadamente através do aumento da área florestal com espécies compatíveis com a realidade da região, da adequação das suas infraestruturas de forma a melhorar os acessos e prevenir a ocorrência de incêndios, dum melhor combate à erosão e recuperação dos ecossistemas

e da biodiversidade, e de um aumento da multifuncionalidade e da produtividade das florestas.

Quadro 5.3: Projetos florestais efetuados na CUMEADAS do Programa AGRO

AGRO		
Medida 3. Desenvolvimento sustentável da florestação	Medida 3.1. Apoio à Silvicultura	Medida 3.2. Restabelecimento do potencial de produção silvícola
Quantidade projetos aprovados	27	10
Período candidaturas	2003-2006	
Quantidade de Hectares	996,66	
Presença de espécies por projeto	Pinheiro Manso	30
	Pinheiro Bravo	1
	Alfarrobeira	1
	Sobreiro	14
	Azinheira	5
	Medronheiro	1
Valores subsidiados	Valores aprovados	1.082.037,18 €
	Valores subsidiados	958.513,99 €

Fonte: Cumeadas, 2014

Numa primeira abordagem à informação disponível deste quadro, podemos constatar que há predominância do pinheiro manso, aparecendo também um número significativo de projetos de sobreiro. Grande parte dos povoamentos são unicamente de pinheiro manso ou então de pinheiro manso em consociação com outras espécies.

Nalguns projetos estão incluídos obras de melhoramento da rede viária.

Também aqui se verifica que não foram defendidos os interesses económicos da florestação e que a mesma dificilmente terá condições de rentabilidade económica.

5.3.2.3. AGRIS – MEDIDA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS

O programa AGRIS incidia em parte sobre as mesmas áreas do AGRO, mas com condições de acesso diferente, designadamente, através da *ação 1 – “Diversificação na Pequena Agricultura”*, da *ação 3 – “Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica da Floresta”* ou da *ação 5 – “Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento”*. A estratégia deste programa incidia particularmente no desenvolvimento agrícola e rural e tinha como objetivo incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto atividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social (IFAP, 2015).

No caso em estudo, destaca-se o desenvolvimento de dois projetos desta medida, para os concelhos de Alcoutim e Castro Marim, promovidos pela CUMEADAS, na *“Ação 3.4. – Infraestruturação do território para defesa, apoio ao combate e silvicultura preventiva”* (quadro 5.4.) no âmbito da Estratégia das Furnazinhas.

A Estratégia das Furnazinhas (da Sub-Comissão Regional da CNC PANCD, 2005) foi um programa que surgiu no seguimento de uma onda de incêndios florestais em 2004 que assolou a serra algarvia e a região piloto inclusive, atingindo essencialmente propriedades privadas. Face a estes incêndios, a região viu a sua economia e a base social das populações residentes gravemente atingidas, em virtude de grande parte das áreas terem sido objeto de investimento em florestação que, para além de ficarem destruídos, ficavam em risco de perder os prémios de perda de rendimento, que se tinham tornado uma base económica importante do rendimento das famílias. A destruição de cercas e hortas deixou ainda os proprietários sem os seus recursos alimentares e a alimentação animal teve de ser comprada.

Para além destes projetos, e continuando no âmbito da Medida AGRIS, foram desenvolvidos, pela Alcance (informação cedida pela mesma, 2015), Planos de intervenção nas freguesias de Alcoutim, Vaqueiros e Martinlongo, ao abrigo da *Ação 7.1. – “Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais e Meio Rural”* (quadro nº 5.4.)

Quadro 5.4: Planos de intervenção nas freguesias de Alcoutim, Vaqueiros e Martim Longo

AGRIS	Medida 7.1. Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural		
	Alcoutim	Vaqueiros	Martim Longo
Projetos	29	28	27
Investimento total	1.995.419,80 €		
Ajuda total	1.348.800,00 €		

Fonte: Alcance, 2015

Uma das tipologias de projetos com maior expressão foi a recuperação de fachadas de casas de estilo tradicional, tendo sido recuperadas algumas dezenas delas. Outros projetos, relacionados somente com entidades camarárias e juntas, englobaram arranjos paisagísticos e embelezamento de espaços públicos, criação de parques de merendas (destacando-se a freguesia de Vaqueiros), sensibilização ambiental e readaptação de alguns edifícios para novas funcionalidades.

5.3.2.4. ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF) consiste numa área territorial contínua e delimitada, sendo constituída na sua maioria por espaços florestais (ICNF, 2015), revelando-se num instrumento de gestão do espaço agro-florestal inovador que envolve proprietários privados, numa gestão da paisagem e do espaço produtivo em comum e na centralização do planeamento dessa gestão (Canadas, Novais & Marques, 2013).

A ZIF é administrada por uma Entidade Gestora, que é constituída por uma organização associativa de proprietários e produtores ou outra pessoa coletiva, e obedece a um Plano de Gestão Florestal (PGF) e a um Plano Específico de Intervenção Florestal (PEIF) (ICNF, 2015).

O regime de criação das Zonas de Intervenção Florestal foi estabelecido pelo Decreto-Lei Nº 127/2005 de 5 de Agosto (ICNF, 2015) e as mesmas foram constituídas no âmbito da medida n.º 3 - Desenvolvimento Sustentável de Florestação – do Programa AGRO (AGRO, 2014).

A implementação das ZIF teve por grande objetivo a implementação de estruturas integradas de defesa das florestas contra agentes bióticos e abióticos, bem como potenciar uma gestão profissional que permitisse aumentar as receitas dos proprietários e produtores florestais (ICNF, 2015).

Isso seria conseguido, em primeiro lugar, graças à agregação das áreas à escala da paisagem (ICNF, 2015), e traria como benefícios os seguintes aspetos (Afedt, 2015):

- Uma boa gestão dos espaços florestais, com a atribuição concreta de responsabilidades;
- Desbloqueios na intervenção florestal a nível de propriedade privada, principalmente as minifúndio;
- Aumento de resiliência aos incêndios florestais;
- Evitar a pulverização no território das ações e dos recursos financeiros;
- Melhor garantia de conservação e proteção da natureza, da biodiversidade, dos solos e recursos hídricos;
- Melhoria no desenvolvimento rural, na proteção civil e na fiscalidade.

Foi nesta perspetiva, e no enquadramento do trabalho que a CUMEADAS já estava a desenvolver na luta ao combate à desertificação, que a mesma conseguiu criar 6 ZIF, todas contíguas, na sua área de intervenção. A criação de ZIF e a possibilidade de ver concretizados os objetivos que as mesmas preconizavam seria de um benefício enorme para vários aspetos do combate à desertificação da região em estudo, tais como a prevenção de incêndios, preservação dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade e talvez uma melhoria nos rendimentos das florestas o que poderia numa certa medida atrair a fixação das gentes.

O quadro abaixo (quadro 5.5.) resume as ZIF ativas na CUMEADAS e suas áreas de florestação, bem como as espécies dominantes.

Quadro 5.5: ZIF'S que integram a CUMEADAS

ZIF'S		Foupana	Balurcos	Cumeadas	Brenhosa
Número de Aderentes		151	187	89	93
Área Florestada (ha)		1807	2585,99	1852,6	636,43
Área Total Florestada (ha)		6882,02			
Ocupação por espécies em hectares (ha)	Pinheiro manso	Sim	Sim	1485,9	265,22
	Pinheiro Manso & Azinheira			40,23	50,19
	Pinheiro Manso & Sobreiro			94,6	212,62
	Azinheira	Sim	Sim	153,78	94,27
	Sobreiro	Sim		14,04	
	Sobreiro & Azinheira			2	
	Alfarrobeira	Sim		57,45	30,56
	Eucalipto			4,6	
	Medronheiro				
Área total/ZIF (ha)		2095	7049,99	2950,71	1852,07
Área total das ZIF'S (ha)		13947,77			

Fonte: Cumeadas, 2014

5.3.2.5. PEQUENA REFLEXÃO SOBRE OS PROGRAMAS RURIS, AGRO e AGRIS

O que as evidências comprovam é que, até aos dias de hoje a única rentabilidade que a florestação proporcionou está ligada à atribuição dos subsídios, que no caso do RURIS se apresentaram sob a forma de ajudas ao investimento – para as florestações propriamente ditas - prémios de manutenção (com duração de 5 anos) e prémios por perda de rendimento (grande parte dos quais está a chegar ao seu termo). No caso do AGRO os subsídios são atribuídos somente como ajudas de investimento.

No que diz respeito à rentabilidade das atividades silvícolas propriamente ditas, apenas se observam algumas situações de comercialização de pinhas provenientes de alguns povoamentos. A medida AGRIS apenas foi usada, em termos produtivos, para recuperar áreas atingidas por incêndios.

A opção da espécie do pinheiro manso deve-se ao facto de outras espécies – sobreiro, azinheira – terem apresentado grandes dificuldades de sobrevivência, o que levou à sua substituição progressiva, o que suscitou, segundo Morais (2004), reações desfavoráveis da parte de entidades ligadas à conservação da natureza e dos próprios agricultores, perante a dúvida da sua contribuição para uma multifuncionalidade.

Divergem as opiniões sobre o facto da escolha do pinheiro manso poder ter sido uma boa opção. Fazer algo foi certamente boa opção. Mesmo sabendo que a espécie *pinus pinea* tem uma capacidade de sequestro do carbono muito inferior ao do *cistus ladanifer*, bem como pelo facto de não ser uma espécie que se regenera, que são características menos vantajosas, é por outro lado credível que hoje em dia existam alguns solos regenerados, que poderão apresentar novamente capacidades para acolher espécies autóctones, como a azinheira, por exemplo.

O que é evidente é que foram cometidos muitos erros na gestão e no controlo dos projetos (AGROGES, 2009), nomeadamente o não cumprimento das densidades nas plantações, das áreas subsidiadas e dos planos de gestão.

De acordo com Correia & Oliveira (1999), não foram feitas as escolhas das espécies florestais de forma suficientemente criteriosa, principalmente para regiões com défice nos recursos hídricos e na qualidade dos solos. Deveriam ter sido tidos em conta os riscos de erosão – devido aos declives ou solos sem coberto vegetal - ou de alagamento, para melhor escolher o tipo de mobilização dos terrenos. Estes autores consideram ainda que foram utilizadas espécies de fraca qualidade, plantadas em épocas menos favoráveis, levando ao insucesso nas arborizações.

A profunda alteração do uso dos solos terá, por outro lado, causado outras consequências ambientais ligadas à monocultura florestal, com influência nos incêndios,

perda de biodiversidade, aumento de pragas e perda de identidade da paisagem (Roxo, 2004).

O acompanhamento da evolução dos povoamentos careceu muito de controlo, nas limpezas do mato, a sacha e a amontoa, as desramações e podas. A existência de caça mais graúda, alguns roedores e pastoreio, provocaram perdas nos povoamentos mais jovens. Por outro lado, a proibição do pastoreio em povoamentos de idade já mais madura não veio beneficiar o meio, por exemplo a nível da prevenção de incêndios. A obrigatoriedade de manter povoamentos muito densos poderá ter sido outro problema criado às florestas (Correia & Oliveira, 1999).

Tornou-se evidente que, as políticas de atribuição de subsídios com uma preocupação meramente económica têm como resultado graves situações de degradação ambiental.

Quanto à questão das ZIF, importa dizer que as boas intenções na base da sua formação, não se fizeram acompanhar, na prática, por medidas de funcionamento que se enquadrassem na gestão necessária das florestas.

Adicionalmente, o enquadramento legal das ZIF, muito preciso na delimitação espacial e ambicioso na otimização dos resultados técnicos, manteve-se, no entanto, muito omissivo quanto à forma de gestão e ao modo de implementação da sua gestão. Não foram tidos em conta os interesses dos proprietários e sua participação no planeamento e execução da gestão (Canadas, Novais & Marques, 2013).

Assiste-se a uma fragilidade jurídica quanto ao conceito de ZIF e à falta de clarificação das responsabilidades dos proprietários não aderentes às ZIF e nelas integrados, bem como o facto dos mesmos não terem a obrigatoriedade de colaborar com as medidas das ZIF, à exceção das operações silvícolas mínimas presentes no PGF (Canadas, Novais & Marques, 2013).

Numa análise efetuada às dificuldades de implementação da gestão florestal no âmbito das ZIF, é admitido que as razões são diversas, e resumem-se nos seguintes aspetos: a ausência de hábitos de associativismo ou cooperativismo, o absentismo e envelhecimento dos proprietários florestais, a remuneração dos serviços e produtos da

floresta, ausência de penalizações aos proprietários e a escassez de financiamento público.

Mas, neste caso em concreto, em que foi conseguido a criação de 6 ZIF, contíguas, podemos constatar que se verificou uma grande aderência por parte dos proprietários, pelo que o insucesso destas ZIF relativamente às razões já apresentadas deve-se essencialmente à indisponibilidade de fundos de apoio, embora outros motivos como a rentabilidade da floresta, o abandono agrícola, a valorização dos incultos, o envelhecimento da população rural podem ter desempenhado o seu papel neste insucesso.

Das 6 ZIF concebidas 4 estão a funcionar administrativamente: Balurcos, Cumeadas, Foupana e Brunhosa. A entidade gestora das ZIF é a CUMEADAS. Todas têm um Plano de Gestão Florestal ativa, mas como as florestas não são viáveis no mercado, não se autossustentam; os proprietários quotizam-se, pagam as suas quotas e ainda mantêm a esperança de que se faça alguma coisa. Infelizmente, não se sabe por quanto mais tempo as pessoas se predisporão a pagar as quotas, quando veem que não obterão qualquer tipo de retorno.

Relativamente à questão dos fundos disponíveis que poderiam dar apoio às ZIF, bastava encaminhar parte dos investimentos que têm sido atribuídos ao combate aos incêndios e atribuí-los no investimento da sua prevenção - através da atividade das ZIF – o que poderia trazer para além da prevenção, outros benefícios e uma diminuição nos enormes custos que os fogos florestais têm suscitado.

5.3.2.6. INICIATIVA COMUNITÁRIA LEADER +

A iniciativa Comunitária LEADER +, cujos beneficiários são Grupos de Ação Local (GAL), fez igualmente parte do QCA III.

O objetivo deste programa era implementar estratégias que potenciassem a valorização do património natural e cultural, a criação de mais postos de trabalho e uma melhor organização das comunidades.

Os projetos desenvolvidos no âmbito deste programa pela ATBG, enquadraram-se na medida 1, “*Investimento*”, e a medida 2, “*de Ações Imateriais*” (quadro 5.6.).

Quadro 5.6: Projetos e medidas do programa PIC LEADER + efetuados pela ATBG e aprovados por zonas de investimento (freguesias)

PIC LEADER +	Projetos aprovados por zonas de investimento (freguesias)						
	Alcoutim	Giões	Martim Longo	Pereiro	Vaqueiros	Odeleite	Azinhal
Sub-Medida 1.1. Investimentos em Infra-estruturas	5	0	0	0	0	2	3
Sub-Medida 1.2. Apoio a Actividades Produtivas	9	0	7	2	2	1	1
Sub-Medida 1.3. Outras Acções Materiais	5	0	2	2	0	0	4
Sub-Medida 2.1. Formação Profissional	3	0	0	2	0	0	0
Sub-Medida 2.2. Outras Acções Imateriais	10	0	2	0	0	0	3
Totais	29	0	11	4	2	3	11

Fonte: ATBG, 2014

Os projetos desenvolvidos no âmbito da submedida 1.1. “*Investimentos em Infraestruturas*”, tal como o nome refere, resumiram-se essencialmente à criação ou remodelação de infraestruturas de associações e instituições públicas. Foram realizados 10 projetos.

A medida 1.2. de “*Apoio a Atividades Produtivas*”, foi a medida que mais projetos desenvolveu nesta região - 22 – e que potenciou a criação e melhoramento de unidades produtivas na restauração, turismo, produtos locais.

A terceira submedida, “*Outras Ações Materiais*”, com uma aderência de 13 projetos, resumiu-se ao melhoramento material de centros e unidades produtivas.

A medida 2, de “*Ações Imateriais*”, utilizou duas submedidas, a medida 2.1. “*Formação Profissional*”, que se limitou a cinco projetos, e a medida 2.2., “*Outras Ações Imateriais*”, que concretizou 15 projetos, relacionados com eventos – feiras, festas, serviços de informação.

No quadro 5.7. podemos apreciar o total de investimento elegível aprovado para estas medidas.

Quadro 5.7: Total de projetos/medida e investimentos elegíveis do programa PIC LEADER + efetuados pela ATBG.

PIC LEADER +		Total projetos	Investimento elegível
Medida 1 Investimentos	Sub-Medida 1.1. Investimentos em Infra-estruturas	10	400.561,60 €
	Sub-Medida 1.2. Apoio a Atividades Produtivas	22	1.913.782,03 €
	Sub-Medida 1.3. Outras Ações Materiais	13	277.611,45 €
Medida 2 Ações Imateriais	Sub-Medida 2.1. Formação Profissional	5	64.175,30 €
	Sub-Medida 2.2. Outras Ações Imateriais	15	276.490,26 €
Totais		60	2.932.620,64 €

Fonte: ATBG, 2014

A **Alcance** (informação cedida pela mesma, 2015), efetuou no âmbito desta iniciativa, várias ações de formação designadas por “*Aquisição de Competências na área do Associativismo e Desenvolvimento Local*”, nas localidades de Alcoutim, Martin Longo e Azinhal, entre outros.

5.3.2.7. OUTRAS INICIATIVAS E PROJETOS

Realçam-se ainda vários projetos de formação profissional que têm sido promovidos pela Alcance (informação cedida pela mesma, 2015), alguns em parcerias com o Instituto de Emprego, outros desenvolvidos no âmbito dos Programas PROALGARVE e EQUAL, e que perfazem um valor total de investimento de 1.628.851€.

5.3.3. TIPOS DE PROJETOS E MEDIDAS DESENVOLVIDAS NO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO IV

Toda a informação aqui apresentada sobre as medidas desenvolvidas pelo programa PRODER foi retirada do site do mesmo (PRODER, 2014).

O PRODER foi o programa de desenvolvimento rural criado para o período de 2007-2013 aprovado pela Comissão Europeia, em Dezembro de 2007. Constituiu o instrumento estratégico e financeiro que sob as orientações nacionais e comunitárias, visava a concretização de 3 objetivos fundamentais:

- O aumento da competitividade dos domínios agrícolas e florestais;
- Fomentar a sustentabilidade dos espaços rurais e recursos naturais;
- Reanimar as regiões rurais em termos económicos e sociais

Para além destes objetivos, era ainda pretensão do programa conseguir fortalecer a coesão territorial e social com a intervenção de agentes públicos, privados e associativos.

As ações do programa PRODER subdividiram-se em 4 subprogramas, designadamente:

- Subprograma 1 – Promoção da Competitividade;
- Subprograma 2 – Gestão Sustentável do Espaço Rural;
- Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais;
- Subprograma 4 – Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências.

Por sua vez estes subprogramas foram subdivididos por várias medidas, sendo que apenas serão abordadas as que deram origem a projetos na região e as que integram objetivos do PANCD, de forma a tentar perceber como essas medidas se intersetaram com o Plano e que diretrizes ou influência tiveram ou não no combate à desertificação.

Medida 1: Competitividade

Sub-medida 1.1: Inovação e Desenvolvimento Empresarial

No âmbito da medida 1 – Competitividade, destaca-se a primeira submedida, Inovação e Desenvolvimento Empresarial. A mesma é composta pelas seguintes ações:

⇒ 1.1.1. Modernização e capacitação das empresas:

Esta ação tem como objetivo principal apoiar empresas no setor agroalimentar potenciando a sua modernização, capacitação e competitividade, obedecendo às normas ambientais e de higiene e segurança no trabalho.

⇒ 1.1.2. Investimentos de pequena dimensão

Esta ação visava apoiar pequenas empresas ou explorações no ramo agrícola, nos aspetos da modernização e capacitação, melhorando aos seus intervenientes as suas condições de vida, de trabalho e de produção.

⇒ 1.1.3. Instalação de jovens agricultores

Esta ação apoiava a instalação inicial de jovens agricultores, o que deveria trazer melhorias e rejuvenescimento neste ramo da atividade, aos níveis do desenvolvimento, do dinamismo empresarial, da gestão, da produção, e da competitividade.

Com base na informação cedida pela DRAPALG, os dois quadros seguintes (quadro 5.8. e 5.9.) discriminam o tipo de projetos efetuados e em análise no âmbito das três ações supramencionadas.

Quadro 5.8: Quantidade de projetos por ação no concelho de Alcoutim e nas freguesias de Azinhal e Odeleite

PRODER	Projetos aprovados			Projetos em análise	
Zona Investimento	Alcoutim (concelho ^{**})	Azinhal e Odeleite	Total Cumeadas (^{***})	Alcoutim (concelho)	Azinhal e Odeleite
Medida 111	10*	4*	14*	0	0
Medida 112	3	0	3	0	0
Medida 113	38	15	53	10	0
Total de projetos	41	15	56	10	0
Investimentos propostos	4.747.717,46€	1.120.322,61€	5.868.040,07€	823.698,46€	0,00€

Fonte: DRAPALG (2014)

(*) Estes projetos estão incluídos na medida 1.1.3., uma vez que feitos por jovens agricultores

(**) O concelho de Alcoutim abrange todas as suas freguesias, designadamente, Alcoutim, Giões, Vaqueiros, Martim Longo, Pereiro.

(***) A área total das Cumeadas é constituída por todo o concelho de Alcoutim e as freguesias de Odeleite e Azinhal do concelho de Castro Marim.

Da análise deste quadro, podemos concluir que no período vigente do PRODER (2007-2013), grande parte dos projetos correspondem à *ação 1.1.3 - “Instalação de jovens agricultores”*. Esta situação reflete um crescente retorno à atividade agrícola por parte dos mais jovens o que, numa certa medida, é um pequeno sinal de esperança quanto à reversão do processo de despovoamento que tem assolado a região nas últimas décadas. Este crescente interesse pela atividade rural poderá estar essencialmente ligado à diminuição da oferta de mercado de trabalho noutros setores e à crise económica, entre outros motivos.

Verifica-se portanto, um aumento de jovens agricultores, situação confirmada pelos indicadores do PRODER de 2013, a uma percentagem ainda pouco expressiva, mas com especial destaque na região do Algarve que tem a maior taxa de empregabilidade

associada, comparativamente ao restante país. Este fenómeno, associado a um nível de formação mais elevado, está a potenciar um rejuvenescimento no setor agrícola e uma maior abertura para a sua transformação, uma vez que estes indivíduos mais jovens serão capazes de assumir maiores riscos e mais inovações, relativamente à introdução de novas culturas, de novas técnicas e metodologias de trabalho.

Os projetos mencionados no quadro 5.9. referem-se às medidas discriminadas no quadro 5.8.

Quadro 5.9: Tipos de projetos aprovados e áreas dos mesmos

Tipos de projetos aprovados		Azinhal e Odeleite		Alcoutim (concelho) **		
		Número de	Área (ha)	Número de	Área (ha)	Número cabeças
Apicultura		8		19		
Medronheiros		1	13	12	120	
Olival		1	6,5	2	20	
Aromáticas e medicinais		1	20			
Horticultura		1	1,5			
Pomar tradicional de sequeiro + medronheiro		3	25	5	79	
Pecuária com transformação e produção	Enchidos e presuntos			1		
	Ovelhas			1		100
	Frio para horticultura			1		
Atividades marginais em projetos	Sobreiro				1,7	
	Piteiras				3,6	
	Horticultura				3,5	
Totais		15	66	41	227,8	100

Fonte: DRAPALG (2014)

(**) O concelho de Alcoutim abrange todas as suas freguesias, designadamente, Alcoutim, Giões, Vaqueiros, Martim Longo, Pereiro.

Verifica-se um grande crescimento da atividade ligada à apicultura. É notório também o regresso aos pomares tradicionais de sequeiro. E, mais timidamente, são criadas novas explorações ligadas ao setor agroalimentar.

Submedida 1.3: Promoção da competitividade florestal

Esta submedida pretendia promover o desenvolvimento produtivo e competitivo da fileira florestal, num conceito multifuncional ou de especialização.

Esta submedida subdivide-se em 3 ações:

⇒ 1.3.1. Melhoria produtiva dos povoamentos

O principal objetivo desta ação era potenciar uma gestão que permitisse obter melhor produtividade e rentabilidade das florestas, podendo passar esta estratégia pela reconversão de povoamentos por espécies não autóctones.

A substituição gradual dos povoamentos tem também um objetivo de carácter ambiental, na medida em que incentiva a substituição de espécies em declínio e suscetíveis à ocorrência de incêndios e de pragas ou outras doenças.

O quadro seguinte – quadro 5.10. – resume a informação dos projetos desenvolvidos no âmbito desta medida pela CUMEADAS.

Quadro 5.10: Quantidade de projetos aprovados para a medida 1.3.1.

PRODER		Medida 1.3.1. Melhoria Produtiva dos povoamentos
Quantidade projetos aprovados		21
Período candidaturas		2009-2014
Quantidade de Hectares		759,83
Presença de espécies por projeto	Pinheiro Manso	21
Valores aprovados		775.153,39 €

Fonte: CUMEADAS (2014)

Esta ação foi a que mais teve aplicação prática no enquadramento da promoção da competitividade florestal (submedida 1.3.). Claramente se entende que, dadas as dificuldades de sobrevivência de espécies autóctones – sobreiro, azinheira – os povoamentos continuaram a ser substituídos pelo pinheiro manso, espécie com melhor capacidade de adaptação na região.

⇒ 1.3.2. Gestão Multifuncional

Esta ação pretendia potenciar o aproveitamento multifuncional do espaço florestal e apresenta-se como um eixo de maior importância para regiões mais interiores. O aproveitamento dos diversos recursos de uma região pode incluir a cinegética, pesca, apicultura, produção de cogumelos e frutos silvestres, plantas aromáticas, condimentares e medicinais, todos associados à floresta, era uma forma de contribuir para a sustentabilidade.

No quadro que se segue (quadro 5.11.) estão resumidos os projetos efetuados no âmbito desta ação.

Quadro 5.11: Quantidade de projetos aprovados para a medida 1.3.2.

PRODER	Medida 1.3.2. Gestão Multifuncional
Quantidade projetos aprovados	15
Período candidaturas	2008-2013
Custo total	712.072,00 €

Fonte: PRODER (2015)

De salientar que todos estes projetos estão diretamente ligados à atividade cinegética, incluindo de uma forma muito residual as componentes agroturística e pesca.

Medida 2: Sustentabilidade do espaço rural

Submedida 2.1: Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

Tinha como intuito compensar a perda de rendimentos das atividades agrícolas das regiões mais desfavorecidas e incentivar a contínua utilização das terras agrícolas, garantir a manutenção da paisagem natural e a manutenção de explorações agrícolas.

Dividia-se em dois tipos de ações:

⇒ 2.1.1. Manutenção da Atividade Agrícola fora da Rede Natura

⇒ 2.1.2. Manutenção da Atividade Agrícola em Rede Natura

Não se verificou, nesta zona a execução de projetos correspondentes a nenhuma destas ações.

Submedida 2.2: Valorização de modos de produção

Pretende-se com esta submedida, num conceito de desenvolvimento sustentável, levar a que os agricultores e outros intervenientes aderissem a sistemas de produção específicos e de manutenção da biodiversidade. Eram incentivadas as atividades que sejam compatíveis com a preservação dos recursos naturais e do solo, com a conservação e melhoramento da diversidade genética animal e vegetal e a produção de produtos de qualidade certificada. Esta medida, importante para uma região em processo de desertificação, não teve qualquer adesão.

Submedida 2.3: Gestão do espaço florestal e agro-florestal

Esta submedida promovia uma gestão das florestas que fomente a multifuncionalidade da floresta de forma a aumentar a sua capacidade económica, ambiental e social, designadamente, tornando-a mais resiliente aos incêndios e ataques de agentes nocivos, melhorando os valores ambientais, de proteção e paisagístico e ordenando o território com vista a melhorar a sua sustentabilidade.

⇒ 2.3.1.1. Defesa da floresta contra incêndios

Esta ação tinha como objetivo proteger a floresta dos incêndios com a aplicação de medidas de prevenção e de defesa, com o aumento da resistência e resiliência das

florestas, redução da incidência dos fogos e com uma adequada gestão de infraestruturas do território. No período de vigência deste último quadro comunitário, foram desenvolvidos 3 projetos nesta ação – dois casos particulares desenvolvidos pela Associação Cumeadas, e o terceiro por um município (Castro Marim).

⇒ 2.3.2.2. Instalação de Sistemas Florestais e de Sistemas Agro-florestais

Esta ação visava aumentar a área florestal com a florestação de terras agrícolas e não agrícolas, e constituir sistemas agro-florestais em terras agrícolas com o fim de potenciar os recursos agro-silvo-pastoris. Tinha como principais beneficiários as entidades gestoras das zonas de Intervenção florestal, entre outros. A Associação Cumeadas apoiou um caso, cujos povoamentos foram o pinheiro manso, a alfarrobeira, e o medronheiro.

⇒ 2.3.3.1. Promoção do valor ambiental dos espaços florestais

Esta ação promovia investimentos que permitissem controlar processos de erosão facilitando a ocorrência de pedogénese, em solos degradados e com alto risco de erosão, situação que está em consonância com o PANCD. As áreas florestais eram protegidas a nível de proteção de rede hidrográfica, da erosão hídrica e eólica, proteção dos sistemas naturais e da fauna, etc., de forma a potenciar o valor económico, social e ambiental. Esta medida era a única deste programa a abordar e incluir o PANCD nas suas diretrizes. Foi desenvolvido um projeto no domínio da rede hidrográfica pela entidade pública gestora desta rede.

⇒ 2.3.3.2. Reconversão de povoamentos com fins ambientais

O objetivo desta ação era a substituição de espécies ecologicamente desadaptadas por povoamentos de espécies autóctones de elevado valor ecológico e ambiental e que se adequassem às condições edafo-climáticas da região, contribuindo assim para atenuar os efeitos das alterações do clima, aumentar a biodiversidade, reduzir os impactos da erosão, proteger os recursos hídricos e aumentar a produtividade. Não existe nenhum projeto desenvolvido no contexto desta medida, talvez porque as espécies autóctones da região sempre apresentaram uma taxa de mortalidade muito elevada, o que terá dissuadido a aplicação desta medida.

Medida 3: Dinamização das zonas rurais

Submedida 3.1: Diversificação da Economia e Criação de Emprego

Esta submedida tinha como objetivo diversificar a economia apoiando outras atividades que não a agricultura, de forma a potenciar o emprego regional nas zonas rurais, com criação de riqueza e emprego, com o principal objetivo de fixar a população e aproveitar recursos endógenos, transformando-os em fatores de competitividade. Esta submedida deveria ser implementada de acordo com uma estratégia de desenvolvimento local (EDL) desenvolvida por grupos de ação local (GAL).

⇒ 3.1.2. Criação e Desenvolvimento de Microempresas

Esta ação pretendia fomentar a criação e o desenvolvimento de microempresas, densificar a economia e emprego, permitindo revitalizar a economia e a sociedade das regiões rurais. No quadro que segue (quadro 5.12.) resumem-se os projetos efetuados no âmbito desta medida pela ATBG.

Quadro 5.12: Projetos aprovados para a medida 3.1.2.

PRODER	Projetos aprovados por zonas de investimento (Freguesias)						
	Alcoutim	Giões	Martim Longo	Pereiro	Vaqueiros	Odeleite	Azinhal
Medida 3.1.2 Criação e Desenvolvimento de Microempresas	6	1	2	0	0	0	2
Total projetos	11						
Montantes aprovados	843.000,00 €						

Fonte: ATBG (2014)

Estes projetos foram, na sua maioria, na restauração, embora tenha havido outros, ligados a outras atividades (comerciais, de inovação e I&DT), que perfizeram um total de 11 projetos.

⇒ 3.1.3. Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer

Esta ação pretendia permitir a criação de atividades turísticas de pequena escala, para pessoas singulares ou coletivas de direito privado, tais como centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística. Poderia desta forma potenciar a valorização dos recursos endógenos das regiões envolventes, como por exemplo produtos regionais e património cultural e natural, contribuindo para a criação de emprego e crescimento económico.

Como se pode confirmar no quadro seguinte (quadro 5.13) foram desenvolvidos seis projetos na área do turismo (turismo rural e animação turística) pela ATBG.

Quadro 5.13: Projetos aprovados para a medida 3.1.3.

PRODER	Projetos aprovados por zonas de investimento (Freguesias)						
	Alcoutim	Giões	Martim Longo	Pereiro	Vaqueiros	Odeleite	Azinhal
Medida 3.1.3. Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de lazer	4	0	0	0	0	1	1
Total projetos	6						
Montantes aprovados	972.000,00 €						

Fonte: ATBG (2014)

Submedida 3.2: Melhoria da qualidade de vida

Esta submedida visava, por um lado, promover o património rural e por outro, facultar à população o acesso a serviços essenciais à comunidade em função das suas necessidades. Para atingir este objetivo, foi estabelecida uma intervenção específica nas

regiões de forma a valorizar o espaço de vivência da comunidade e a sua qualidade de vida, ao mesmo tempo que se procuraram melhorar as condições de acolhimento para os que vêm do exterior.

⇒ 3.2.1. Conservação e Valorização do Património Rural

Esta ação aplicava-se na preservação do património rural construído, como moinhos e espigueiros, no aproveitamento de edifícios tradicionais para atividades associadas à preservação e valorização da cultura local e ainda na recuperação e preservação de práticas e tradições culturais, tais como artes e ofícios, folclore, música, receituário gastronómico. Toda esta valorização do património rural é feita num contexto de interesse coletivo, enquanto fator de identidade e de atratividade do território. Tinha como beneficiários pessoas singulares e coletivas de direito privado, autarquias locais e Grupos de Ação Local e Entidades Gestoras (EG).

Esta medida teve aplicação prática em 5 projetos promovidos pela ATBG, conforme quadro seguinte (quadros 5.14.).

Quadro 5.14: Projetos aprovados para a medida 3.2.1.

PRODER	Projetos aprovados por zonas de investimento (Freguesias)						
	Alcoutim	Giões	Martim Longo	Pereiro	Vaqueiros	Odeleite	Azinhal
Medida 3.2.1. Conservação e Valorização do Património Rural	3	0	0	1	0	1	0
Total projetos	5						
Montantes aprovados	549.000,00 €						

Fonte: ATBG (2014)

Nestes 5 projetos foram desenvolvidos, designadamente, núcleos museológicos, exposição itinerante e documentário e conservação de igreja matriz.

⇒ 3.2.2. Serviços Básicos para a População Rural

Esta ação tinha como objetivo desenvolver serviços de apoio à infância, domiciliários e itinerantes, e de animação cultural e recreativa. A tentativa de aumento de acessibilidade da população aos serviços básicos são um elemento essencial na igualdade dos níveis de vida e integração social das populações.

Esta medida visava promover parcerias entre entidades privadas e públicas sem fins lucrativos, instituições de solidariedade social e outras e organizações não-governamentais (ONG).

No quadro seguinte (quadro 5.15.), estão quantificados os projetos correspondentes à medida 3.2.2.

Quadro 5.15: Projetos aprovados para a medida 3.2.2.

PRODER	Projetos aprovados por zonas de investimento (Freguesias)						
	Alcoutim	Giões	Martim Longo	Pereiro	Vaqueiros	Odeleite	Azinhal
Medida 3.2.2. Serviços Básicos para a População Rural	6	0	4	0	3	1	1
Total projetos	15						
Montantes aprovados	831.000,00 €						

Fonte: PRODER (2015)

Esta ação fomentou a criação de 15 projetos de apoio a centros culturais e recreativos, na área social – serviços básicos à população rural, apoio a associações, centro de intervenção e apoio à freguesia, sendo a que teve maior aderência comparativamente às restantes do subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais.

Sub-medida 3.7: Centros Educativos Rurais do Algarve

A implementação de centros educativos nas zonas rurais do Algarve, tinha como principal objetivo, para além de promover a requalificação da rede escolar, potenciar a fixação das populações e contrariar o processo de desertificação da região.

Não se verificaram na zona em estudo nenhuns projetos no âmbito desta submedida.

5.3.3.1. ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Incompreensivelmente, não existe nenhuma medida de apoio nem verbas atribuídas no PRODER e no Fundo Florestal Permanente (FFP) exclusivamente para as ZIF (Ambiente Online, 2011), as mesmas não beneficiando também de uma majoração no acesso aos fundos públicos (Canadas, Novais & Marques, 2013).

Os apoios que têm estado disponíveis para as ZIF através do Fundo Florestal Permanente (FFP) são, na sua maioria, destinadas à sua constituição, e muito pouco para o seu funcionamento e para a execução de operações necessárias (Canadas, Novais & Marques, 2013).

Atualmente, apenas se têm desenvolvido alguns projetos de defesa da floresta contra incêndios que acautelam a retirada de combustível presente nas florestas.

Se efetuarmos uma auscultação do que será necessário para que ocorra o verdadeiro exercício de uma ZIF, será fundamental, em primeiro lugar, conhecer as condicionantes e as diversidades dos territórios em termos económico-sociais e ecológicos para se poder responder às mesmas na gestão do espaço agro-florestal, sem o qual, o insucesso é uma realidade (Canadas, Novais & Marques, 2013).

Dentro das propostas ou reivindicações já efetuadas no sentido de desbloquear o funcionamento das ZIF destacam-se as seguintes: redução dos mínimos de área impostos à ação coletiva, que por consequência implica abdicar de tomar a paisagem como a unidade de gestão nas zonas de pequena dimensão, aplicação de regras e sanções a aderentes e não aderentes através de uma reforma fiscal inteligente, alteração do critério de atribuição de incentivos à constituição e funcionamento e a remuneração dos bens públicos fornecidos pela floresta (Canadas, Novais & Marques, 2013).

5.3.3.2. PEQUENA REFLEXÃO SOBRE O PROGRAMA PRODER

O Programa PRODER foi defendido na proposta de revisão do PANCD como tendo continuado a contribuir para o combate à desertificação com o desenvolvimento de medidas ligadas à florestação, conservação do solo, atividades agroflorestais (tais como a vinha e o olival) e desenvolvimento do regadio. Descreve ainda o seu impacto positivo na melhoria da gestão florestal para o combate à desertificação a médio e longo prazo e nas exigências ambientais que favorecem o combate à desertificação tais como a obrigatoriedade de manter cobertura vegetal nos solos nas épocas Outono/Inverno e a sua gestão na prevenção dos incêndios, faixa de limpeza nas extremas das parcelas, regras de uso agrícola de parcelas declivosas entre outros.

Salienta ainda os programas de incentivo de competitividade nos territórios de baixa densidade, com a dinamização de atividades económicas inovadoras utilizando recursos endógenos, como forma de combate à desertificação (PANCD, 2013).

Ora, o que se pode verificar com a análise dos dados apresentados, é que a aplicação das medidas PRODER na região em estudo, continuou um trabalho de florestação, gestão florestal com prevenção de incêndios (benéfico para os solos) assim como medidas de luta contra o despovoamento, mas que a falta de relação entre todos os aspetos relacionados com a desertificação não travou as suas causas e consequências.

A desarticulação dos programas de financiamento, motivada pela falta de coordenação entre entidades decisoras e com representação com informação técnica e a população da região, resultou na transformação dos mesmos em instrumentos somente de carácter financeiro e não do desenvolvimento de objetivos concertados e integradores.

5.4. NOVO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: PDR 2014-2020

Face à aprovação do novo Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal na sequência da decisão da Comissão Europeia – Decisão C (2014) 9896 final de 12 de Dezembro de 2014 (GPP, 2015), e que, atualmente já se encontra em vigor, é importante tentar perceber que papel as medidas ou alterações das mesmas (relativamente às do quadro

anterior) vão desempenhar no combate à desertificação. É pertinente procurar saber se este programa procurou – ou não – estabelecer uma melhoria na introdução da preocupação dos problemas da desertificação e/ou alinhamento com o PANCD no âmbito das ações promovidas.

Toda a informação que se expõe a seguir referente às medidas do PDR2020 foi retirada do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP, 2015).

O Programa divide-se pelos seguintes Subprogramas:

- Subprograma 1 – Inovação e conhecimento;
- Subprograma 2 – Competitividade e organização da produção;
- Subprograma 3 – Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima;
- Subprograma 4 – Desenvolvimento local

Parece-nos que apenas as medidas (eventualmente submedidas e ações) do subprograma 3 se relacionam, de alguma forma com a desertificação e seu combate, nomeadamente:

Subprograma 3:

Medida 7: Agricultura e Recursos Naturais

Submedida 7.9. Mosaico Agro-Florestal

Esta ação tem como objetivo manter mosaicos agroflorestais para criar descontinuidade na ocupação do solo de forma a prevenir a ocorrência de incêndios. Como resultado irá contribuir para a prevenção da degradação dos solos, dos recursos hídricos, da biodiversidade e impacto negativo na retenção do carbono.

Esta medida, assume claramente uma intenção que vai ao encontro das necessidades do combate à desertificação; no entanto, só será aplicável para regiões onde a ocupação florestal é de pelo menos 50% e com elevado risco de incêndio, o que aparentemente não se aplica à região em estudo.

Medida 8: Proteção e reabilitação de povoamentos florestais

Submedida 8.1.Silvicultura sustentável

Esta medida tem como propósito salvaguardar a capacidade de produção das florestas, o que passa pela prevenção de incêndios e pelo combate às pragas e doenças que têm vindo a aumentar.

Reconhece-se que o desenvolvimento rural passa pelo desenvolvimento sustentável das superfícies florestais para poder contribuir para o bem-estar das populações e o desenvolvimento económico, bem como pelas vantagens a nível ambiental, essencialmente para as zonas com maior suscetibilidade à desertificação.

Os critérios de seleção desta medida são os seguintes: certificação da gestão florestal, áreas ZIF, desertificação, áreas classificadas e regime florestal.

Os investimentos previstos nesta medida estão em conformidade com as orientações ligadas à defesa das florestas e de adaptação às alterações climáticas, sem mencionar contudo qualquer alinhamento com o PANCD.

Em termos de financiamento, as percentagens para os apoios aos investimentos e explorações – à exceção da medida 8.1.6. - variam entre 75% e 85% sem majoração. Verifica-se aqui um aumento relativamente ao quadro anterior.

Nesta medida – à exceção da 8.1.2. - as áreas abrangidas por ZIF têm uma majoração de 10% ou um financiamento de 100%.

A elaboração de PGF não associado a investimento florestal é financiado a 85% se tiver objetivos predominantemente ambientais.

⇒ Ação 8.1.1. Florestação de terras agrícolas e não agrícolas

Esta ação visa promover a florestação de terras agrícolas e não agrícolas, melhorar os ecossistemas com a colocação de espécies bem adaptadas às condições locais e que contribuam para o sequestro de carbono e a proteção dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade).

⇒ Ação 8.1.2. Instalação de sistemas agroflorestais

Nesta ação são promovidos os sistemas agroflorestais de montados que combinam a silvicultura com práticas de agricultura extensiva, que são valorizados pela sua importância para a biodiversidade e adaptação a áreas com elevada suscetibilidade à desertificação.

⇒ Ação 8.1.3. Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos

Serão fomentados nesta ação intervenções contra agentes bióticos e abióticos e instalação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, e um dos critérios de seleção será a desertificação.

⇒ Ação 8.1.4. Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos ou por acontecimentos catastróficos

Restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos e ações de estabilização de emergência após incêndio.

⇒ Ação 8.1.5. Melhoria da resiliência e do Valor ambiental das florestas

Intervenção nas explorações florestais e agroflorestais na adaptação às alterações climáticas, promoção de serviços de ecossistema e melhoria de bens públicos, reabilitação de povoamentos em más condições vegetativas.

⇒ Ação 8.1.6. Melhoria do valor económico das Florestas

Apoio a investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais em harmonização com a biodiversidade e o ambiente, num conceito sustentável.

Saliente-se o facto de se ter implementado de forma a melhorar o desempenho ambiental da nova PAC, o cumprimento das Práticas Agrícolas Benéficas para o Clima e Ambiente - *Greening* - aquando da submissão de candidaturas, que se resumem na Diversificação das culturas, Manutenção dos prados permanentes e Superfície de interesse ecológico.

5.5. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS EFETUADOS NA REGIÃO

Uma vez que um dos objetivos da presente tese é perceber as consequências do processo de desertificação nos meios rurais, bem como quais as ações de combate à desertificação levadas a cabo, pelos privados e pelas entidades oficiais, e de que modo as recomendações do PANCD foram tidas em conta na elaboração de projetos ou em ações-piloto desenvolvidas, pelo sector público ou por agentes privados, a análise no terreno é um ponto fundamental. Esta investigação local passa, por sua vez, por perceber como a população encara e está informada sobre o tema, bem como de que forma o combate à desertificação está a ter impacto na região em causa. A abordagem efetuada junto à população para investigar estes pontos concretizou-se através de um conjunto de inquéritos efetuados na sua maioria na zona das Cumeadas do Baixo Guadiana. Os inquéritos foram realizados sob a forma de questionários em que a população em estudo é aquela que se relaciona de forma mais direta ou indireta com a região em estudo.

Na definição dos critérios de seleção do público-alvo a inquirir, foram escolhidos dois tipos de destinatários, que correspondem aos dois setores fundamentais seguintes:

- População residente e/ou trabalhadores locais, que detêm geralmente um grau de educação formal baixo e que não ocupam cargos socialmente representativos (amostra 1).
- Público-alvo com mais formação, ocupando postos socialmente mais representativos, podendo não ser residentes, nem trabalhadores locais (amostra 2).

Para a amostra 1, a amostragem escolhida foi uma amostragem probabilística ou aleatória, cujas amostras foram escolhidas de forma aleatória, em que a probabilidade de cada indivíduo da população em estudo fazer parte da amostra é igual para todos os elementos (Maroco, 2003).

O tipo de amostragem probabilística que se ajusta a este tipo de trabalho enquadra-se na amostragem aleatória estratificada, constituindo uma amostra aleatória simples dos elementos que integram cada sub-grupo (Maroco, 2003), em virtude da população em

estudo ter sido dividida em sub-grupos, designadamente por escalões de idade: até aos 24 anos, de 25 a 64 anos e de mais de 65 anos.

O modelo de amostragem estratificada para este caso em concreto, é uma amostra proporcional, em virtude do número de indivíduos por cada sub-grupo ser proporcional ao número de elementos existentes nos mesmos, o que permite fornecer uma amostra mais representativa da população (Neto, 1977).

Com base na informação do INE de 2011, a população da região em estudo perfazia um total de 4202 indivíduos. Procurou-se assim criar uma amostra com uma margem de erro de 10% e um nível de confiança de 90%, o que implicou fazer 67 inquéritos. Esta quantidade foi, por sua vez, distribuída proporcionalmente por cada faixa etária, designadamente, para indivíduos até aos 24 anos, a quantidade da amostra era de 4 inquéritos, para a faixa etária de 25 a 64 anos foram necessários 30 inquéritos, e a partir dos 65 anos efetuaram-se 33 inquéritos.

A amostra 2 corresponde a uma amostragem não-probabilística, não existindo a probabilidade de todos os elementos participarem na amostra (Maroco, 2003). O tipo de amostra escolhido foi a amostra objetiva, cujo intuito é verificar interesse de opinião de determinados indivíduos da população numa quantidade limitada, e não na “massa” que corresponde a indivíduos representativos da população geral, designadamente para elementos que detêm uma determinada função ou cargo, ou de prestígio social.

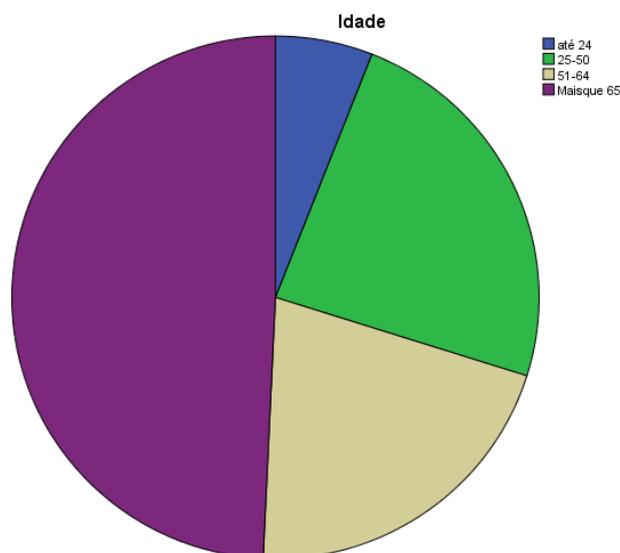
O inquérito efetuado apresenta-se no Anexo I.

5.5.1.A AMOSTRA 1

O primeiro grupo de perguntas do inquérito procurou fazer uma identificação da pessoa inquirida de forma a contextualizá-la na região em estudo.

De forma totalmente aleatória, a percentagem dos inquiridos por género aproxima-se dos 50%. Sendo uma amostra estratificada, de acordo com a idade, a amostra corresponde proporcionalmente à população existente (segundo os dados do INE de 2011).

No gráfico que se segue (gráfico 5.1.), está representada a percentagem da população por faixa etária.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5.1.: Percentagem da população por faixa etária

90% dos inquiridos são habitantes locais, sendo 80% proprietários de terrenos. Relativamente à sua fonte de rendimentos, 46% dos inquiridos afirma ser trabalhador local, enquanto uma percentagem também significativa nos reformados (44%) indica a sua qualidade de reformado. Adicionalmente, dos inquiridos que confirmaram estar profissionalmente ativos, cerca de metade labora na agricultura e os restantes noutras atividades existentes na região.

Uma vez que a tomada de consciência acerca do problema da desertificação é um aspeto fundamental para a tomada de decisões sobre ações concretas, o segundo grupo de questões teve como objetivo saber o que é que as pessoas entendem por desertificação, as suas causas e consequências.

Quanto aos resultados estatísticos da primeira questão deste grupo, dividi as respostas à mesma em três subgrupos. Cerca de 40% dos inquiridos respondeu desconhecer o significado do termo, 27% associa a desertificação simplesmente ao despovoamento e os restantes 33% diz apenas que sabe o significado. Permito-me afirmar, como consequência de ter acompanhado de perto as respostas aos inquéritos, e mesmo das respostas dadas às questões posteriores, que, embora não o verbalizem, as pessoas ou

simplesmente desconhecem o termo ou, na sua maioria, associam a desertificação ao despovoamento humano, tendo consciência de que é mais do que isso.

E assim, 99% dos inquiridos (mesmo **não sabendo** o que é desertificação), concordam que a sua região sofre um processo de desertificação.

Quanto às causas/consequências que mais têm levado à desertificação, realçam-se no quadro seguinte (quadro 5.16.) aquelas que obtiveram maior percentagem de respostas:

Quadro 5.16: Percentagem de resposta das causas/consequências que levaram à desertificação da amostra 1

Causas/consequências que mais têm levado à desertificação	Percentagens
Clima menos chuvoso	72%
Clima mais quente	58%
Ocorrência de doenças e morte das árvores	58%
Diminuição da existência de água subterrânea	31%
Clima inconstante	22%
É um terreno árido e pobre que sofreu muita erosão e perdeu profundidade	22%
Abandono da região pela população e suas atividades rurais	69%
Fracas produções e baixos rendimentos das atividades existentes	61%
Procura de outra forma de vida	36%
Às políticas agrícolas desenvolvidas que levaram ao desaparecimento	23%
Falta de trabalho	54%

Fonte: Elaboração própria

Mais uma vez, os últimos cinco pontos do quadro vieram comprovar que a população na sua maioria associa a desertificação essencialmente ao despovoamento.

Para além do facto de ser generalizada a opinião de que a região não consegue ser economicamente rentável no domínio da exploração das suas terras – situação que tem levado ao despovoamento - nota-se também uma perceção de que têm ocorrido algumas alterações climáticas – que, segundo as populações, se traduzem essencialmente por uma redução de pluviosidade e aumento das temperaturas - ou ainda no aparecimento de doenças que têm afetado as árvores autóctones da região, comprometendo ainda mais a viabilidade das atividades silvícolas e agrícolas.

O grupo III aborda o PANCD. Cerca de 73% dos inquiridos desconhece a existência de tal plano. Verifica-se uma percentagem correspondente a 27% de inquiridos que diz conhecer o plano, os quais escolheram, numa percentagem que varia entre 30 a 40%, os seguintes benefícios decorrentes do plano:

- Sensibilizou todos os intervenientes para a problemática (30%);
- Promoveu a utilização de boas práticas ambientais (39%);
- Diminuiu os riscos de incêndios (44%);
- Não trouxe nada de novo para a região (39%);

O IV grupo de perguntas teve como objetivo perceber de que forma a Associação das Cumeadas é vista a nível de apoio à região e ao combate à desertificação, uma vez que a mesma desempenhou um papel muito importante aquando da formação da região piloto do PANCD, tendo desenvolvido uma série de ações de sensibilização que, a ter tido continuidade por parte das entidades competentes, poderiam ter contribuído para travar o processo de desertificação. Infelizmente, tal não aconteceu e depressa o seu desempenho caiu no esquecimento, sem que se notassem verdadeiramente frutos dessa iniciativa.

A principal análise a fazer em relação à primeira questão deste grupo, traduz-se num desconhecimento na ordem dos 28% sobre o trabalho que a Associação tem vindo a desenvolver, apesar de a população, de uma forma geral, a conhecer.

Não impede no entanto, que 46% dos inquiridos reconheça o trabalho da Associação no setor do apoio e aconselhamento em diversos assuntos no ramo florestal.

Entretanto, 43% das pessoas inquiridas entende que ser sócio da Cumeadas é vantajoso. Quanto às ações desenvolvidas pela Associação, apenas cerca de 18% dos inquiridos participou nas mesmas e 67% não sabe que vantagens trouxeram no combate à desertificação. É também muito baixa a percentagem (6%) de pessoas que aplicaram as práticas ambientais apresentadas nas ações de sensibilização organizadas pela CUMEADAS em conjunto com elementos do PANCD.

A última questão diz respeito ao conhecimento das ZIF's e da sua utilidade, sendo que uma percentagem significativa – 58% - desconhece o que são. Apenas uma percentagem entre 16-17% afirma que as ZIF's fomentam a limpeza das florestas e previnem a ocorrência de incêndios.

O grupo de questões V faz referência aos projetos que têm vindo a ser financiados há já algumas décadas. No entanto, nesta análise são apenas estudados aqueles que foram realizados a partir do ano 2000. Cerca de 50% das pessoas inquiridas aderiram pelo menos a uma medida, realizando um projeto, na sua grande maioria de florestação – Pinheiro, Azinheira e Sobreiro - e 27% entendem que estes projetos foram benéficos para o combate à desertificação.

O grupo VI de questões foi uma forma de tentar perceber qual a opinião, caso a tenham, sobre a forma de dinamizar a região e quais as possíveis atividades agrícolas e/ou outras que a região permite desenvolver, que possam ter um futuro económico.

Neste grupo, as primeiras perguntas tiveram taxas de escolha que variaram curiosamente entre os 20 a 30%, designadamente:

- Fazer uma campanha de relançamento de atividades económicas e rurais: 30%
- Atribuição de mais subsídios: 21%
- Mais informação das possibilidades de projetos: 28%
- Melhor acompanhamento para a concretização dos mesmos projetos: 21%
- Menos burocracia e mais rapidez no desenvolvimento dos projetos: 25%
- Melhorar no acesso à água para rega: 27%
- Existência de cooperativas de apoio: 21%

Dentro das atividades agrícolas e/ou outras sugeridas como possíveis soluções para uma economia viável e sustentável, são de destacar as seguintes, representadas pelos seguintes quadros (5.17 e 5.18):

Quadro 5.17: Percentagem das atividades outrora praticadas mais escolhidas pelos inquiridos da amostra 1

Tipo de atividade	Percentagem
Atividades agropecuárias e florestais outrora praticadas	
Cereais	31%
Hortas	54%
Gado	
Cabras	74%
Ovelhas	78%
Pomares de sequeiro	
Amendoeira	30%
Figueira	27%
Alfarrobeira	57%
Oliveira	52%
Medronheiro	34%
Cortiça	34%
Mel	72%
Caça	49%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.18: Percentagem das novas atividades mais escolhidas pelos inquiridos da amostra 1

Tipo de atividade	Percentagem
Novas atividades agropecuárias, florestais e no turismo	
Cultivo Catos	25%
Indústria transformadora caprino	27%
Artesanato	43%
Produtos regionais	42%
Atividades ao ar livre	25%
Percursos pedestres	30%

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que as opções escolhidas se relacionam diretamente com as atividades que sempre existiram e ainda existem na região, não havendo muita abertura para novas atividades económicas pelo facto da população desconhecer a sua existência e a sua aplicabilidade.

O último grupo de perguntas (grupo VII) procurou de certa forma perceber de que forma as pessoas encaram e integram atitudes que se relacionam com comportamentos de interesse ambiental e de luta contra a desertificação.

Dos inquiridos, 70% considera que os serviços de limpeza dos terrenos e linhas de água podem ser serviços de interesse ambiental que beneficiam toda a região envolvente, havendo mesmo 58% dos inquiridos que considera que estes serviços deveriam ser serviços pagos.

Cerca de 76% das pessoas inquiridas entende desenvolver comportamentos de combate à desertificação, sendo que, especificamente, 55% consideram que o fazem quando tratam das suas terras a nível de lavouras e limpeza de terrenos, tratamento das árvores e hortas.

5.5.1.1. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA AMOSTRA 1

Estamos perante uma região de população envelhecida, em que cerca de metade da população têm mais de 65 anos. Esta realidade é um dos fatores que muito evidencia o quanto a desertificação humana está a tomar passos largos com todas as consequências que daí advêm. E como existe a particularidade de na sua grande maioria serem proprietários de terras, podemos colocar-nos a questão sobre o destino que as mesmas vão ter quando esta geração já cá não estiver.

De uma forma geral, as respostas obtidas quanto ao conhecimento do conceito de desertificação e da existência do PANCD, embora eventualmente previsíveis, não deixam de ser dececionantes. Embora a região em estudo seja uma das mais afetadas a nível nacional pela desertificação e integre uma das regiões piloto do PANCD, o desconhecimento sobre os mesmos é generalizado. Não obstante, é também verdade que uma grande percentagem da população – mais idosa - embora desconhecadora do conceito da desertificação e das suas graves consequências, tem consciência que os seus territórios têm vindo a sofrer uma degradação contínua.

O papel substancial que a CUMEADAS desempenhou na dinamização de ações de sensibilização no âmbito da região piloto do PANCD, atualmente encontra-se praticamente esquecido, face à ausência da continuidade do seu trabalho por parte das entidades competentes. Não deixa de ser reconhecido o seu trabalho, essencialmente a nível de apoio às necessidades da população local no âmbito dos projetos florestais e na prevenção de incêndios.

Como o resultado dos inquéritos já demonstrou, grande parte da população aderiu a projetos de florestação, resultando na transformação da região em espaço florestal em substituição das terras agrícolas. E, mesmo que esta transformação, principalmente por povoamentos de pinheiro, não tenha sido do total agrado das pessoas, as mesmas deixaram-se “levar” em nome da contrapartida dos subsídios e do desconhecimento de outras possíveis alternativas.

Esta ausência de conhecimento de outras opções, está bem evidenciado nas respostas do grupo VI do inquérito, onde foram assinaladas na sua maioria as atividades que sempre conheceram e desenvolveram.

Relativamente à questão dos comportamentos e/ou ações visando combater a desertificação, na prática, estes indivíduos somente mantiveram uma cultura de tratamento das terras (tal como sempre fizeram ao longo das suas vidas), o que não deixa de ter importância neste âmbito.

5.5.2.A AMOSTRA 2

Neste tipo de amostra as perguntas do primeiro grupo não têm grande representatividade para a análise, uma vez que os inquiridos foram escolhidos e selecionados em função de determinados cargos profissionais e de estatutos sociais com a intenção de obter uma visão possivelmente diferente da realidade da região e dos inquiridos da primeira amostra.

Saliente-se, no entanto, que mesmo assim, 70% são habitantes e trabalhadores locais, sendo apenas 48% proprietários de terrenos, o que é substancialmente diferente daquilo que encontramos na amostra anterior (90% habitantes e 80% proprietários de terrenos).

Na abordagem do segundo grupo, verifica-se já um conhecimento geral (96%) do conceito da desertificação.

Quanto às causas e consequências, os pontos com maior relevância segundo este grupo de inquiridos são (quadro 5.19.):

Quadro 5.19 Percentagem de resposta das causas/consequências que levaram à desertificação da amostra 2

Causas/consequências que mais têm levado à desertificação	Percentagens
Clima menos chuvoso	39%
Clima mais quente	22%
Ocorrência de doenças e morte das árvores	26%
Diminuição da existência de água subterrânea	35%
É um terreno árido e pobre que sofreu muita erosão e perdeu profundidade	70%
Destruição dos solos devido ao excesso de uso de práticas agrícolas (ex.: cereais)	35%
Diminuição da diversidade de vegetação e de espécies animais	30%
Abandono da região pela população e suas atividades rurais	96%
Fracas produções e baixos rendimentos das atividades existentes	83%
Procura de outra forma de vida	83%
Desvalorização e descrédito do setor agro-rural	78%
Às políticas agrícolas desenvolvidas que levaram ao desaparecimento gradual das atividades existentes	65%
Falta de trabalho	70%

Fonte: Elaboração própria

Os últimos cinco pontos deste quadro, com uma percentagem muito mais elevada, bem como o facto de 96% dos inquiridos associarem à desertificação o abandono da região pela população e suas atividades rurais, pode sugerir que as pessoas associam ainda muito o conceito da desertificação ao despovoamento, embora tenham uma ideia mais precisa sobre o que significa desertificação, principalmente na realidade da região.

Esta amostra 2 demonstra também um conhecimento já mais efetivo relativamente à questão principal do grupo III, com cerca de 70% dos inquiridos a conhecerem o PANCD.

Na identificação das vantagens que este plano deverá ter trazido é relevante que a sensibilização de todos os intervenientes para a problemática ganha um lugar de destaque (52% dos inquiridos assinalaram esta opção) e o facto de haver menor percentagem de inquiridos a assinalar a importância deste plano na diminuição dos riscos de incêndio. Deve-se realçar, também, que nesta amostra apenas 13% dos inquiridos foram da opinião que o plano não trouxe nada de novo para a região.

No que respeita ao grupo IV, a CUMEADAS e o seu trabalho são conhecidos por 91% das pessoas que responderem ao inquérito, havendo 83% dos inquiridos que entende que contribuiu no combate aos riscos de incêndios, 61% que apoia em projetos de preservação do território, 52% que apoia em projetos de desenvolvimento económico e 65% que oferece apoio e aconselhamento em diversos assuntos no ramo florestal.

Adicionalmente, 96% dos inquiridos é igualmente de opinião que é vantajoso ser sócio da associação.

Da amostra 2, uma maior percentagem de pessoas participaram nas jornadas organizadas – cerca de 48% -, sendo que 52% afirmam que as mesmas contribuíram para o combate à desertificação; no entanto, apenas 39% destes inquiridos aplicaram, ou aplicam as boas práticas ambientais.

Relativamente às vantagens que as ZIF's têm trazido, destaca-se uma percentagem de 61% que dizem que contribuem para a limpeza das florestas, 70% para a prevenção dos incêndios, 48% que melhoram a rentabilidade das florestas, 61% que cedem toda a informação mais específica: legislação, novidades, etc., e 39% que promovem o associativismo.

No grupo V do inquérito, verifica-se uma diferença fundamental relativamente à amostra 1. Apenas 17% dos inquiridos na amostra 2 tinham tido um projeto financiado (esta percentagem era de 50% no caso da amostra 1), sendo que 61% dos inquiridos entendeu, no entanto, que os projetos têm sido benéficos para o combate à desertificação (27%, no caso da amostra 1).

Também ao contrário da amostra 1, no grupo VI, os inquiridos da amostra 2 demonstram, como seria de esperar, acreditar mais nas possibilidades de uma abordagem mais institucional, escolhendo soluções em que, manifestamente, a população já não acredita.

Assim, apresentam-se os resultados dos inquiridos que pensam que as entidades políticas e associações podem promover a dinamização da região (garantindo a sua preservação, dinamizando a economia e favorecendo a fixação das populações localmente), pelas seguintes percentagens:

- 83%, fazendo uma campanha de relançamento de atividades económicas e rurais (no caso da amostra 1 (A1), apenas 30% dos inquiridos assinalaram esta opção);
- 39% pensam que este objetivo se consiga atribuindo mais subsídios (no caso A1, apenas 21%);
- 70% acham que deveria haver mais informação das possibilidades de projetos (28%, no caso A1);
- Igualmente 70% acha que devia haver melhor acompanhamento para a concretização dos mesmos projetos (21% no caso da A1);
- 78% entende que seria benéfico que houvesse menos burocracia e mais rapidez no desenvolvimento dos projetos (25% no caso A1);
- 48% pensa que deveria haver melhorias no acesso à água para rega (27% no caso da A1);
- E, finalmente, 39% acha que seria importante haver cooperativas de apoio (21% no caso A1).

Na sugestão de quais as atividades económicas com viabilidade na região, destacam-se as seguintes, representadas no quadro 5.20.

Quadro 5.20: Percentagem das atividades mais escolhidas pelos inquiridos na amostra 2

Tipo de atividade		Tipo de atividade	
Atividades agropecuárias e florestais outrora praticadas	Percentagens	Novas atividades agropecuárias, florestais e no turismo	Percentagens
Cereais	30%	Agricultura biológica	65%
Hortas	61%	Cultivo de Ervas aromáticas	65%
Gado		Exploração da vegetação existente para fins cosméticos e medicinais	57%
Cabras	78%	Cultivo Catos	26%
Ovelhas	65%	Indústria transformadora suíno	52%
Suínos	44%	Indústria transformadora caprino	57%
Pomares de sequeiro		Indústria transformadora ovino	44%
Amendoeira	74%	Comercialização das pinhas	56%
Figueira	52%	Apanha de cogumelos	30%
Alfarrobeira	70%	Observação de Aves	65%
Oliveira	65%	Artesanato	74%
Medronheiro	65%	Produtos regionais	87%
Cortiça	48%	Atividades ao ar livre	70%
Mel	70%	Percursos pedestres	83%
Caça	65%	Desportos motorizados	30%
Pesca	26%	Desportos aquáticos	39%

Fonte: Elaboração própria

Constata-se, nesta amostra 2, maior abertura por parte dos inquiridos para atividades mais inovadoras, embora mantenham também fortemente a opinião de que as atividades agrícolas que já existiam devem permanecer.

Finalmente, no último grupo de perguntas (VII), os inquiridos da amostra 2 são todos de opinião que os serviços de limpeza dos terrenos e linhas de água são serviços de interesse ambiental, e 96% entende que os mesmos devem ser remunerados. Destes inquiridos, 78% declara desenvolver comportamentos de combate à desertificação, ao fazer a manutenção e florestação das terras das quais são proprietárias, prevenção de incêndios e no apoio a projetos de desenvolvimento local.

5.5.2.1. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA AMOSTRA 2

Verifica-se neste grupo de inquiridos um conceito da desertificação muito similar à amostra 1, que o relacionam essencialmente com o despovoamento, registando-se algumas diferenças relativamente à sua conceção sobre as causas/consequências da degradação das terras.

Este segundo grupo de inquiridos demonstrou ter uma abordagem muito diferente do primeiro relativamente às questões do questionário. Denota-se claramente uma análise mais institucional, transparecendo um conhecimento mais teórico, não sendo o mesmo acompanhado pelo saber prático da realidade existente, nem pelo modo como poderia ser implementado. Pudemos verificar isso, por exemplo, nas questões relativas ao conhecimento do PANCD e das suas vantagens, da CUMEADAS quanto ao seu desempenho e nas jornadas de sensibilização que promoveu, das ZIF's e suas vantagens, benefícios dos projetos realizados, entre outros.

Não se verifica também uma verdadeira preocupação e sensibilização deste grupo para os problemas da região; embora esteja mais informado, não desenvolve propriamente mais ações ou comportamentos de combate à desertificação de que os inquiridos do grupo I.

5.5.3. ANÁLISE GERAL DO RESULTADO DOS INQUÉRITOS

De uma forma geral, e em jeito de conclusão desta análise descritiva dos resultados estatísticos, podemos certamente tirar algumas conclusões relevantes.

O conceito de desertificação é completamente alheio à população local desde os mais iletrados até às pessoas com alguma instrução. E quem reconhecia esta designação associava-o praticamente quase só à desertificação humana, ao que intitulamos de despovoamento. Este detalhe foi muito evidente no desenrolar dos inquéritos, desde a forma como respondiam às primeiras questões – que confrontavam diretamente as pessoas com esse conhecimento – até ao desenrolar de todo o questionário. Existe uma pequena percentagem de inquiridos que não responderam à questão sobre o conceito da “desertificação” que visivelmente não quiseram reconhecer que desconheciam tal palavra. Quanto ao conceito da desertificação que as pessoas têm no geral, designadamente, o despovoamento, a opinião é unânime, a região sofre de um despovoamento para o qual ainda não se verifica uma atitude de reversão. E, se por um lado as pessoas lamentam o facto das suas terras estarem cada vez menos povoadas, por outro lado, eles próprios não concebem a possibilidade dos seus descendentes se poderem manter na região. Não existe uma visão futura de possíveis soluções para fixar os mais jovens na região. Sabem, ou preconizam, que dentro de algumas décadas a região estará totalmente despovoada. Associam o despovoamento à falta de trabalho, fraco rendimento da agricultura e procura de trabalho menos duro.

A desertificação, enquanto degradação e perda de qualidade do espaço territorial, terá as suas origens, de acordo com as respostas obtidas, essencialmente nas alterações climáticas, traduzidas em menos chuva e clima totalmente instável, sendo também muitas vezes referida a falta de humidade ou clima muito seco. A morte das árvores é também um factor que as pessoas observam.

Se a desertificação é um conceito pouco conhecido ou mal interpretado, mais desconhecido ainda é o PANCD. O plano e as suas ações são apenas conhecidas por pessoas que entrevistaram mais diretamente nelas. As jornadas de sensibilização organizadas pelo PANCD visivelmente não deixaram rasto numa mudança de atitude e

adoção de boas práticas ambientais. Algumas mudanças nas práticas agrícolas e ambientais que se verificam resultam apenas de imposições indexadas a projetos ou da própria legislação em vigor.

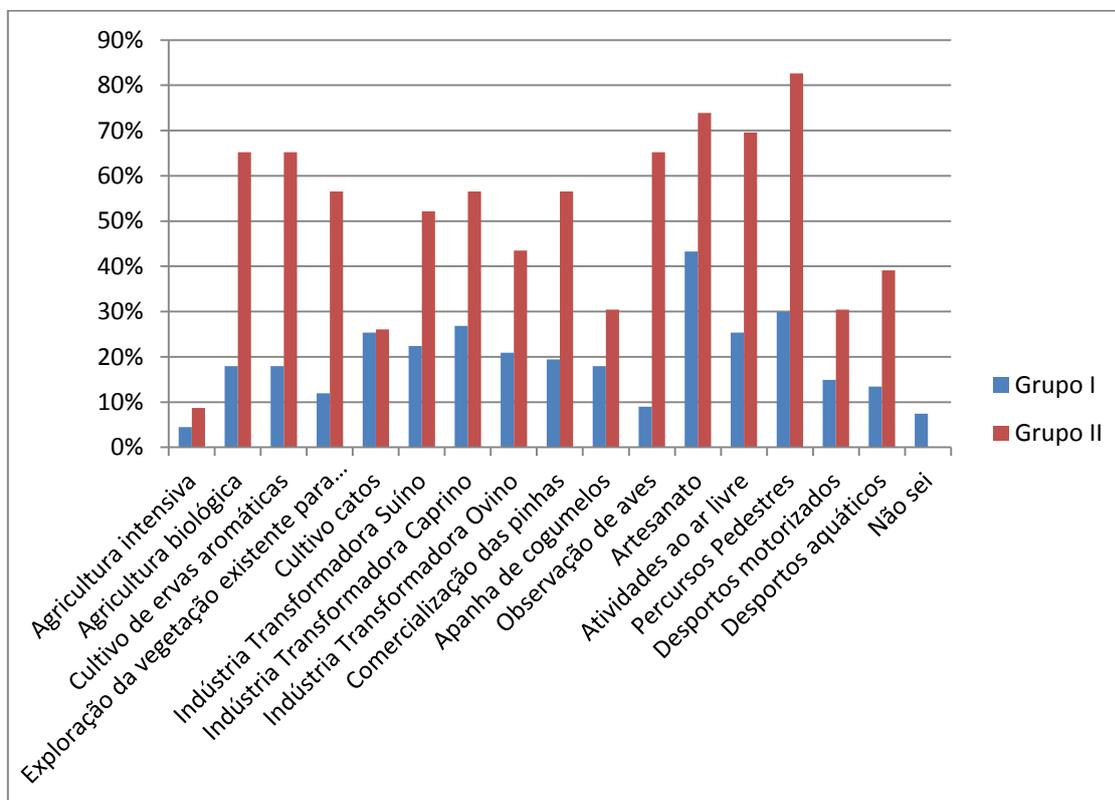
Quanto às ZIF's, as mesmas não são conhecidas por grande parte das pessoas inquiridas, o que é de alguma forma surpreendente, em virtude da região em causa incluir 6. Poucas são as pessoas que reconhecem algumas vantagens nas mesmas, chegando mesmo a apontar desvantagens.

Regra geral, a população mais velha (que embora não o tenhamos perguntado, sabemos que é simultaneamente, de acordo com as estatísticas, a que tem um nível de educação formal mais baixo, dificilmente passando do 1º ciclo do ensino básico), não tem nem capacidade nem vontade para tentar inverter esta realidade. São pessoas que gerem a sua vida com aquilo que têm, sem exigir muito mais. E quem pensa que, regra geral, as pessoas não estão satisfeitas com as suas vidas, desengane-se, porque esta população, em geral, não abdica do seu estilo de vida.

Nas faixas etárias de idade média e mais jovem, ao contrário do que poderia ser espectável, não se verifica uma postura e atitude mais ativa quanto à vontade de potenciar o desenvolvimento na região, salvo algumas exceções. É dominante uma atitude passiva e de aproveitamento daquilo que o sistema existente vai cedendo.

Por exemplo, no que respeita às atividades que poderiam ter futuro na região, existe um total – quase total – desconhecimento e desinteresse sobre o que se pode vir a fazer. Verifica-se uma ausência de sentido crítico e de interpretação quanto aos vários aspetos que caracterizam a região e que têm vindo a influenciar o processo de desertificação.

No gráfico (gráfico 5.2.) que se segue, estão representadas as percentagens de respostas do grupo I e II relativamente as questões do ponto 17.2 do inquérito sobre as possíveis novas atividades agro-rurais que se podem desenvolver na região:



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5.2. Novas Atividades agro-rurais

Após a análise deste gráfico, podemos constatar que existe uma percentagem muito mais elevada do grupo II comparativamente ao grupo I quanto à receptividade de possíveis novas atividades agro-rurais na região em estudo. A esta maior percentagem de respostas do grupo II, atribuo-a essencialmente a mais algum conhecimento teórico da existência e possibilidade de se praticar outras atividades na região, mas não se refletindo muito mais do que isso.

Na maioria das respostas das pessoas, designadamente, sobre o que se poderia fazer a nível de novas atividades ou o que as entidades competentes poderiam fazer para melhorar as atividades da região, verifica-se uma ausência de criatividade, de procura de soluções ou de ideias para soluções novas. Não existe, à exceção de uma pequena percentagem, pensamento estruturado sobre este tema.

Sente-se, no entanto, que esta alteração que a região sofreu, nomeadamente, ter passado de “região agrícola” para “região florestada”, de uma forma geral, não foi totalmente do agrado das pessoas, que o fizeram muitas vezes em troca de subsídios, com alguma passividade e algum desconhecimento. Verifica-se uma grande percentagem de pessoas que aderiram a projetos, essencialmente florestais; contudo, as opiniões já divergem um pouco mais sobre as vantagens e desvantagens que os mesmos trouxeram para região.

As respostas dos inquiridos da faixa etária mais nova demonstram já uma abertura diferente em relação a atividades inovadoras na agricultura e no turismo, embora esses inquiridos não tenham uma verdadeira opinião sobre as possibilidades que se poderiam explorar na região.

6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A região em estudo sofre de forma significativa com o processo da desertificação. A pobreza dos seus solos e as condições climáticas criaram condições que, agravadas por ações ineficazes do homem são responsáveis pela desertificação física e pelas fragilidades na sua produtividade agro-florestal.

Associadas a estas dificuldades, as limitações no acompanhamento da evolução tecnológica e das exigências da globalização, para as quais o isolamento físico da região contribuiu, levaram à quebra do poder económico das atividades agrícolas. A diminuição da capacidade de subsistência dos seus habitantes, bem como a procura de outro estilo de vida, conduziu, progressivamente, à desertificação humana.

A região caiu assim, num ciclo vicioso, em que o despovoamento, levando ao abandono das terras só veio piorar a degradação do território, e o estado decadente deste, aumentou a tendência do seu abandono.

A ferramenta principal criada para contrariar o processo de desertificação foi o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD). Teria, como uma das suas principais funções, a conjugação das possibilidades oferecidas pelo enquadramento regulamentar europeu a nível de fontes de financiamento. Deveria também definir as políticas, ações de cooperação e coordenação consideradas prioritárias entre os vários intervenientes (governo, comunidades locais e regionais e utilizadores da terra), e ainda supervisionar a sua participação ativa (PANCD, 2013).

Como já referido, este instrumento beneficiaria da existência de projetos de financiamento para a sua aplicação, bem como da existência de um conjunto de indicadores e de um observatório que lhe possibilitariam acompanhar a eficácia da sua implementação.

Este Plano tinha, como objetivo a superação dos constrangimentos estruturais ao desenvolvimento rural das áreas afetadas pela desertificação, o que, devidamente posto em prática, seria certamente um sucesso.

A metodologia necessária para desenvolver a aplicação do Plano, viu-se confrontada com uma grande dificuldade: o mesmo não foi concebido como um instrumento operativo. Era apenas um instrumento de referência e de planeamento estratégico integrador de outros programas e estratégias.

Ainda hoje em dia, e tal como no passado, o Plano não detém qualquer autonomia de execução para por em prática as suas ações de forma coordenada e integrada, nem dispõe de um pacote orçamental. Depende portanto, da boa vontade e consciencialização das várias partes detentoras dos poderes de decisão e dos fundos existentes no quadro da atuação setorial relevante, designadamente do desenvolvimento regional, rural e do ambiente.

A legislação portuguesa criada para garantir a execução das orientações do PANCD, na verdade não tem nem aplicação prática nem o rigor necessário, e não sofreu alterações significativas para garantir a adequada estruturação e aplicabilidade do seu conteúdo, bem como a supervisão da eficácia das suas ações no combate à desertificação, reflexo de uma grande passividade quanto à sua implementação.

Esta ausência de metodologias explica porque é que é possível dividir em duas fases a análise dos resultados da implementação de medidas e ações desenvolvidas no âmbito do PANCD, a saber:

- A primeira fase do Plano que poderia ser considerada como um trabalho árduo e difícil, foi, em certa medida, alcançada. A Associação CUMEADAS deu um contributo relevante para o desenvolvimento de ações de sensibilização das populações, com resultados muito positivos. Conseguiu-se fazer um trabalho de preparação e receptividade bastante positivo e muito participado pelas populações locais, mostrando-se as mesmas disponíveis para adaptar a sua realidade a um novo enquadramento que se previa mesmo necessário. Todas estas iniciativas devolveram às populações locais uma confiança e consciência das suas possibilidades e utilidade.

- A segunda fase do PANCD já não viu as suas expectativas concretizadas, tendo dissipado e feito esquecer todo o trabalho desenvolvido na primeira. Esta segunda etapa requeria a implementação de medidas pelas tutelas de entidades e do governo – os decisores – que não foi de todo considerada. Dependia de dois fatores determinantes: a disponibilidade financeira e uma efetiva imposição para a realização das ações, cuja adoção deveria ter-se tornado obrigatória e punível se não concretizada. Os fundos disponíveis careciam de ser distribuídos de forma a responder de forma integrada aos diversos interesses do Plano, a nível da burocracia, da sua gestão e de disponibilidade de fundos.

Os resultados obtidos – ou não - no combate à desertificação foram possíveis de identificar com base na informação dos projetos de financiamento efetuados (desde o ano 2000 até ao presente), dos testemunhos da população inquirida, da observação da região em estudo e da proposta de revisão do PANCD de 2013.

Os projetos decorrentes das medidas dos vários quadros comunitários dos últimos anos, não integraram uma articulação com as estratégias do PANCD. Na descrição dos objetivos das medidas apenas se fez uma alusão ao PANCD no Programa PRODER, que vigorou entre 2007-2013. Noutras medidas, estão mencionados aspetos importantes no combate à desertificação, tais como proteção dos solos, controlo do processo de erosão, manutenção da biodiversidade, proteção dos recursos hídricos, atenuação dos efeitos das alterações climáticas, combate ao incêndio, entre outros, não se tendo verificado, no entanto, quaisquer medidas ou diretrizes específicas no âmbito dos quadros comunitários que motivassem as populações a incrementar ações e atividades visando especificamente o combate à desertificação. Paradigmático foi o caso da constituição e operação das Zonas de Intervenção Florestal, cuja correta gestão e existência de fundos teriam um impacto muito positivo no combate à desertificação. Mais gravoso ainda, nem as regiões piloto do PANCD – como é o caso da região em estudo – foram beneficiados com medidas e ações mais específicas para o combate à desertificação.

Em todos estes anos de financiamento no âmbito do desenvolvimento rural, da florestação e da agricultura, as medidas foram executadas avulso contendo apenas objetivos individuais que embora possam ter potenciado alguns benefícios, o fizeram

certamente num contexto somente sectorial e não no quadro de uma estratégia integrada.

As florestas, uma das apostas mais fortes para substituir a agricultura em solos mais pobres, poderão ter trazido alguma melhoria na qualidade dos solos, apesar da sua má gestão pelo homem e da pobreza dos mesmos, mas a sua sustentabilidade económica não está assegurada.

Reconhece-se também que algumas atividades desenvolvidas com sucesso no âmbito do desenvolvimento local, para fixar as populações e contrariar o despovoamento, são essenciais para se conseguir num segundo plano o combate à desertificação. No entanto, as mais-valias beneficiaram apenas quem desenvolveu as atividades, sem se fazerem acompanhar por outras ações no terreno que potenciem a fixação das gentes numa perspetiva integrada e concertada. Como exemplo de alguns desses projetos desenvolvidos, temos as infraestruturas básicas a nível material, turismo rural, cinegética, explorações agrícolas e florestais, medidas de emparcelamento.

Por fim, importa referir que não existe um relatório sobre a implementação do PANCD.

A mesma é apenas abordada brevemente, na proposta de revisão do PANCD de 2013, no ponto 3.3. *“Implementação e resultados alcançados”* do período de programação anterior, conforme se poderá verificar no Anexo II, não tendo sido apresentados nenhuns resultados concretos.

São analisadas de forma muito generalista as contribuições que as ações e programas desenvolvidos possam ter trazido, em virtude de incluírem aspetos relacionados com o combate à desertificação, designadamente no quadro do ordenamento do território, dos recursos hídricos, da política florestal, dos programas de financiamento ao desenvolvimento rural.

É feita referência aos indicadores como sendo uma ferramenta essencial, sem apresentar contudo, resultados baseados em medições que nos permitam avaliar os efeitos qualitativos e quantitativos das medidas de combate à desertificação.

Não se efetuou também qualquer comentário de resultados no Algarve, nem das áreas piloto, incluindo a do Nordeste da Serra Algarvia, que por sinal detém um dos maiores

índices de suscetibilidade à desertificação do país, revelando mais uma vez uma grande lacuna no acompanhamento dos resultados obtidos.

O levantamento efetuado no terreno com a população local, vem reforçar a ideia de que os objetivos do Plano não se fizeram conhecer. Não existe, regra geral, a nível da população local e regional e aos vários níveis da sociedade, um conhecimento e uma consciencialização daquilo que é a desertificação e a sua problemática. O Plano de Combate à Desertificação é uma matéria sobre o qual a maior parte da população desta região mostrou total desconhecimento o que permite intuir uma ineficaz abordagem ao problema.

6.1. REFLEXÕES FINAIS

Não queremos concluir a presente tese, sem deixar aqui algumas reflexões sobre a temática do combate à desertificação.

A desertificação é um processo dinâmico e autossustentável, de uma maneira geral pouco conhecido do comum dos cidadãos, cujas consequências não são facilmente visíveis, e cujo combate só observa resultados a médio e longo prazo.

Tem sido difícil a sua aceitação por parte dos intervenientes que não estão devidamente informados e/ou interessados na sua existência.

O seu combate tem despertado pouca preocupação quer dos atores políticos, que preferem fomentar ações visíveis a curto prazo, quer das entidades privadas que não querem perder rentabilidade. O facto da complexidade da desertificação ser de difícil resolução, impõe às instituições e entidades públicas um desempenho articulado, integrado e muito ativo para encontrar soluções estruturais e de funcionamento ao nível institucional, administrativo, político e técnico.

Desde a criação do PANCD passaram cerca de 25 anos, e mais de 10 anos após a constituição da Área Piloto da região em estudo e os projetos e as boas intenções do PANCD praticamente não passaram do papel. Mas o tempo não parou, e o processo de desertificação, despovoamento, degradação dos territórios e perda de autonomia na região continuou a progredir.

Face a estas dificuldades, foi proposto, no âmbito da revisão do PANCD, ratificada a 24 de Dezembro de 2014, uma nova estrutura organizativa de forma a garantir uma integração alargada das orientações do PANCD nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), assegurando os recursos financeiros, técnicos e tecnológicos às instituições responsáveis pela sua aplicação, a operacionalidade do Observatório Nacional de Desertificação, e a participação ativa das populações e entidades envolvidas. É ainda cedo, no entanto, para dizer como esse objetivo irá ser posto em prática.

A questão que se coloca é se, apesar das intenções vertidas neste novo Plano, bem como no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural do novo quadro comunitário, que entrou agora em vigor, a região será ainda resiliente, face ao despovoamento e ao envelhecimento acentuado da população, agravado pelas condições socioeconómicas difíceis, nomeadamente nestes últimos anos, por causa da crise e em anos anteriores, por causa de incêndios florestais que ditaram perdas acentuadas para alguns proprietários. Será que as condições criadas na região são ainda reversíveis?

Observam-se alguns casos que poderão favorecer uma solução sustentável assente numa renovação das relações entre as produções e o território. Destacam-se a crescente procura de novas explorações agrícolas, empresas de exploração de recursos existentes, tais como a extração do verniz das estevas e aproveitamento de plantas aromáticas, o cultivo do figo-da-índia que se apresenta economicamente viável na região bem como um ótimo elemento de combate à desertificação.

Mas estará o estado disposto a financiar uma efetiva aplicação de métodos de fixação das populações e de proteção dos solos? Terá consciência que, se nada for feito, a situação poderá trazer custos bem mais elevados para repor o equilíbrio da região? Finalmente, terá consciência do enorme custo social imposto pela marginalização e abandono de algumas áreas territoriais, cuja consequência é uma pressão enorme sobre os espaços urbanos, sobrecarregando as suas estruturas de acolhimento e provocando, também aqui, enormes desequilíbrios que recomendam o estudo de vias alternativas?

Urge portanto, o reconhecimento pela sociedade do contributo que o agricultor exerce para a preservação do ecossistema, residindo aqui a questão principal: é necessário os

apoios técnico e financeiro, geridos de forma a beneficiar os interesses locais e da região aos níveis económico, social e ambiental, para o qual o equilíbrio da serra é indispensável.

É também fulcral, a disseminação da informação de forma a gerar um conhecimento geral da problemática da desertificação no sentido de exercer uma influência efetiva na sensibilização das populações ligadas ou não à região, a todos os níveis sociais, de forma permanente. Dever-se-á incutir uma consciência na cultura humana, da necessidade da preservação dos recursos naturais e da natureza, e da importância que as zonas rurais têm no equilíbrio do território geral. O esforço colaborativo e de compreensão convidará a uma modificação da dualidade urbano-rural, mudança que poderá ser morosa, ou não, uma vez que atualmente tudo se processa a alta velocidade.

Tornou-se premente encarar de frente a problemática da desertificação, bem como o desenvolvimento de ações com o objetivo de travar realmente o seu processo. A resolução desta problemática está em grande parte na posse dos dirigentes políticos e das referências empresariais – pelos seus poderes de governação e económicos, respetivamente. No entanto, uma vez que todos nós contribuímos para o processo da desertificação, detemos a possibilidade e a responsabilidade de contribuir para o seu combate.

Tal como o “colibri”, fazendo cada um a nossa pequena parte, podemos obter grandes resultados.

BIBLIOGRAFIA

- Afedt (2015). Associação Florestal de Entre o douro e Tâmega. *Zonas de Intervenção Florestal*. Página consultada a 10/02/2015, <http://www.maisfloresta.com/AFEDT/>
- AGRO (2014). *Programa AGRO*. Página consultada a 20/11/2014, <http://www.programa-agro.net>
- AGROGES (2009). Sociedade de Estudos e Projectos. *Estudo de Avaliação Final (ex- post) do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (2000-2006): RURIS*. Fevereiro 2009. Relatório Final. [S.l.:s.n.].
- Alcance (2014). Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio. Página consultada a 30/11/2014, <http://alcoutim.documentar.org/site/index.php?module=FMS&func=view&ot=resouce&id=654&oldfunc=browse&search=>
- Alcance (2015). Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio). [s.n.t.]. Informação cedida pelos autores
- Alho, J.M. (2004) Desertificação. Sinais, Dinâmicas e Sociedade. A dificuldade de participação dos cidadãos no processo do combate à desertificação. Coordenação Victor Louro. *Estudos e documentos*, 11. P. 169-173. Lisboa: Instituto Piaget ISBN:972-771-731-4
- Alves, J. E. (2004). Património rural, turismo e desenvolvimento local: As «aldeias históricas» como produto turístico. Mundo rural, património rural e turismo: algumas reflexões teóricas de enquadramento. *Escola Superior de Educação de Portalegre. Revista Aprender*, P. 80
- Alves, R., Borralho, R., Carvalho, C. R., & Bugalho, J. (1995). Uso sensato no espaço rural alentejano. *Revista De ciências Agrárias*, XVIII (4), P.51-66
- ATBG (2014) (Associação Terras do Baixo Guadiana) [s.n.t.]. Informação cedida pelos autores
- ATBG (2015) Associação Terras do Baixo Guadiana. Página consultada a 27/01/2015, <http://www.cm-alcoutim.pt/pt/349/associacao-terras-do-baixo-guadiana.aspx>
- Azevedo, Á. L. (2004). *Desertificação. Sinais, Dinâmicas e Sociedade. Portugal Mediterrâneo*. Coordenação Victor Louro. *Estudos e documentos*, 11. P. 63-70. Lisboa: Instituto Piaget ISBN:972-771-731-4
- Baptista, F. O. (2001). *Agriculturas e Territórios*. Oeiras : Celta. ISBN:972-774-117-7
- Beliz, J. M. (1988). *Conservação da natureza e atividades económicas. Flora silvestre*. Seminário técnico sobre parques e conservação da natureza nos países do sul da Europa [S.l.: s.n.]

- Benoit, M., Deffontaines, J.-P. & Lardon, S. (2006). *Acteurs et territoires locaux. Vers une géoagronomie de l'aménagement*. Paris : INRA ISBN:2-7380-1225-6
- Bugalho, M. N. (2010). *Serviços do Ecossistema montado. Uma ferramenta contra a desertificação*. WWF Mediterrâneo Instituto Superior Agronomia [S.l.:s.n.]. Informação cedida pelo Instituto Conservação Nacional Florestas
- Canadas, M.J., Novais, A. & Marques, M. (2013). *Gestão em comum do espaço florestal. Zonas de Intervenção Florestal*. Caderno 7. Lisboa : Animar. ISBN:978-989-98548-7-1
- Carrière, Jean-Paul (1989). *Les transformations agraires au Portugal, Crise, réformes et financement de l'agriculture*. Paris: Económica
- Cavaco, C. & Ramos, A. (1994). *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*. Lisboa: Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- CCDR (2007). Relatório CCDR. *Indicadores de Desertificação no Algarve. Área piloto de combate à desertificação*. Página consultada a 26/07/2014, [https://web.ccdr-
alg.pt/sids/indweb/imagens/tRelatorios_23.pdf](https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/imagens/tRelatorios_23.pdf)
- Cordovil, F., Dimas, B., Alves, R. & Baptista, D. (2004). *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia, Factos e políticas, futuro e opções*. Cascais: Príncipia. Publicações Universitárias e Científicas ISBN: 972-8818-26-2
- Correia, A. V., Oliveira, A. C., (1999). Principais Espécies Florestais com Interesse para Portugal. Zonas de Influência Mediterrânica. *Estudos e Informação*, 318. P.13-16, 23-29. DGF, Lisboa
- Costa, J. I. F. (1996). *A conservação do solo, Técnicas de controlo da erosão*. Faro: MedSPA
- CUMEADAS (2002). Associação das Cumeadas [S.l.: s.n.]. Informação cedida pelos autores
- CUMEADAS (2003). Associação das Cumeadas. *Serra do Baixo Guadiana - Área Piloto do Algarve*. [S.l.: s.n.]. Informação cedida pela Associação Cumeadas
- CUMEADAS (2004). Associação das Cumeadas. [S.l.: s.n.]. Informação cedida pelos autores
- CUMEADAS (2008). Associação das Cumeadas [S.l.: s.n.]. Informação cedida pelos autores
- CUMEADAS (2014). Associação das Cumeadas [s.n.t.]. Informação cedida pelos autores
- DRAPALG (2014). Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve. [s.n.t.]. Informação cedida pelos autores
- DRAPALG (2015). Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve. Página consultada a 27/01/2015, <http://www.drapalg.min-agricultura.pt/>

- Fialho, M. (2005). *Reabilitando o Genuíno. Gestão de uma cooperativa agro-industrial no Alentejo*. Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos. Loulé: Fialho. ISBN:972-99495-0-6
- Genevieve, P. (2005). *FAIRE CAMPAGNE*. Colloque. Rennes : MCF Université d'Angers. Disponível em *MCF Université d'Angers*. P.1-15
- GPP (2015). Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. “*Programa de desenvolvimento Rural PDR 2020*”. Página consultada a 04/02/2015, <http://www.gpp.pt/pdr2020/>
- Guerreiro, M. G. (1995). A Água, factor de desenvolvimento das sociedades modernas (o caso português). *Revista de Ciências Agrárias. Sociedade de Ciências Agrárias, XVIII (4)*, P. 103-107
- Guigner, L. (2012). *Environnement et Agriculture. De la prise en compte réglementaire a la mise en oeuvre dans le « champ » des pratiques agricoles*. Mémoire dans les Etudes Politiques. [Toulouse] : Institut d’Etudes Politiques de Toulouse
- Hare, F. K, Warren, A., Maizels, K. J., Kates, R.W., Johnson, D.L., Haring, K. Johnson & Garduno, M. A. (1992). *Desertificação: Causas e consequências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN:972-31-0561-6
- ICNF (2014). Instituto da Conservação da Natureza e florestas. “*Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação/Objetivos*”. Página consultada a 26/07/2014, <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/unccd-PT/pancd/object-pancd>
- ICNF (2015). Instituto da Conservação da Natureza e florestas. “*Zonas de Intervenção Florestal*”. Página consultada a 02/02/2015, <http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/zif>
- IFAP (2014). Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas. *Florestação de Terras Agrícolas – RURIS*. Página consultada a 10/10/2014, <http://www.ifap.min-agricultura.pt>
- IFAP (2015). Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas. *AGRIS. Medida da Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais*. Página consultada a 10/02/2015, <http://www.ifap.min-agricultura.pt>
- INE (2011). (Instituto Nacional de Estatística). Página consultada a 31-01-15, <http://censos.ine.pt>
- Lieutaghi, P. (1972). L’environnement végétal – flore végétation et civilisation. *Revue Géographique de l'Est, 12 (12-4)*, P. 447
- Loureiro, N. S. (1994). *Medidas para a conservação e recuperação de solos no Algarve*. MedSPA. Faro: Universidade do Algarve, Centro de Estudos para o controlo da Erosão e Desertificação
- Loures, L. (2010). *Acupuntura urbana como estratégia de revitalização do espaço rural – o caso de estudo do nordeste algarvio...* Escola Superior Agrária de Elvas – IPP. Página

- Louro, V. (2004). Desertificação – Sinais, Dinâmicas e Sociedade. O desenvolvimento do PANCD – Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação. Coordenação Victor Louro. *Estudos e documentos*, 11, P. 233-245. Lisboa: Instituto Piaget ISBN:972-771-731-4
- Maroco, J. (2003). *Análise Estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo – 2ª Edição. ISBN: 972-618-331-6
- Measures, J. e M. (1995). *Portugal Meridional, Gentes, tradições, fauna e flora*. [São Brás]: Associação In Loco ISBN: 972-8262-02-07
- Morais, C. (2004). Desertificação – Sinais, Dinâmicas e Sociedade. A Floresta no processo de luta contra a desertificação. Coordenação Victor Louro. *Estudos e documentos*, 11, P. 103-107. Lisboa: Instituto Piaget ISBN:972-771-731-4
- Moreira, M. B. (2001). *Globalização e Agricultura, Zonas rurais desfavorecidas*. Instituto Superior de Agronomia. Oeiras: Celta Editora ISBN: 972-774-119-3
- Naveh, Z. (1991). Biodiversity and ecological heterogeneity of Mediterranean uplands. [S.l.] *Linea Ecologica* 23, P. 47-60
- Neto, P. (1977). *Formas de amostragem*. L.C. Estatística [S.l.: s.n.]. Consultado a 14-11-2014, <http://www.proder.pt/homepage.aspx>
- Novais, A. M., Lourenço, F. & Baptista, F. O. (2000). *Portugal (Continente) – uma leitura do rural*. Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa
- Ó, Afonso (2013). *Gestão do risco de seca no Algarve*. Textos universitários de ciências sociais e humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a ciência e a tecnologia. ISBN: 978-972-31-1467-6
- Odiana (2014). Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana. [S.l.:s.n.]. Informação cedida pelos autores
- Odiana (2015). Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana. Página consultada a 27/01/2015, <http://www.odiana.pt/sobre/>
- PANCD (2013). *Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação. Proposta de Revisão e Alinhamento com a Estratégia 2008/2018 da CNUCD*. [S.l.:s.n.]. Informação cedida pela Universidade do Algarve
- Pereira, L. S. & Paulo, A. A. (2004). Desertificação. Sinais, Dinâmicas e Sociedade. Recursos Hídricos, Secas e Desertificação. Coordenação Victor Louro. *Estudos e documentos*, 11, P. 47-60. Lisboa: Instituto Piaget ISBN:972-771-731-4
- Pessoa, F. (1998). Desertificação. Parte I. As Dimensões Física e Ambiental – Metodologias de Diagnóstico. A desertificação e a arborização nas serras do Algarve.

Revista Mediterrâneo, do Instituto Mediterrâneo da universidade Nova de Lisboa, nº12/13 semestral, P. 101-106

Pessoa, F., Almeida, E., Pires, D. & Ferreira, E. (1999). *Plano de Ação Regional de Combate à Desertificação no Algarve – PRCD Algarve* [S.l.:s.n.]. Informação cedida pela Universidade do Algarve

PRODER (2014). “*Programa de Desenvolvimento Rural*”. Consultado a 16-11-2014, <http://www.proder.pt/>

PRODER (2015). “*Projetos*” Consultado a 16-02-2015, <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=348>

Ribeiro, O. (1997). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 7ª edição. Lisboa: Sá da Costa

Rolo, J. A. C. & Coelho, I. S. (1986). *As Agriculturas Algarvias – Contributo para sua caracterização no Início dos Anos 80*, I. Comissão Coordenação da Região do Algarve. Faro: Departamento de Estudos de Economia e Sociologia Agrárias. Instituto Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural do Ministério da Agricultura e Pescas e Alimentação

Roxo, M. J.; Mourão, J. M.; Casimiro, P.C. (1998). Desertificação. Parte II. A Dimensão Humana e Medidas de Combate. Políticas agrícolas, mudanças de uso do solo e degradação dos recursos naturais. Baixo Alentejo Interior. *Revista Mediterrâneo, do Instituto Mediterrâneo da universidade Nova de Lisboa, nº12/13, semestral, P. 167-189*

Roxo, M. J. (2004). Desertificação. Sinais, Dinâmicas e Sociedade. As alterações do Uso da Terra. Coordenação Victor Louro. *Estudos e documentos, 11*, P. 117-127. Lisboa: Instituto Piaget ISBN:972-771-731-4

Santos, D. F. ; Forbes, K. & Moita, R. (2001). *Mudança climática em Portugal. Cenários, Impactes e Medidas de Adaptação*. Sumário executivo e conclusões. SIAM. Lisboa: Gradiva. P. 6-9

Silva, J. M. (1988). *Os incêndios florestais e a diminuição dos seus riscos*. Seminário técnico sobre parques e conservação da natureza nos países do sul da Europa. [S.l.:s.n.].

Silva, L. (2008). *Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal*. Arquivos da Memória. Outro país - novos olhares, terrenos clássicos, 4. (s.l.):Centro de Estudos da Etnologia Portuguesa

Varela, J. A. S. (1992). *A Agricultura e o Espaço Rural. Contributo para a compreensão das suas relações em Portugal*. Lisboa: Ministério da agricultura. ISBN:972-9175-57-8

Varela, J. A. S. (1995). *O desenvolvimento agrário e rural, contributos para a sua história no período de 1960 a 1995*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (M.A.D.R.P.) ISBN:972-9175-72-1

ANEXO I

INQUÉRITO (QUESTIONÁRIO)

Questionário

No âmbito da tese deste mestrado cujo objeto de estudo incide sobre o processo da desertificação na área das Cumeadas do Baixo Guadiana, este questionário tem como propósito perceber de que forma a região tem vindo a sofrer com este processo, como é que as pessoas o percebem, e verificar quais têm sido as contribuições do PANCD (Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação) para o seu combate.

I. Identificação

1. **Género:** Masculino Feminino
2. **Idade:** até aos 24 entre 25 e 50 entre 51 e 64 mais de 65
3. **Habitante local**
4. **Proprietário de terrenos**
5. **Trabalhador local** 5.1. Entidade _____
6. **Outro** _____

II. Desertificação/Degradação do território

7. **A desertificação é um tema que, atualmente, começa a tornar-se numa preocupação mundial que não se deve ignorar.**

Sabe o que é a desertificação? (Assinale uma resposta com X) 7.1. Sim 7.2. Não

8. **Esta região é considerada como uma zona que sofre de forma muito grave com o processo de desertificação. Concorda com esta afirmação? Se sim, o que tem provocado tal situação e como se manifesta?**

PODE ASSINALAR COM X MAIS DO QUE UMA RESPOSTA

8.1. Não concordo Porquê _____

8.2. Concordo, mas não sei porquê

8.3. Concordo, porque:

8.3.1. É um terreno árido e pobre que sofreu muita erosão e perdeu profundidade

8.3.2. Clima menos chuvoso

8.3.3. Clima mais chuvoso

8.3.4. Maior ocorrência de chuvas torrenciais

8.3.5. Clima inconstante

8.3.6. Diminuição da existência de água subterrânea

8.3.7. Clima mais quente

8.3.8. Clima mais frio

8.3.9. Maior incidência de incêndios

8.3.10. Destruição dos solos devido ao excesso de uso de práticas agrícolas (ex.: cereais)

8.3.11. Ocorrência de doenças e morte das árvores

8.3.12. Diminuição da diversidade de vegetação e de espécies animais

8.3.13. Utilização de espécies não comuns à região e de crescimento rápido

8.3.14. Abandono da região pela população e suas atividades rurais

8.3.15. Outro _____

Se escolheu a resposta 8.2.14., diga a que se deve essa situação:

8.3.16. Fracas produções e baixos rendimentos das atividades existentes

8.3.17. Procura de outra forma de vida

8.3.18. Desvalorização e descrédito do setor agro-rural

8.3.19. Às políticas agrícolas desenvolvidas que levaram ao desaparecimento gradual das atividades existentes

8.3.20. Falta de trabalho

III – Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação

9. Foi criado, em 1999, o Plano Nacional de Combate à Desertificação e a região das Cumeadas integrou uma das suas áreas piloto.

9.1. Sabia da existência deste plano? *(Assinale apenas uma resposta)*

9.1.1. Sim

9.1.2. Não

9.2. Em caso afirmativo, que alterações, melhorias ou não, trouxe este plano na região para o combate à desertificação? **PODE ASSINALAR COM X MAIS DO QUE UMA RESPOSTA**

9.2.1. Sensibilizou todos os intervenientes para a problemática

9.2.2. Promoveu a utilização de boas práticas ambientais

9.2.3. Diminuiu os riscos de incêndios

9.2.4. Dinamizou a região e abrandou a tendência da imigração

9.2.5. Fez boa figura política

9.2.6. Não trouxe nada de novo para a região

9.2.7. Não sei

IV – Associação das Cumeadas

10. No ano 2000 foi fundada a Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas que abrange a região em estudo. De que forma tem a mesma ajudado para o combate à desertificação da região?

PODE ASSINALAR COM X MAIS DO QUE UMA RESPOSTA

10.1. Aconselha a utilização de boas práticas florestais e agrícolas e sensibiliza todos os intervenientes para a problemática da região

10.2. Contribuiu no combate aos riscos de incêndios

10.3. Apoio em projetos de preservação do território

10.4. Apoio em projetos de desenvolvimento económico

10.5. Oferece apoio e aconselhamento em diversos assuntos no ramo florestal

10.6. Outro _____

10.7. Não sei

11. Acha que pertencer a esta associação tem benefícios? *(Assinale apenas uma resposta)*

11.1. Sim

11.2. Não

11.3. Não sei

12. A associação realizou várias jornadas e ações de sensibilização, nas quais foram promovidas – entre outras - as boas práticas ambientais.

12.1. Participou nestas ações? *(Assinale apenas uma resposta)*

12.1.1. Sim

12.1.2. Não

12.2. É da opinião que estas ações de sensibilização contribuíram de alguma forma para o combate à desertificação? *(Assinale apenas uma resposta)*

12.2.1. Sim 12.2.2. Não Porquê _____ 12.2.3. Não sei

12.3. Adotou e pratica atualmente as boas práticas ambientais apresentadas nas jornadas? *(Assinale apenas uma resposta)*

12.3.1. Sim Quais? _____ 12.3.2. Não

13. Ainda no enquadramento desta associação foram criadas as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's). Que vantagens têm trazido as mesmas?

PODE ASSINALAR COM X MAIS DO QUE UMA RESPOSTA

- 13.1. Fomentam a limpeza das florestas
- 13.2. Previnem a ocorrência de incêndios
- 13.3. Melhoram a rentabilidade das florestas
- 13.4. Cedem toda a informação mais específica: legislação, novidades, etc
- 13.5. Promovem o associativismo
- 13.6. Só servem para pagar quota
- 13.7. Não trouxeram nada de novo
- 13.8. Não conheço

V – Projetos

14. Aderiu a algum projeto de produção agrícola, pecuária e florestal que se têm vindo a promover? (Assinale apenas uma resposta)

- 14.1. Sim Qual? _____ 14.2. Não

15. Acha que estes projetos têm ajudado no combate à desertificação? (Assinale uma resposta)

- 15.1. Sim Como _____
- 15.2. Não Porquê _____
- 15.3. Não sei

VI – Atividades e soluções para a região

16. De que forma pensa que as entidades políticas e associações podem promover a dinamização da região garantindo a sua preservação, gerando a economia e favorecendo a fixação das populações localmente?

PODE ASSINALAR COM X MAIS DO QUE UMA RESPOSTA

- 16.1. Fazer uma campanha de relançamento de atividades económicas e rurais
- 16.2. Atribuição de mais subsídios
- 16.3. Mais informação das possibilidades de projetos
- 16.4. Melhor acompanhamento para a concretização dos mesmos projetos
- 16.5. Menos burocracia e mais rapidez no desenvolvimento dos projetos
- 16.6. Melhoria no acesso à água para rega
- 16.7. Existência de cooperativas de apoio
- 16.8. Outro: _____
- 16.9. Não sei

17. E que tipo de atividades entende ser possível desenvolver nesta região para o efeito?

17.1. Atividades agrícolas, pecuárias e florestais tradicionais que outrora integravam as explorações nesta região. *PODE ASSINALAR COM X MAIS DO QUE UMA RESPOSTA*

- 17.1.1. Cereais
- 17.1.2. Hortas
- 17.1.3. Gado: a) Cabras b) Ovelhas c) Suínos d) Bovinos
- 17.1.4. Pomares de sequeiro: a) Amendoeira b) Figueira c) Alfarrobeira d) Oliveira e) Medronheiro
- 17.1.5. Cortiça 17.1.6. Carvão da esteva ou outro
- 17.1.7. Mel
- 17.1.8. Caça 17.1.9. Pesca
- 17.1.10. Outro _____

17.2. Novas atividades agro-rurais tirando proveito do potencial que a região oferece (clima, paisagem, solos férteis e áridos, fauna, flora, cursos de água).

PODE ASSINALAR COM X MAIS DO QUE UMA RESPOSTA

17.2.1. Atividades agrícolas, pecuárias e florestais:

- i) Agricultura intensiva
- ii) Agricultura biológica
- iii) Cultivo de Ervas aromáticas
- iv) Exploração da vegetação existente para fins cosméticos e medicinais
- v) Cultivo Catos
- vi) Indústria transformadora: A)Suíno B)Caprino C)Ovino
- vii) Comercialização das pinhas
- viii) Apanha de cogumelos

17.2.2. Atividades ligadas ao turismo:

- i) Observação de Aves
- ii) Artesanato
- iii) Produtos regionais
- iv) Atividades ao ar livre
- v) Percursos pedestres
- vi) Desportos motorizados
- vii) Desportos aquáticos

17.3. Não sei

17.4. Outro _____

VII – O seu papel na proteção do território

18. Acha que os trabalhos de limpeza dos terrenos e junto às linhas de água são serviços de interesse ambiental que beneficiam toda a região envolvente? (Assinale apenas uma resposta)

18.1. Sim

18.2. Não

18.3. Não sei

19. Se sim, não deveriam ser considerados como serviços prestados à comunidade regional e serem pagos como tal? (Assinale apenas uma resposta)

19.1. Sim

19.2. Não Porquê _____

19.3. Não sei

20. Desenvolve algum tipo de comportamento ou atividade que fomente o combate à desertificação? (Assinale apenas uma resposta)

20.1. Não Porquê? : _____

20.2. Sim Qual? R: _____

Nome do inquirido (facultativo): _____

Data: __/__/____

Obrigado pela sua colaboração

ANEXO II

**SUB-CAPÍTULO 3.3 –“ IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS” DA
PROPOSTA DE REVISÃO E ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA 2008/2018
DA CNUCD PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À
DESERTIFICAÇÃO**

“Proposta de Revisão e Alinhamento do PANCD com a Estratégia 2008/2018 da CNUCD”

“.....3.3 – Implementação e resultados alcançados...”

“A relevância do PANCD 1999 enquanto instrumento estratégico ficou expressa nos resultados da sua implementação, a qual, à luz das orientações nele estabelecidas, refletiu essencialmente a sua natureza enquanto “referência mobilizadora e orientadora dos trabalhos de definição e aplicação das medidas e instrumentos de política para o desenvolvimento integrado e sustentado do território ... e de dinamização da cooperação internacional”¹⁹ (RCM) além de ter registado o desenvolvimento de múltiplas iniciativas da responsabilidade da CNCCD, da sociedade civil e da comunidade científica.

Com efeito, como é explicitado no Relatório sobre a Aplicação da CNUCD em Portugal de 2006, “o programa de ação nacional não é, pelas suas características, um instrumento operativo mas sim um instrumento de referência onde é possível encontrar as orientações, recomendações e linhas de conduta para a luta contra a desertificação”. Nele se reconhece ser essa a razão pela qual é difícil avaliar a sua eficácia.

Neste quadro, e não tendo um pacote orçamental especificamente atribuído, o desenvolvimento das ações no terreno para combate à desertificação e as restantes iniciativas para concretização dos objetivos do programa encontraram suporte nos instrumentos financeiros existentes no quadro da atuação sectorial relevante, designadamente de desenvolvimento regional, rural e de ambiente, de que se destaca, pela sua importância, os apoios no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural em vigor neste período, para lá de outros programas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio a Portugal.

Estas circunstâncias exigiram um esforço inicial de divulgação das possibilidades de financiamento junto dos agentes de desenvolvimento local bem como uma maior clarificação da elegibilidade das ações de combate à desertificação para financiamento pelos diferentes instrumentos existentes, como é reconhecido no Relatório à Convenção de 2002.

Tendo em conta a natureza transversal das questões do combate à desertificação, são muitos os organismos da administração central e local com competências para a implementação do PANCD, designadamente os que integram a sua comissão de coordenação.

Numa primeira fase as ações centraram-se no funcionamento das estruturas, melhoria do conhecimento através do desenvolvimento de indicadores sobre a desertificação e de avaliação de resultados das ações realizadas, criação de áreas piloto para testar metodologias disponíveis, sensibilização e criação de instrumentos de apoio ao desenvolvimento de ações no território, especialmente dirigidas à atividade agrícola e florestal.

Numa segunda fase verificou-se a adesão dos agentes territoriais às medidas para atuação no território e o reforço da cooperação para o desenvolvimento.

Assim, as orientações estratégicas do PANCD 1999 foram sendo concretizadas até ao presente através de ações da iniciativa da administração central e local, universidades, centros de investigação e organizações não-governamentais da área do ambiente, do desenvolvimento local e de representação dos sectores de atividade agrícola e florestal. Estas ações revestiram-se de natureza muito diversa, embora enquadráveis numa tipologia de referência da qual são exemplificadas algumas iniciativas relevantes.

a) Estabelecimento de orientações e planeamento estratégico

No período de vigência do PANCD 1999 foi aprovado um conjunto vasto de instrumentos de planeamento e de estratégia com implicações importantes para o combate à desertificação, designadamente, e no quadro do ordenamento do território ressaltam-se, como mais importantes pelos seus objetivos e âmbito de aplicação territorial, o Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT), os Planos regionais de Ordenamento do Território (PROT), os Planos Diretores Municipais (PDM) e os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT).

- PNPOT

Aprovado pela Assembleia da República em Setembro de 2007 (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro), é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece, nomeadamente, as grandes opções com relevância para a organização do território nacional.

Sendo constituído por dois documentos, o relatório e o programa de ação, no relatório, o PNPOT identifica os 24 principais problemas para o ordenamento do território, entre os quais são referidos a degradação do solo e os riscos de desertificação, agravados por fenómenos climáticos e pela dimensão dos incêndios florestais, bem como a insuficiente consideração dos riscos nas ações de ocupação e transformação do território, referindo que a seca, a desertificação, a contaminação e a erosão do solo se encontram entre as vulnerabilidades e os riscos que afetam o País, levando a que o modelo territorial do PNPOT considerasse os “riscos” como um dos seus quatro vetores fundamentais.

Por seu lado, o programa de ação do PNPOT que concretiza a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, inclui, nos seus objetivos estratégicos e específicos, bem como em diversas medidas prioritárias, questões relevantes para os objetivos do PANCD.

Mais diretamente relacionado com o PANCD, ressalta-se, o Objetivo estratégico 1, “Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos”, bem como alguns dos seus objetivos específicos:

- Objetivo específico 1.1, Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais;

- Objetivo específico 1.3, Definir e executar uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo, em cuja introdução se reconhece que a ameaça de erosão é muito expressiva em Portugal, dadas a elevada percentagem de solos delgados e erosionáveis e a natureza do clima, fatores que podem ser acentuados pelas alterações climáticas, concorrendo, assim, para o agravamento da perda de solo nas regiões mais suscetíveis à desertificação em Portugal, fatores a que acrescem ainda o abandono e os usos não sustentáveis dos solos;

- *Objetivo específico 1.11, Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respectivos efeitos. Os outros 5 objetivos estratégicos do PNPOOT contribuem também, de modo mais ou menos direto, para os objetivos do Programa, nomeadamente para o 2.º Eixo de intervenção do PANCD, relativo à manutenção da população ativa nas zonas rurais.*

- PROT

Os diversos PROT em vigor, ou que se encontram para aprovação, contêm referências explícitas à questão da desertificação, com raras exceções decorrentes do seu âmbito territorial ter maior ou menor suscetibilidade ao fenómeno da desertificação, considerando, a nível do diagnóstico, o combate aos processos de desertificação como um estrangulamento e um dos desafios que se colocam ao ordenamento e desenvolvimento regional das áreas que abrangem, integrando essa temática nos seus objetivos estratégicos e normas orientadoras.

Para apoio à integração e o desenvolvimento das orientações decorrentes do PANCD no âmbito destes planos, foi elaborado sob a égide da CNCCD o documento “Combate à desertificação: Orientações para os Planos Regionais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2006).

- PDM e PEOT

Embora na sua grande maioria sem referências ou medidas explícitas à questão da desertificação, pode-se considerar que, tanto os PDM como os PEOT são um instrumento de gestão territorial que, pelos seus objetivos gerais e específicos, contribuem para os objetivos do PANCD sendo instrumentos importantes para a sua implementação. No caso dos PEOT assumem especial importância os planos de ordenamento das áreas protegidas, conjugando os objetivos do desenvolvimento sustentável das respetivas áreas e das populações envolvidas, com o da gestão sustentável dos recursos naturais, da conservação da natureza e do património.

- Recursos hídricos

Desde a aprovação do PANCD, o quadro legislativo e de planeamento dos recursos hídricos sofreu profundas alterações, contribuindo, por vezes de maneira direta, para a implementação dos objetivos do Programa.

De facto, as questões da gestão sustentável e de conservação da água sofreram modificações profundas, não só em função da Diretiva Comunitária correspondente, mas também ao nível da legislação de base e estruturas de gestão, nacionais, regionais e locais entretanto criadas e em desenvolvimento.

No âmbito legislativo ressalta-se, como fundamental, a Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro) que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro) e estabelece as bases e o quadro institucional geral para a gestão sustentável das águas em Portugal e as suas posteriores alterações, complementada pelo Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março.

No âmbito do planeamento dos recursos hídricos referem-se o Plano Nacional da Água, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002 de 17 de Abril, e os planos de gestão das regiões hidrográficas, que pelos seus objetivos, em especial o da gestão sustentável dos recursos hídricos, constituem um instrumento importante, simultaneamente, para minimizar a suscetibilidade à erosão e, direta ou indiretamente, para a implementação dos objetivos do PANCD.

- Política florestal

No quadro da política florestal, ressaltam-se pela sua importância desde a aprovação do PANCD:

- a Estratégia Nacional para as florestas (RCM n.º 114/2006, de 15 de setembro), documento que constitui o elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do sector florestal até 2030 e considera o combate à desertificação entre os serviços ambientais dos espaços florestais;

- os 20 Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), instrumentos setoriais de gestão territorial, que estabelecem as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais, considerando no geral as intervenções de prevenção da desertificação e a recuperação de áreas afetadas.

b) Desenvolvimento rural e regional

- Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal, RURIS 2000-2006

Este Programa constituiu, no período subsequente à aprovação do PANCD 1999, a componente da política agrícola nacional especificamente orientada para a viabilização das funções agroambiental e agro-rural da agricultura portuguesa, devendo notar-se que a estratégia de desenvolvimento agrícola e rural para o período em causa tinha como objetivo geral incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto atividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social.

Na sua conceção foram diretamente incorporadas as preocupações relativas ao combate à desertificação através da discriminação positiva das zonas suscetíveis à desertificação em matéria dos apoios à florestação (+10% do nível de financiamento) e de medidas específicas de incentivo à adoção de práticas agrícolas de conservação do solo (sementeira direta, enrelvamento da entrelinha em culturas permanentes, etc.).

No estudo de avaliação final do RURIS, a AGROGÉS 2009 refere que “mais de 80% das transferências resultantes das medidas de apoio ao rendimento dos produtores agrícolas que integram o programa beneficiaram, apenas, quatro das sete regiões agrárias do Continente Português, que foram, por ordem decrescente da sua importância relativa, Trás-os-Montes (34,1%), Alentejo (24,3%), Entre Douro e Minho (12%) e Beira Interior (11,9%)”, portanto com uma parte importante do financiamento destinado grosso modo às áreas suscetíveis à desertificação.

Nesta análise evidencia-se que nos concelhos com grau de fragilidade mais elevado, como são os englobados nas áreas suscetíveis à desertificação, “os apoios do RURIS foram mais relevantes, quer do ponto de vista dos respetivos valores por exploração agrícola, quer do peso assumido pelos apoios RURIS no correspondente valor dos apoios

aos rendimentos dos produtores, quer ainda da contribuição dos apoios do RURIS para a formação do rendimento do sector agrícola de cada grupo de concelhos.”

Acrescenta-se depois que “A intervenção Florestação de Terras Agrícolas (FTA) abrangeu, ao longo do período RURIS 2001-2006, um total de 48.755 ha de área arborizada, através da aprovação de 2.907 projetos. O Alentejo foi a região onde a implementação da FTA se verificou em maior extensão, sendo responsável por 59% da área florestada e por 35% dos projetos aprovados.

Aproximadamente dois terços da área arborizada, ao longo do período em avaliação, encontrava-se localizada em freguesias classificadas como zonas suscetíveis à desertificação. Desta forma, considera que a intervenção FTA teve claros efeitos no combate à desertificação, na melhoria dos solos e na promoção da biodiversidade, e que a florestação de terras agrícolas poderá ser vista como uma medida eficaz para reabilitar terras agrícolas degradadas ou com fraca produtividade.....”.

.....”Quadro 3.4i - Medidas e ações do ProDeR e sua relação com o PANCD 1999 Prioridades relevantes para o PANCD.....”

“.....Do ponto de vista de proteção do solo e da água o estudo conclui que diversas medidas agroambientais, designadamente as já referidas, tiveram um impacte elevado ou médio. Além disso, refere que “o incentivo à sustentabilidade e à multifuncionalidade foi o traço mais marcante do programa, que contribuiu de forma muito positiva para os rendimentos do sector agrícola do continente português. As bases do programa RURIS assentaram numa clara mudança de comportamento e de valores junto dos agricultores que definitivamente foram convocados para novos desafios: o da valorização ambiental através da preservação de sistemas de produção tradicionais e o da mudança tecnológica para técnicas mais adequadas à preservação dos recursos naturais.

A melhoria das condições de vida e trabalho dos agricultores diretamente associadas, no âmbito deste programa, à melhoria dos rendimentos dos agricultores, foi matéria para a qual, todas as intervenções contribuíram embora com pesos diferentes.

- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007 – 2013 (ProDeR)

O ProDeR continuou a incluir setores de intervenção bonificados para as áreas suscetíveis à desertificação e as medidas mais relevantes na perspetiva do combate à desertificação tais como a florestação, conservação do solo e desenvolvimento do regadio.

Do relatório de avaliação contínua no final de 2012 pode-se inferir desde já que este programa tem contribuído positivamente para o desenvolvimento do sector agroflorestal, através do apoio, por exemplo, ao investimento em sectores fortemente exportadores como a vinha e o olival com expressão geográfica e económica nas regiões suscetíveis à desertificação e ao investimento em regadio contribuindo para aumentar a superfície agrícola irrigada e a capacidade de armazenamento e distribuição de água, bem como a eficiência da utilização da água pela agricultura, questões com óbvias e diretas ligações à desertificação nas áreas suscetíveis. Além disso refere que a melhoria da gestão florestal constituirá o domínio operacional florestal onde o ProDeR poderá potencialmente produzir efeitos mais marcantes no médio/longo prazo, questão fulcral para combater a desertificação.

A avaliação do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira 2007 – 2013 refere especificamente a questão do despovoamento rural como uma das causas da diminuição da importância do setor agrícola na Região, referindo também a prevenção da erosão ou a desertificação como as principais motivações para as intervenções de arborização com folhosas e mistas, englobando 3 projetos em c. 506 ha, correspondendo a 1/3 do previsto para o período de programação 20.

De salientar, ainda, que os agricultores beneficiários de apoios no âmbito da aplicação da PAC passaram progressivamente a estar sujeitos a um conjunto vasto de exigências ambientais que concorrem para os, objetivos de combate à desertificação tais como a obrigatoriedade de manter a cobertura dos solos com vegetação no período do outono/inverno, gestão da vegetação natural para prevenção de incêndios, faixa de limpeza nas extremas das parcelas, regras de uso agrícola de parcelas declivosas, etc.

Com importância para a concretização dos objetivos do PANCD 1999 referem-se ainda os seguintes programas de medidas:

- Medidas de incentivos às regiões que sofrem de problemas de interioridade

Pela Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro, foi criado um conjunto de medidas de incentivo às regiões que sofrem de problemas de interioridade, posteriormente regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 310/2001, de 10 de Dezembro. A Portaria n.º 1467-A/2001, de 31 de dezembro estabelece pela primeira vez a definição e a aplicação dos critérios de delimitação das áreas territoriais beneficiárias destas medidas, definidas numa perspetiva integrada de desenvolvimento regional equilibrado e polarizado.

- PO Ordenamento do Território e Luta contra a Seca em Portugal

Apoiado financeiramente pelo FEDER nas componentes “Melhoria do Equilíbrio Hidráulico e Ecológico e Predição de Secas” e Assistência Técnica” e pelo FEOGA-O no “Reforço e Otimização do Uso da água na Agricultura”, que consubstanciam conjuntamente as linhas de orientação estratégica de tal programa, constituiu um dos mais interessantes programas dirigidos em Portugal às questões correlacionadas com a desertificação no início do período de vigência do PANCD 1999, aplicando-se em exclusivo e especificamente à área que englobava então os concelhos considerados suscetíveis. No âmbito deste Programa foi elaborado um estudo sobre a desertificação e o ordenamento do território, que deu origem à publicação “ Desertificação em Portugal. Incidência no ordenamento do território e no desenvolvimento urbano” (DGOTDU, 2004).

- PO Regionais e PO temáticos

No âmbito dos dois quadros financeiros, 2000-2006 e 2007-2013, os Programas Operacionais Regionais têm contribuído de forma importante para alguns dos objetivos estratégicos e específicos do PANCD, através do financiamento de projetos e ações que se enquadram naqueles objetivos, contribuindo assim para a implementação do Programa.

*Dos programas operacionais temáticos que concorrem para a implementação do PANCD, são de ressaltar os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (**PROVERE**), são uma das quatro tipologias de “Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC), visando, cada uma delas, estimular o surgimento de iniciativas de promoção da competitividade, coerentes, estrategicamente justificadas e integradas num Programa de Ação. O PROVERE em concreto pretende fomentar a competitividade dos territórios de*

baixa densidade, através da dinamização de atividades económicas inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, tendencialmente inimitáveis do território (recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais ou outros), estimulando-se assim o desenvolvimento da iniciativa empresarial em territórios pouco dinâmicos.

*De entre tal conjunto, merece particular destaque o projeto – **Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo** – que resultou de uma parceria entre a Câmara Municipal de Almodôvar e outras entidades públicas e privadas que procura contribuir para a definição de uma estratégia de valorização económica dos recursos endógenos dos territórios do Baixo Alentejo e Interior do Algarve, com base na valorização dos recursos silvestres com elevado potencial de mercado, tais como o medronho, os cogumelos, as plantas aromáticas, as ervas silvestres, entre outros, recursos característicos destes territórios.*

*Releve-se também neste contexto para o **Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve**²¹, que decorreu até 2008 e cujo financiamento foi suportado por fundos nacionais e comunitários (FEDER e FSE), sendo o PROALGARVE a principal fonte de financiamento.*

- Agenda Operacional para a Valorização do Território

Visa dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infraestrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial, tendo como áreas de intervenção o reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade, a proteção e valorização do ambiente, a prevenção e gestão de riscos, a Política de Cidades, as redes de infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

c) Divulgação, sensibilização e participação

Em matéria de sensibilização da população portuguesa e dos agentes relevantes para a problemática da desertificação, embora sendo um assunto nunca arrumado, registaram-se progressos com algum relevo fruto da multiplicidade de iniciativas levadas a cabo

neste período, de que é dado conta no Relatório Nacional à Convenção de 2006 como um ponto forte da implementação: “Points forts: -. Évolution très positive au niveau de la sensibilisation et dans le suivi des activités d’aménagement et définition de mesures de politique, traduites par la prise en compte du problème par quelques décideurs. Beaucoup d’activités d’aménagement contribueront pour la lutte contre la désertification et la sècheresse, même que ce souci ne soit pas à sa genèse.”

- Áreas piloto

Nesse relatório se refere que sendo impossível, por falta de recursos humanos e financeiros, cobrir toda a vasta área suscetível à desertificação, a CNCCD decidiu estabelecer áreas piloto onde se pretendeu concentrar os esforços interprofissionais para concretizar ações no terreno com a participação ativa da comunidade local, sendo a predisposição das instituições locais para nelas se envolver um dos critérios principais para a escolha das mesmas.

Com base em processos participativos dinamizados pelas subcomissões regionais foram preparados Planos de Atividade e desenvolvidas múltiplas ações centradas na sensibilização e divulgação, tais como, a formação em Códigos de Conduta Florestal, jornadas de campo, como o “Dia aberto no Centro Experimental de Vale Formoso”, conferências temáticas e iniciativas junto da comunidade escolar, como as comemorações do Dia Internacional da Árvore”.. .

“..... Figura 3.4i – Áreas Piloto do PANCD.....”

.....-“ Comemorações do Dia Mundial de Combate à Desertificação

As comemorações do Dia Mundial do Combate à Desertificação, a 17 de junho de cada ano, centraram-se na sensibilização e informação do público sobre esta problemática em Portugal, aproveitando o interesse dos meios de comunicação sobre este evento comemorado à escala global.

- Seminários temáticos, workshops, publicações, participação em programas televisivos, artigos de jornais e exposições

As ações de divulgação e sensibilização desenvolvidas revestiram-se de múltiplos formatos consoante o público-alvo e os objetivos específicos de cada uma encontrando-se disponível na página do ICNF informação relevante sobre as mesmas, sendo de referir que, de acordo com o relatório nacional à Convenção como país afetado, 2010-2011, só nestes dois anos realizaram-se cerca de 60 ações de divulgação e sensibilização, em diversos formatos, envolvendo cerca de 7 500 participantes, tendo sido publicados cerca de 100 artigos em jornais e revistas e feitas cerca de 20 intervenções entre rádio e televisão.

Também em 2010 e 2011 se desenvolveu um ciclo de exposições “TerraDeserta / DesertLand”, resultando do trabalho realizado em 2009 com o Instituto Europeu de Design, que foi apresentado em mais de uma dezena de localidades das áreas suscetíveis. Desta exposição se editou uma versão portuguesa do catálogo.

- Página eletrónica do PANCD

Para divulgação e apoio ao funcionamento da CNCCD e do OND foi criada uma área específica para a este tema na página do organismo responsável pela representação nacional em termos de ponto focal da Convenção na qual foi sendo disponibilizada a vasta documentação de referência e divulgadas as iniciativas levadas a cabo.

d) Melhoria do conhecimento e investigação

- Os programas de investigação sobre desertificação

Os inúmeros projetos de investigação sobre desertificação desenvolvidos tanto a nível nacional como em projetos de parcerias envolvendo investigadores nacionais e investigadores de outros países, cujos resultados contribuíram para melhorar substancialmente o conhecimento sobre este fenómeno a nível nacional, têm sido financiados, fundamentalmente, por fundos comunitários ou pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Os financiamentos da UE para a investigação da desertificação²² começaram mesmo antes da sua adesão à UNCCD, no início dos anos 1980, no contexto dos programas de ação ambiental e os dos sucessivos Programas-Quadro de investigação (primeiro ao sexto). Em 1989, no âmbito do programa da DG Research, foram lançados os primeiros projetos relacionados com a degradação da terra e a desertificação, sendo o apoio da UE reforçado após a assinatura da Convenção, também com o objetivo de ajudar os seus Estados-Membros e países terceiros a lidar com os efeitos adversos da desertificação.

Mas a ênfase e os conteúdos da investigação sobre desertificação financiada pela UE têm mudado ao longo dos tempos:

- Inicialmente com enfoque nos temas especializados no solo e nas ciências da terra, em hidrologia e ciências das plantas, e posteriormente expandindo-se para incluir também o estudo de técnicas e tecnologias para recolha de dados, monitorização, cartografia, modelação, criação de indicadores e sistemas de apoio à decisão.

- No período mais recente foi incentivado o estudo da dimensão socioeconómica da desertificação e dos impactes das políticas da UE, em especial os da PAC bem como projetos de intervenção global e de grande escala, com abordagens holísticas e integrativas, e colocando maior atenção na ligação da investigação à prática.

De entre os inúmeros projetos de investigação e aplicações apoiadas pela Comissão Europeia para o desenvolvimento dos indicadores de desertificação com participação nacional nos últimos decénios são de referir, entre outros, o MEDALUS (1991/5), DESERTLINKS (2001/2004), MEDRAP (2001/2004) e LADAMER (2002/5).

*Por outro lado, no mesmo âmbito e a partir de 2010, com projetos financiados pela FCT a nível interno, são de referir, entre outros, o “Efeito da fragmentação na estrutura dos bosques de *Quercus faginea*”, “Modelação da Estrutura e Diversidade Funcional do Ecossistema como indicadores de alerta precoce desertificação” e o “LTER Montados”, todos sob coordenação da FCUL, e ainda a nível externo o CLIMADAPT, com a ADPM Mértola, e o PRACTICE, com a LPN.*

- Desenvolvimento de indicadores

O desenvolvimento de indicadores foi, desde o início um dos objetivos prioritários da Comissão Nacional e do Observatório, não só no quadro das obrigações decorrentes da Convenção, mas também pela sua importância para monitorizar e avaliar a desertificação a nível nacional.

*O PANCD integrou desde início uma primeira tentativa para identificar as áreas suscetíveis à desertificação em Portugal Continental, num trabalho desenvolvido em 1997/99 no ex-INAG, foi elaborada, em 1998, uma **carta do índice de suscetibilidade à desertificação**, que evidenciava já uma primeira distribuição espacial do fenómeno no continente português, embora com limitações reconhecidas no próprio “diagnóstico da situação” produzido no PANCD 1999.*

Com base nesta carta e cruzando-a com dados socioeconómicos dos Censos, os serviços do ex-MADRP elaboraram, em 2000, uma carta das zonas onde certos projetos dos programas comunitários AGRO e RURIS, já referidos, poderiam ser bonificados por englobarem predominantemente áreas e populações afetadas pela desertificação.

O Sistema de Informação em Desertificação no Mediterrâneo - DISMED, teve como objetivo central o estabelecimento de um sistema de informação operacional para apoio às necessidades dos Programas de Ação Nacional e Regional para combate à desertificação no Mediterrâneo.

Com vista ao desenvolvimento dos objetivos programáticos do DISMED Mediterrânico, foi organizado, em 2001, um “núcleo” para o DISMED português, integrando as atividades da Comissão Nacional de Coordenação do PANCD e trabalhando com o Observatório Nacional de Desertificação. Simultaneamente foi constituída uma estrutura nacional mais alargada de discussão / validação dos resultados do trabalho do DISMED.

A nível nacional, a seleção de indicadores e as metodologias do seu desenvolvimento tiveram em consideração, numa primeira fase, o conjunto dos parâmetros, indicadores e índices de desertificação propostos no DISMED, tendo-se posteriormente adotado o quadro geral da metodologia das ESA (Environmental Sensitive Areas to Desertification),

permitindo a elaboração, em 2003, de uma carta final de sensibilidade à desertificação em Portugal (Fig. 3.4i).

Os resultados do trabalho DISMED português incluíram ainda um conjunto de indicadores sociais e económicos, complementares dos indicadores biofísicos e que exprimem e refletem com eles, de per si ou nas respetivas correlações de causa / efeito, a desertificação no País.

Será de referir ainda, pela sua importância e pelo envolvimento por parte dos membros da Comissão Nacional, tanto no desenvolvimento do projeto como na validação dos seus resultados, o projeto DesertWatch, promovido pela Agência Espacial Europeia (ESA), desenvolvido entre 2004 e 2008.

Tendo como objetivo o desenvolvimento de um sistema de informação operacional à medida dos utilizadores, com produtos harmonizados e universalmente aceites, e destinado às autoridades nacionais e regionais de países do Anexo IV da UNCCD (Portugal, Itália e Turquia), este projeto procurava responder às dificuldades existentes na transposição dos resultados dos trabalhos de investigação extensiva para os objetivos operacionais das comunidades de utilizadores, visando, à semelhança do DISMED, dar respostas regionais concertadas e comuns à Convenção no que se refere à avaliação e monitorização dos processos de desertificação, bem como das respetivas tendências ao longo do tempo.

Ainda no âmbito do mesmo projeto, agora numa perspetiva global, foi desenvolvido o DesertWatch Extensão, finalizado em 2011, mais uma vez promovido e financiado pela ESA (www.esa.int), com o objetivo de, agora em língua portuguesa, desenvolver um sistema de informação, suportado por imagens de Observação da Terra, que permita às autoridades Portuguesas, Brasileiras e Moçambicanas, quantificar e monitorizar um conjunto de indicadores relativos ao processo de desertificação, auxiliando-as na elaboração dos relatórios relacionados com a CNUCD, tendo produzido um conjunto de indicadores de desertificação e uma ferramenta informática que, na fase final do projeto, foi disponibilizada aos utilizadores finais, em Portugal a CNCCD.

O processo de seleção e adoção dos indicadores de desertificação para o país, que refletem a adoção da Estratégia Decenal 2008/ 2018, e integram, designadamente, os indicadores resultantes dos processos DISMED e DesertWatch, colocou o país numa posição cimeira de desenvolvimento neste domínio, a nível global da CNUCD. Esta situação contribuiu para que o Portugal tenha sido selecionado entre os mais de 190 signatários da CNUCD para participar no exercício de aplicação mundial de indicadores de desertificação, promovido pelo CST na COP 10.

- Base de dados sobre projetos de investigação

Com início logo após a aprovação do PANCD foi elaborada uma base de dados sobre projetos de investigação relacionados com a desertificação através de um inquérito às instituições científicas.

Esta base de dados que transitou para o âmbito do Observatório, visa, através da sua atualização contínua, conhecer o conjunto de projetos de investigação e/ou demonstração, realizados ou em curso, quer a nível nacional, comunitário ou internacional, da responsabilidade ou em que estão envolvidos peritos, técnicos e investigadores nacionais.

e) Sinergias com outras convenções

A política climática teve em Portugal um desenvolvimento substancial a partir do início deste século.

Numa primeira fase, ao nível da atuação para mitigar os efeitos dos sectores de atividade sobre o clima, estabelecendo Programas Nacionais de medidas para redução das emissões de gases com efeito de estufa ou aumento do sequestro de carbono, respeitando os compromissos assumidos pelo país no âmbito do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de Responsabilidades da União Europeia.

Mais recentemente, com o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas que identifica sectores chave para o efeito, designadamente a agricultura, as florestas e a biodiversidade, sectores para os quais foi elaborada uma estratégia específica.

Em ambas as abordagens foram estabelecidas sinergias com a atuação em matéria de desertificação uma vez que diversas medidas consideradas no âmbito climático têm também efeitos muito positivos no combate à desertificação.

Em termos de mitigação, as medidas previstas no Programa Nacional para as Alterações Climáticas de gestão sustentável da floresta e florestação concorrem para melhorar a prevenção dos incêndios e promover o fornecimento dos serviços ambientais do ecossistema de proteção do solo e regularização do ciclo hidrológico, os quais são também produzidos com as práticas agrícolas de sementeira direta e de implantação de pastagens permanentes melhoradas englobadas nas medidas agrícolas.

Através do Fundo Português de Carbono foram incentivadas algumas daquelas práticas através da remuneração do sequestro de carbono por elas conseguido (pastagens melhoradas e gestão de matos).

Do ponto de vista da adaptação, tendo-se diagnosticado o possível agravamento, até final do século, das condições climáticas responsáveis pela suscetibilidade à desertificação, esta questão foi considerada como um dos principais desafios no âmbito da Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas, remetendo para o PANCD o estabelecimento das medidas de atuação em termos de conservação do solo.

Neste âmbito, também o desafio relativo ao agravamento da frequência e intensidade de ocorrência de eventos climáticos extremos, como a seca, que se aponta vir a verificar-se, tem uma ligação forte com o combate à desertificação pelo que, em termos de governança, foi recentemente integrada a participação do ponto focal nacional para a Convenção no Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Seca.

f) Cooperação

A cooperação no quadro de implementação do PANCD tem sido desenvolvida a diferentes níveis e com diferentes enquadramentos decorrentes das obrigações da própria Convenção, como referido no cap. 2, desde o internacional e comunitário até ao nível bilateral, nomeadamente com Espanha.

- O Programa CPLP de combate à desertificação

Neste quadro assume particular relevo a cooperação para o desenvolvimento com os PALOP (países africanos de língua portuguesa), envolvendo tanto organismos da administração como organizações da sociedade civil, sendo os projetos e ações desenvolvidos tanto com financiamento próprio como com o apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua²³.

Releva-se ainda neste contexto as bases de cooperação estabelecidas a partir de setembro de 2007 na COP de Madrid entre os pontos focais da CNUCD nos países da CPLP, visando o estabelecimento de um Programa de Ação de Combate à Desertificação no espaço desta organização internacional, e para cuja consubstanciação se realizou entre 2009 e 2011, com a participação do Secretariado Executivo da CPLP, um PCT – Projeto de Cooperação Técnica da FAO.

Neste âmbito realizou-se também, no Seminário Torre D’Aguilla (São Domingos de Rana, Oeiras), entre 19 e 25 de Junho de 2009, o DEFI – Curso Regional de Desenho de Estratégias Financeiras Integradas, com participantes de todos os países da CPLP, promovido pelo Global Mechanism / United Nations Convention to Combat Desertification.

- A cooperação com o Norte Mediterrâneo (Região Anexo IV da CNUCD)

Embora se tenham estabelecido e desenvolvido no contexto da CNUCD inúmeros e diferentes grupos e projetos de cooperação bilateral e multilateral no Mediterrâneo, incluindo os países do Norte de África, tais como os projetos DISMED e DesertWatch I já referidos, e apesar de terem sido estabelecidos em 1988 os respetivos termos de referência, não foi possível ainda elaborar um Programa de Ação Regional de Combate à Desertificação do Mediterrâneo Norte.

A experiência quer da elaboração do PAN, quer da sua aplicação e resultados, tem sido considerada um contributo de grande importância para a participação portuguesa na preparação daquele Programa de Ação.

- A cooperação com o Norte de África

Tendo tido particular relevo no primeiro decénio de vida da Convenção, os quadros de intervenção conjunta mediterrânica, envolvendo as Partes de Norte e Sul Mediterrâneo, foram cristalizados, em particular, num projeto para um Sistema de Informação em Desertificação no Mediterrâneo, o já referido DISMED (Desertification Information System for the Mediterranean), que foi criado no quadro e âmbito dos programas de cooperação inter-regional da própria CNUCD. Promovido pelo Secretariado da Convenção e tendo decorrido de Junho de 2001 a Dezembro de 2003, o DISMED envolveu uma parceria entre instituições dos países do Anexo IV, os do Mediterrâneo Europeu, com alguns países do Anexo I, os do Mediterrâneo Norte Africano 24.

Por outro lado, num quadro de desenvolvimento mais recente de cooperação Norte-Sul que, envolvendo os países participantes no Programa Sylva Mediterranea da FAO e diferentes outras instituições circum-mediterrâneas 25, considera o combate à desertificação como uma questão central às intervenções relativas às mudanças globais no Mediterrâneo, de que resultou a adoção de uma Declaração Política – A Declaração de Tlemcen - e de um Quadro Estratégico para as Florestas Mediterrânicas 26, processo cujo objetivo geral é o de consolidar e consensualizar, técnica e politicamente, as posições dos países do Mediterrâneo, de tal forma que as preocupações e as particularidades da região sejam consideradas e tidas em conta ao nível mais global dos diferentes processos internacionais em desenvolvimento 27, designadamente no âmbito do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas também contribuir para a preparação e desenvolvimento da Estratégia Florestal Europeia, assim como estabelecer um quadro referencial propiciador para um Programa Regional de Combate à Desertificação para os Países do Mediterrâneo.....”